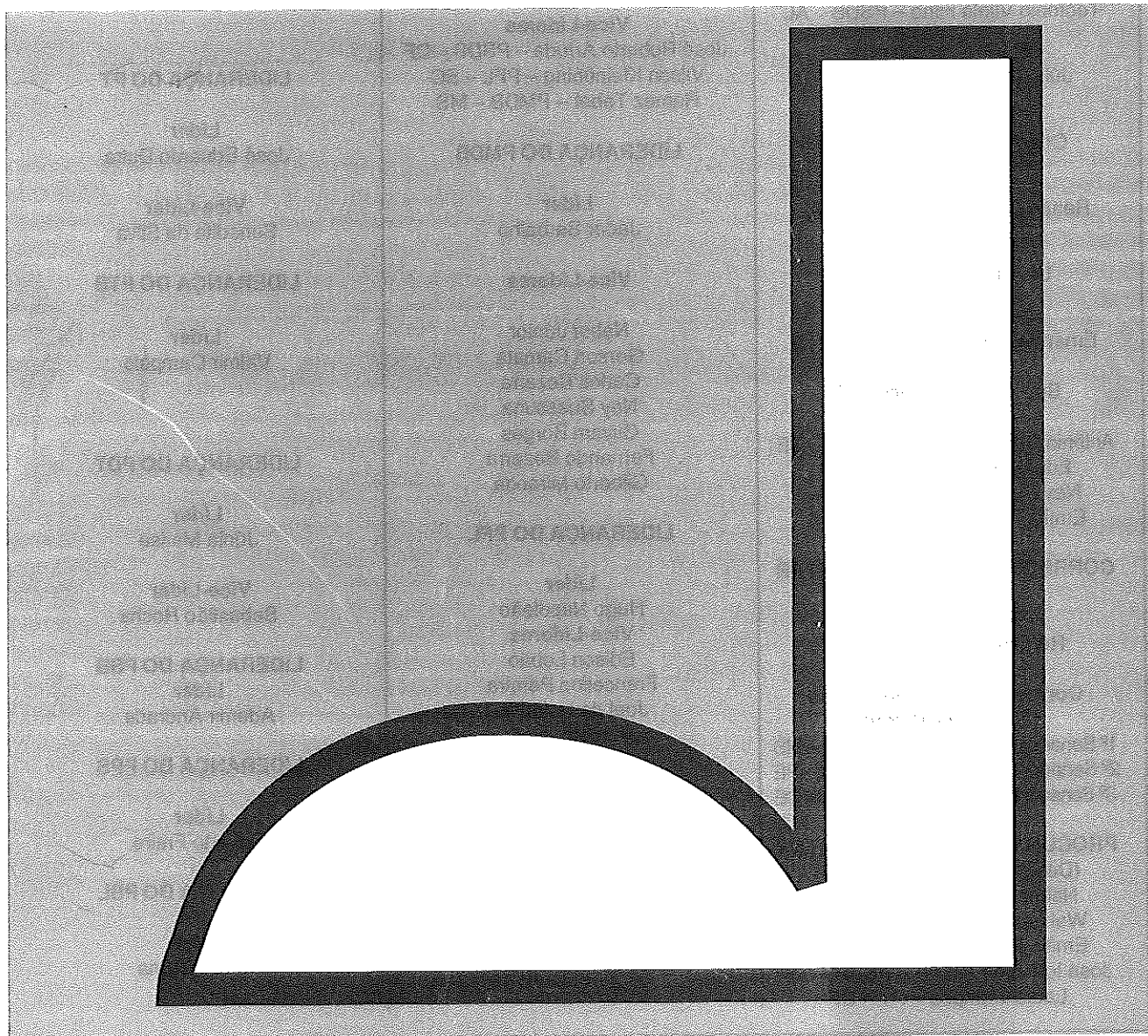




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 214

TERÇA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francellino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júlia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE**AGACIEL DA SILVA MAIA**
Diretor-Geral do Senado Federal**CLAUDIONOR MOURA NUNES**
Diretor Executivo do Cegraf**JÚLIO WERNER PEDROSA**
Diretor Industrial do Cegraf**RAIMUNDO CARREIRO SILVA**
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**MANOEL MENDES ROCHA**
Diretor da Subsecretaria de Ata**DENISE ORTEGA DE BAERE**
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÕES

Nº 80, de 1996, que suspende a execução do art. 276 da Lei nº 3.999, de 29 de dezembro de 1972 – Código Tributário do Município de Santo André, do Estado de São Paulo.	18475
Nº 81, de 1996, que suspende a execução do art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 7.588, de 1989, e dos arts. 10 e 12 da Lei nº 7.802, de 1989, todos do Estado de Santa Catarina.	18475
Nº 82, de 1996, que suspende, em parte, a execução da Lei nº 7.713, de 29 de dezembro de 1988, no que diz respeito à expressão "o acionista" contida no seu art. 35.	18475

2 – ATA DA 196ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1996

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda

Nºs 1.005 a 1.007/96, de 13 do corrente, referentes aos Requerimentos nºs 949, 937 e 950/96, de informações, sendo o primeiro e o último do Senador Eduardo Suplicy e o outro do Senador Gilberto Miranda. 18476

2.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR RAMEZ TEBET – Saudando o êxito das eleições municipais com a implantação do voto eletrônico, principalmente no Estado de Mato Grosso do Sul. Congratulando-se com Partido dos Trabalhadores, durante disputa eleitoral no Estado. 18476

SENADOR ERNANDES AMORIM – Participando ao Plenário o seu desligamento da bancada do PMDB. 18481

SENADOR EDISON LOBÃO – Exaltando os esforços da região Nordeste para alcançar o desenvolvimento. 18482

SENADOR BERNARDO CABRAL – Outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Gama Filho ao empresário João Have-lange, a realizar-se dia 20 de novembro. 18485

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Considerações sobre o resultado das eleições municipais. 18487

SENADOR EDUARDO SUP LICY – Realização, no plenário do Senado, amanhã às 10 horas, de reunião de debate da Comissão de As-

suntos Econômicos sobre estrutura fundiária e reforma agrária, e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional às 18 horas, de audiência com o professor José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz, do Timor Leste. Recebimento, somente no dia de hoje, de resposta a requerimento de sua autoria, dirigido ao Ministro da Fazenda, solicitando esclarecimentos sobre operações de compra de Letras Financeiras do Tesouro Municipal de São Paulo de longo prazo, na gestão do Secretário de Finanças Municipal, Sr. Celso Pitta. Anunciando a reapresentação do pedido de informações ao Ministro Pedro Malan, por considerar insatisfatórias as respostas recebidas. 18489

2.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares, que revoga os arts. 578 a 594 e 598 a 610 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT, relativos à contribuição sindical, e dá outras providências.. 18494

2.2.4 – Comunicação

Do Senador Ernandes Amorim, referente ao seu desligamento dos quadros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. 18500

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, no último dia 14, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, das seguintes matérias: 18500

Projeto de Resolução nº 111, de 1996, que suspende a execução do art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 7.588, de 1989 e dos arts. 10 e 12 da Lei nº 7.802, de 1989, todos do Estado de Santa Catarina. À promulgação. 18500

Ofício nº S/69, de 1995 (nº 119/95, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na ação originária nº 264-8/320, e do parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmos autos. **Ao arquivo.** 18500

Ofício nº S/17, de 1996 (nº 9/96, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na ação originária nº 297-4/320, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal. **Ao arquivo.**... 18500

Recebimento de expediente do Departamento de Ciências Políticas da Universidade A&M do Texas, convidando o Senador Eduardo Suplicy para proferir palestra naquela Universidade sobre "A Garantia da Renda Mínima no Brasil", no próximo dia 26 do corrente. (Diversos nº 100, de 1996). 18500

2.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ODACIR SOARES – Comentando artigo do jornal O Globo, de 3 do corrente, intitulado "Mais de 120 mil alunos nas escolas piratas do Rio". 18500

SENADOR ROBERTO FREIRE – Homenagem de pesar pelo falecimento, no último dia 15, do pintor Euclides Francisco Amâncio, o Bajado.. 18503

2.2.7 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 172ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 18 de outubro de 1996, e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente... 18504

4 – ATAS DE COMISSÃO

2ª e 3ª Reuniões da Comissão Especial Temporária criada através do Requerimento nº 555, de 1996, destinada a acompanhar in loco os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro, realizadas em 25 de junho e 14 de agosto do corrente ano, respectivamente. 18505

5 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 57, de 1996. 18527

6 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.300, de 1996. 18527

7 – ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN

Nº 104 e 105, de 1996. 18527

8 – MESA DIRETORA

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

TIDOS

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO O Nº 80, DE 1996

Suspende a execução do art. 276 da Lei nº 3.999, de 29 de dezembro de 1972 – Código Tributário do Município de Santo André, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 276 da Lei nº 3.999, de 29 de dezembro de 1972, do Município de Santo André, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de novembro de 1996.
Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO O Nº 81, DE 1996

Suspende a execução do art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 7.588, de 1989, e dos arts. 10 e 12 da Lei nº 7.802, de 1989, todos do Estado de Santa Catarina.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 7.588, de 1989, e dos arts. 10 e 12 da Lei nº 7.802, de 1989, todos do Estado de Santa

Catarina, por terem sido declarados inconstitucionais, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal na Ação Originária nº 280-0/320, conforme comunicação feita por aquela Corte, nos termos do ofício nº 219-P/MC, de 5 de fevereiro de 1996.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de novembro de 1996.
Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 1996

Suspende, em parte, a execução da Lei nº 7.713, de 29 de dezembro de 1988, no que diz respeito à expressão o acionista contida no seu art. 35.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 35 da Lei nº 7.713, de 29 de dezembro de 1988, no que diz respeito à expressão o acionista nele contida.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de novembro de 1996.
Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 196ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de novembro de 1996

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 50ª LEGISLATURA

*Presidência dos Srs.: José Sarney, Erandes Amorim, Valmir Campelo,
Edison Lobão e Ramez Tebet.*

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS

DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 1.005/96, de 13 de novembro de 1996, referente ao Requerimento nº 949, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy.

Nº 1.006/96, de 13 de novembro de 1996, referente ao Requerimento nº 937, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

Nº 1.007/96, de 13 de novembro de 1996, referente ao Requerimento nº 950, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é a primeira sessão depois do encerramento do pleito municipal, no último dia 15 de novembro, ocasião em que o Brasil inteiro fechou com chave de ouro as eleições municipais do corrente ano.

A renovação, em mais de 5 mil municípios brasileiros, deu-se em um clima de perfeita harmonia e

concordia. Podemos afirmar que o Brasil caminha mesmo no aperfeiçoamento da sua vida democrática; que a democracia no Brasil está absolutamente consolidada; que o povo está mais amadurecido, demonstrando o seu desejo de participação, de influir, de fortalecer e de construir uma democracia, a democracia que de representativa está passando a ter um forte conteúdo de democracia participativa.

Não se registrou neste País, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma nota dissonante a merecer destaque. Ao contrário, ao invés de notas que pudessem merecer as manchetes dos jornais, da imprensa falada e escrita, o que se viu, sem dúvida alguma, foram eleições cada vez mais transparentes, límpidas e cristalinas.

Venho a esta tribuna, portanto, saudar o exercício da democracia neste País; saudar os partidos políticos, o amadurecimento e a vontade política do povo brasileiro. Também saúdo a Justiça Eleitoral, que, no Brasil, está avançando mais do que em qualquer outro país do mundo. Outros países já estão começando a copiar o modelo brasileiro e, nesse particular, nosso País se agiganta. A introdução do voto eletrônico, sem dúvida alguma, apesar de algumas falhas, veio demonstrar, com todo êxito, o acerto do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Quando se pensava que essa inovação no processo eleitoral brasileiro pudesse gerar alguma confusão ou transtorno e que parte da nossa população ficaria praticamente atemorizada diante da máquina, o que se verificou foi que o voto eletrônico deu mais transparência ao pleito eleitoral. Sem dúvida, podemos dizer que o processo eletrônico, se não eliminou totalmente as fraudes, reduziu bastante o seu número e a corrupção no processo eleitoral brasileiro.

É mesmo de se desejar, como também pretende o Tribunal Superior Eleitoral por meio da palavra de seu Presidente, que, pelo menos em cerca de 70% dos municípios brasileiros, seja possível realizar as próximas eleições de 1998 pelo sistema de voto eletrônico, tal como se verificou nas capitais

brasileiras e nos municípios com mais de 200 mil eleitores. É o que todos nós esperamos. Tenho certeza de que o Poder Legislativo está preparado para dar a sua parcela de contribuição no sentido de que esse processo eleitoral, por meio do voto eletrônico, se transforme em realidade em todos os municípios brasileiros.

Por outro lado, o que me chamou a atenção – e já manifestei isso recentemente em outro pronunciamento – foi o recado que as urnas deram para todos nós da classe política. Sem dúvida nenhuma essas eleições municipais não foram, penso eu, disputadas no plano ideológico. Entendo que o resultado dessas eleições demonstraram que o povo tem disposição e quer uma política de resultados que venha a atender suas necessidades mais importantes e solucionar os problemas mais básicos, mais prementes e mais urgentes da nossa população. Parece-me que foi isso o que as urnas demonstraram nesse último pleito de 3 de outubro.

Em meu Estado, Mato Grosso do Sul, fechamos as eleições com chave de ouro; e falo agora com o coração estimulado pelo sentimento da alegria e do contentamento de ver que no meu Estado as eleições também transcorreram no mesmo clima em que se efetivaram em todo o território nacional. Na capital do Estado, travou-se o embate mais acirrado de todo o pleito ocorrido no Brasil. Foi lá que se verificou a eleição mais disputada, mais apertada, que terminou com a vitória do meu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, pela diferença de 411 votos sobre o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, pude constatar que também em meu Estado se verificou o que aconteceu no País inteiro: alianças. Entretanto, isso me causou até uma certa perplexidade, porque aconteceram alianças no segundo turno que considerávamos inimagináveis na nossa capital. Assim é que presenciamos o PPB, nos últimos instantes, através do seu Líder maior, nosso colega no Senado, Senador Levy Dias, comparecer ao horário gratuito na televisão e, democraticamente, dizer que apoiava o Partido dos Trabalhadores; essa decisão chocou a militância do PT, pelo que pude observar. Falo aqui como Presidente do Diretório Regional do PMDB, mas falo, sobretudo, como sul-mato-grossense, contente e satisfeito por ver o pleito democrático ter transcorrido da forma como transcorreu e, principalmente, depois de assistir à vitória do meu partido.

Houve ali um tipo de aliança explícita, inclusive com o comparecimento do Senador Levy Dias ao horário gratuito de televisão, apoiando o Partido dos

Trabalhadores – Levy Dias que é filiado ao PPB e matriculado no PPB do atual Prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf. E vi também outras coisas, não tão transparentes, não no horário gratuito da televisão.

Não falo com qualquer sentido de crítica, mas como constatação dos caminhos da democracia em nosso País. Falo da experiência que vivi de perto no meu Estado e das outras que colhi pela imprensa escrita e pelos noticiários da TV. Houve também alianças que não foram tão transparentes assim, de políticos tradicionais do Estado, que, embora não tenham ousado comparecer à televisão, não negaram apoio ao candidato do Partido dos Trabalhadores. Ninguém no meu Estado desconhece que o ex-Governador Pedro Pedrossian aliou-se ao PT – de quem era inimigo tradicional –, bem como o ex-Governador Marcelo Miranda, o ex-Conselheiro do Tribunal de Contas, João Leite Schmidt. O próprio candidato do PT, no último debate travado com o candidato vitorioso, André Puccinelli, declarou que agradecia o apoio recebido desses políticos.

Pode parecer que eu esteja aqui criticando o apoio desses políticos ao candidato do PT. Em absoluto. Cada um apoio quem quiser no regime democrático que estamos vivendo, regime que está se aprimorando, mas que demonstra uma faceta diferente, que até então não conhecíamos no nosso Estado, como essa aliança que se formou entre os políticos tradicionais que acabei de citar e o candidato do Partido dos Trabalhadores, meu particular amigo, José Orcílio.

É por isso que o meu PMDB foi realmente o partido vitorioso, pois enfrentou dificuldades, porque, estando no poder, lutou com muitas dificuldades. Durante algum tempo, o funcionalismo estadual recebeu os seus salários em atraso. Só recentemente, o Governador, com o beneplácito da Assembléia Legislativa, que não lhe negou apoio, conseguiu a renegociação da dívida perante as autoridades econômicas federais, e pôde, assim, cumprir esse débito com os dedicados servidores públicos do nosso Estado.

A vitória do Partido, portanto, foi uma vitória maiúscula, que nos deixa satisfeitos e felizes, sim, mas longe de nos vangloriarmos com ela. Queremos tirar dessa vitória os ensinamentos que as urnas revelaram.

Pleito renhido no meu Estado: 411 votos de diferença. Em todas as camadas sociais o PMDB e o PT foram votados; as chamadas classes A, B, C, D e E convergiram seus votos tanto para o PMDB de

André Puccinelli, como para o PT, representado pelo candidato José Orcílio.

Então, devemos lembrar da grande responsabilidade que temos neste momento. E compareço a esta tribuna em regozijo à democracia que está sendo praticada no Brasil e no meu Estado e também para dizer que o Prefeito eleito de Campo Grande, André Puccinelli, do nosso Partido, está cômico de suas responsabilidades; recebeu bem o recado das urnas e vai, naturalmente, com a garra e a bravura que o caracterizam, com a sua personalidade forte e a vontade que tem de servir ao nosso povo e à nossa gente, procurar uma administração cada vez mais participativa, unida à nossa população, buscando auscultar-lhe os interesses e atendê-la nos seus reclamos mais urgentes e necessários.

Sabe ele, como proclamou nos programas de rádio e televisão e em praça pública, o que é o Estado do Mato Grosso do Sul e o que representa a nossa capital no contexto da vida do Estado e do País; sabe que Campo Grande é a capital de um Estado emergente, considerado um Estado rico, que possui riquezas no seu subsolo, ainda inexploradas e que estão esperando a ação das autoridades para que, efetivamente, possam ser colocadas a serviço da nossa população.

Sim, Mato Grosso está no contexto dessa região Centro-Oeste tão alvissareira em busca desses incentivos de que necessita para o seu pleno desenvolvimento. Lá no meu Estado, ainda há áreas agrícolas, e o setor da agricultura e da pecuária tem possibilidade de render 30% a mais do que já contribui no contexto nacional. Há um potencial turístico imenso, com essa reserva que Deus nos deu que é o Pantanal Mato-grossense, um ecossistema maravilhoso, também à espera de uma efetiva exploração que não venha a agredir nossa natureza.

O transporte intermodal está pronto para receber a ação das autoridades governamentais. Temos o transporte ferroviário e o hidroviário. O rio Paraguai é navegável e os rios Paraná e Tietê muito em breve já começarão a operar. Ainda a desafiar nossa capacidade, o aproveitamento do gás boliviano, que vai passar por Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas – esperamos não ser apenas um mero corredor –, ganhando o Estado de São Paulo e aí atingindo outras unidades da Federação.

É preciso ação política eficaz por parte do Governo do Estado, por parte do Prefeito da Capital que acaba de ser eleito. E tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos convicção, vai acontecer, porque a população de Mato Grosso do Sul está es-

perando ser beneficiada com uma melhor qualidade de vida; poderá, também, contribuir para um Brasil cada vez mais justo e mais humano, como também é o desejo de todos nós.

Voltando a falar das eleições, acompanhei aquela luta de perto. Em determinado instante, quis que o meu Partido fosse representado pelo nosso colega Senador Lúdio Coelho, que considerava – e considero – imbatível. S. Ex^a, no entanto, preferiu continuar aqui no Senado da República. Nós do PMDB, então, tivemos que insistir numa candidatura própria, que, finalmente, ficou encarnada na pessoa do Deputado Federal André Puccinelli, conhecido pela sua bravura, por ter sido o Deputado Federal mais votado no Estado, aquele que percorreu todos os municípios de Mato Grosso do Sul e aprendeu rapidamente os caminhos de Brasília – percorreu Ministérios, foi à Presidência da República, demonstrando, com seu trabalho, o que poderia fazer por Mato Grosso do Sul, como fez, num curto espaço de tempo, quando esteve aqui como Deputado Federal.

Agora, por uma diferença de 411 votos, a população de Campo Grande confiou-lhe a tarefa de ser seu Prefeito, o condutor do Município. Estaremos aqui no Senado da República para ajudá-lo, nós, que incentivamos sua candidatura, que lutamos por ela bravamente, que fomos à praça pública. Como Presidente Interino do meu Partido, visitei a maioria dos Municípios sul-mato-grossenses e, agora, no embate do segundo turno, dali não me afastei.

Junto com os demais companheiros de Partido, tivemos essa vitória maiúscula, sim, maiúscula pela força de vontade, maiúscula pelo destemor, maiúscula pela transparência, porque assumimos os equívocos do nosso Governo.

Há vários e vários anos estamos no comando da Prefeitura de Campo Grande, estamos governando o Estado de Mato Grosso do Sul através de quem já passou pelo Senado da República, Wilson Barbosa Martins, que, lutando com uma série de dificuldades, conseguiu junto ao Governo Federal, como já afirmei, reordenar as finanças do Estado.

Queremos que todos juntos, de mãos dadas, possamos, daqui para a frente, com a vitória obtida, fazer a caminhada, aquilo que o povo sul-mato-grossense espera de nós.

Quero deixar também minhas congratulações – preciso fazer isto – ao PT do meu Estado. Os petistas foram bravos na luta, valorizaram nossa vitória, foram destemidos, reafirmo, valorizaram sumamente a vitória do PMDB. Congratulo-me, assim, com o povo da capital do meu Estado, dizendo que só há

um vencedor, e esse vencedor é o povo sul-mato-grossense, que merece o nosso esforço, o nosso trabalho, a nossa luta e espera por melhores dias.

O Sr. Elcio Alvares - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Elcio Alvares - Confesso a V. Ex^a que é muito agradável, no retorno aos trabalhos efetivos desta Casa, encontrar o eminente colega na tribuna, realçando com muito brilhantismo, com todo o entusiasmo que lhe é peculiar, a vitória de André Puccinelli para a prefeitura de Mato Grosso do Sul. Quando V. Ex^a, com muita tranquilidade, com muita propriedade, exalta o feito, dá o retrato por inteiro do que representa essa vitória para o seu Estado; acima de tudo, houve uma modéstia emoldurando seu pronunciamento. Atrevo-me neste instante a dizer que a vitória de um candidato é resultante das forças que o apóiam. Conhecemos muito bem o governador Wilson Martins - foi uma figura que, aqui no Senado da República, granjeou sempre o respeito dos seus colegas -, mas devo afirmar também neste instante, Senador Ramez Tebet, que V. Ex^a, na mesma trilha, tem pautado todos os seus atos nesta Casa pela retidão, pela correção de um comportamento parlamentar que sobremodo dignifica o exercício da função de senador. Portanto, acredito sinceramente, V. Ex^a foi um daqueles que lutou ao lado do candidato eleito e deu ao Mato Grosso do Sul essa visão, uma visão altamente positiva de um candidato determinado a cumprir um programa de homens sérios, de homens honrados, de homens que, acima de tudo, objetivam o progresso de Campo Grande. Portanto, neste momento, congratulo-me com V. Ex^a pela colocação que faz com tanto entusiasmo mas com tanta modéstia. Atrevo-me a dizer que, nesta vitória, não houve somente uma participação intensa do povo, que decidiu pela sua maioria numa das lutas municipais mais bonitas desse segundo turno; mas, inegavelmente, não se pode deixar de fazer o registro de que a participação do Senador Ramez Tebet, que, no Senado da República, tem dado uma contribuição de trabalho permanente e dedicado aos mais altos interesses nacionais, teve um efeito muito positivo. Congratulando-me com V. Ex^a pelo pronunciamento, estendo meus cumprimentos ao candidato eleito André Puccinelli, ao Governador Wilson Martins e a todos aqueles que, num momento tão decisivo para a história da capital do Mato Grosso, tiveram oportunidade de apoiar exatamente o candidato que vai dar o cetro à capital mato-grossense, aquela

cena de progresso, de desenvolvimento que, diga-se de passagem, é uma norma do Governo Wilson Martins.

O SR. RAMEZ TEBET - Meu caro Senador Elcio Alvares, que bom ouvir o aparte de V. Ex^a!

Quanto à minha participação pessoal, se merece algum destaque é pelo esforço, pelo companheirismo, porque, quando sou companheiro, sou mesmo. Fiquei no meu Estado porque acreditava, como acreditei e acredito no candidato do meu Partido, André Puccinelli. Mas V. Ex^a menciona nomes do nosso Estado que honraram o Senado da República, como o nome do nosso atual Governador, Wilson Barbosa Martins.

Eu acrescentaria o nome do Prefeito da Capital, Juvêncio César da Fonseca, até para dizer que quem está no Governo tem o ônus e tem o bônus, e deve assumir isso. E o grande feito do PMDB em Mato Grosso do Sul foi assumir os ônus e os bônus de sermos poder por muitos anos no nosso Estado.

Fizemos as nossas coligações, Senador Elcio Alvares, às claras: com o PMDB, no segundo turno, esteve o PSDB, que não esteve no primeiro turno; o PSDB do Senador Lúdio Coelho apoiou a candidatura do Senador Levy Dias; no segundo turno, veio conosco. Também veio conosco uma parte do PDT no segundo turno. Tudo às claras, tudo abertamente.

Comecei meu pronunciamento dizendo que este País vive um momento diferente, vive um momento de resultados. O povo hoje parece não querer mais as questões ideológicas. A ideologia hoje é a honestidade, a integridade dos homens públicos; é o que for bom para a cidade, o que for bom para o Estado, o que for bom para o País.

Nesse sentido, demonstrei que lá no meu Estado as coisas aconteceram de forma diferente: o PTB, por exemplo, quando veio com o PMDB, veio às claras, pois fomos à televisão, fomos às praças públicas. Por outro lado, o PT surpreendeu-me no Estado, porque, recebendo adesões, algumas ele escondeu: o ex-Governador Pedro Pedrossian, o ex-Governador Marcelo Miranda Soares e o ex-Conselheiro João Leite Schmitt apoiaram a candidatura, mas não publicamente.

No entanto, o candidato do PT, que perdeu por 411 votos nessa disputa - como V. Ex^a disse, foi acirradíssima -, no debate final, indagado pelo nosso candidato, até agradeceu o apoio dessas pessoas que até então não eram apoios explícitos, de homens que vão para a praça pública, que exteriorizam seus pensamentos, seus pontos de vista. O candidato do PT manifestou-se agradecendo a todos

que o apoiaram, nominando-os. Nessa mesma ocasião, defendeu o apoio explícito do Senador Levy Dias. E devemos considerar que o apoio do Senador Levy Dias, do PPB, ao PT, somente aconteceu em Mato Grosso do Sul; não conheço outro lugar onde isso tenha acontecido.

Vejam bem: não estou recriminando. Sou um homem pragmático e entendo que o homem público tem suas contradições. Quem não as tem? Quem não passou por aqui e por ali na sua vida pública? Quem não se recicla? Todos temos que nos reciclar um pouco. Todos temos os nossos erros e assumimos, lá, não os erros mas os ônus, pois o Governo de Wilson Barbosa Martins, acusado de ficar meses e meses sem pagar o funcionalismo público, não foi quem atrasou o pagamento. Quando assumiu aquele Estado, o Governador já encontrou esse atraso de três meses, mas sustentamos que a responsabilidade é nossa. Para arrumar recursos, pagar o funcionalismo, que merece receber em dia, tivemos o apoio da Assembléia Legislativa; alguns nos negaram esse apoio. O mesmo apoio que foi negado no seu Estado, Senador Elcio Alvares, ao Governador, ao meu Estado também foi negado, só que tínhamos maioria. Aprovamos e negociamos com o Governo Federal.

Quero encerrar meu pronunciamento dizendo que Campo Grande é um exemplo do amadurecimento político do Brasil, porque as eleições transcorreram praticamente sem "senões". É um acontecimento extraordinário um país fazer eleições em mais de 5 mil municípios sem registrar incidentes graves. A uma eletrônica provou que ajudará muito na lisura das eleições. E o Poder Legislativo tem responsabilidade de continuar dando sua parcela de contribuição para o aperfeiçoamento da vida democrática do País.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET - Ouço V.Ex^a com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - A Presidência pede ao nobre orador que, logo em seguida ao aparte, procure concluir seu pronunciamento porque seu tempo já se encontra ultrapassado em 10 minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Ramez Tebet, tive a oportunidade de estar em Campo Grande na semana anterior ao 15 de novembro. Assisti a um importante debate de iniciativa das Igrejas evangélicas e do qual participaram, no melhor nível, os candidatos José Orcílio Miranda dos Santos e André

Puccinelli, respectivamente, do PT e do PMDB. Eu avaliava que essa disputa tão equilibrada em Campo Grande fosse realizada no mais alto nível - pelo menos naquela noite o debate apresentava um bom nível. Infelizmente, na reta final, o que se observou em Campo Grande, segundo a informação que chegou à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, transmitida pelo PT ao nível do Estado e de Campo Grande, é que ocorreram diversas irregularidades. O Partido dos Trabalhadores está ingressando, perante a Justiça Eleitoral - já o fez na própria noite do dia 14 -, com pedido de suspensão da votação, para o Juiz da 35a. Zona Eleitoral, Sidenir Soncini Pimentel. E, na manhã do dia 15, encaminhou reclamação para os juízes das demais zonas eleitorais, uma vez que surgiram diversas denúncias, seja de compra de votos, de distribuição de cestas básicas, enfim, procedimentos que não condizem com a lisura total do pleito. É claro que houve extraordinário equilíbrio na conquista dos votos. Mas eu gostaria de registrar que o Partido dos Trabalhadores está ingressando com solicitação de nova eleição. O Presidente José Dirceu, acompanhado do Deputado José Orcílio Miranda dos Santos, fará uma visita amanhã ao Presidente do TSE, quando ingressará com documentos que descrevem essa situação. Obviamente foi uma disputa extremamente equilibrada. Entretanto, devido a alguns problemas ali registrados, o Partido dos Trabalhadores solicita à Justiça Eleitoral que examine em profundidade os casos registrados, inclusive que haja nova votação e apuração.

O SR. RAMEZ TEBET - Senador Eduardo Suplicy, quero agradecer o aparte, mais pela sua presença e menos pelo aparte em si, porque nele V. Ex^a apenas cumpre o dever partidário de comunicar à Casa que o seu partido reclama do resultado do pleito, quer dizer, chora o resultado de um pleito acirrado, disputado, com uma diferença final de apenas 411 votos. Se não existisse o **Jus espernlandi**, diria até que seria ignorar que a política é uma das maiores paixões que envolvem o ser humano e ninguém se conforma com o resultado das urnas, ainda mais quando é um resultado apertado, um resultado proveniente de uma disputa - como afirmei aqui e V.Ex^a confirmou -, cujos números falam mais alto do que nós dois.

Entendo que a manifestação de V. Ex^a é o choro. Fizemos uma eleição dentro dos moldes democráticos. O Brasil inteiro está de parabéns, e o PT não vai conseguir demonstrar as denúncias que está formulando.

Aproveito a oportunidade para agradecer, em nome do meu Estado, a presença de V. Ex^a na cam-

panha. V.Exª dignificou, com sua presença, a campanha cívica que travamos em Campo Grande. Senti não estar lá para recebê-lo, mas ouvi a população falando da sua serenidade, da sua competência, falando, sobretudo, de seu elevado espírito partidário. Isso deixou-me profundamente feliz.

O Sr. Eduardo Suplicy – Em Porto Murinho, onde a diferença entre os candidatos foi de apenas dois votos, o resultado está sendo contestado.

O SR. RAMEZ TEBET – Também aproveito esta oportunidade para deixar registrada a visita que nos fez outra companheira de Senado, a Senadora Benedita da Silva, que deixou excelente impressão no eleitorado mato-grossense-do-sul, afora o presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Dirceu, que está batendo às portas do Tribunal Superior Eleitoral, cumprindo, naturalmente, sua missão de presidente. Vejam como a minha Campo Grande ficou importante! Como é boa a democracia!

Por tudo isso, cumprimento o Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Roberto Freire – V. Exª me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET – Concedo um aparte ao Senador Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Nobre Senador, temos outros oradores inscritos e V. Exª já ultrapassou seu tempo em 15 minutos. A Presidência solicita que V. Exª conclua, por gentileza, seu pronunciamento.

O Sr. Roberto Freire – Sr. Presidente, meu aparte é só para fazer constar dos Anais que a reclamação democrática, já que vivemos em um estado de direito, não é apenas do PT, é da Frente que se formou em Campo Grande, à qual nosso partido está associado. Ou seja, estamos associados à reclamação que será enviada ao TSE. Não se trata só do **Jus esperniandi** e nem do choro, mas da denúncia de que poderíamos estar presenciando, no segundo turno, ao uso e abuso da máquina administrativa da prefeitura e do poder econômico. Gostaria de ressaltar que essa denúncia foi feita, inclusive, antes do dia 15 de novembro, portanto, antes do possível choro, do possível **Jus esperniandi**, quando as pesquisas não indicavam um possível vencedor. Nenhuma pesquisa pode detectar uma vitória por uma diferença de apenas 400 votos numa cidade com mais de 200 mil eleitores. As pesquisas detectavam uma igualdade ou até apontavam o nosso candidato como vencedor, em função de o mesmo ter vencido o primeiro turno das eleições. Gostaria apenas de esclarecer melhor a presença de outros partidos e

não apenas a do PT. E, o que é mais importante, quero dizer que não se tratava de um **Jus esperniandi**, mas de uma denúncia prévia de que poderíamos estar assistindo ao uso e abuso do poder econômico e da máquina administrativa.

O SR. RAMEZ TEBET – É como se atestasse praticamente a derrota por antecipação e se prevenisse contra a mesma. Mas não gostaria de encerrar o meu pronunciamento sem dizer que, para honra e glória de todos nós de Mato Grosso do Sul, V. Exª é o parlamentar mais convidado a ir ao meu Estado, dado o seu brilhantismo para proferir palestras e conferências. De sorte que V. Exª é muito conhecido no nosso Estado, que é pequeno. Atrevo-me a dizer que, proporcionalmente, V. Exª é tão conhecido lá quanto o é no Estado de Pernambuco, devido às inúmeras vezes em que lá esteve e que nos honrou com suas brilhantes palestras.

V. Exª também sabe que aquele povo não se deixa dobrar por cesta básica e votou por que tinha que votar. Tanto vencemos nós, como poderia ter vencido outro. As eleições, segundo as pesquisas, estavam empatadas; a diferença foi pequena. Mas, sobretudo, quero falar sobre a minha alegria de ver que o candidato do meu partido ganhou e que o povo de Mato Grosso do Sul está dando a sua parcela de contribuição para a democracia no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é até emocionante ouvir o discurso do grande líder e Senador Ramez Tebet sobre a vitória que o seu partido obteve em seu Estado e a união que tem o PMDB em Mato Grosso do Sul. Eu nasci no PMDB, foi nele o primeiro partido a que me filiei. Na década de 80, por ele fui eleito Deputado Estadual por duas vezes, mas, quando pretendi concorrer ao cargo de prefeito, por causa de disputas locais, tive que sair do PMDB e ir para o PDT. No PDT de Leonel Brizola, tive oportunidade de ser eleito prefeito da cidade de Ariquemes e logo após Senador da República.

Nosso projeto sempre foi ser Governador do Estado de Rondônia, mas via no PDT alguns companheiros que disputavam esse espaço. Por isso,

tive que me afastar do PDT e retornei ao PMDB. Pretendia disputar a vaga de Governador do Estado nas eleições de 1998, entretanto, apesar de todo o apoio que recebi da bancada federal e dos líderes no Congresso Nacional, no meu Estado continuam as discussões, os problemas. O atual Governador, prevendo a aprovação da reeleição, já se declarou candidato à reeleição ao Governo do Estado de Rondônia. Por isso, hoje estou encaminhando ofício ao Presidente do Senado comunicando a S. Ex^a que a partir desta data estou desligado dos quadros do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O motivo que me leva a tomar esta decisão são as freqüentes manifestações de dirigentes regionais do partido em Rondônia, de caráter hostil e desrespeitoso sobre minha permanência no PMDB.

Diante das declarações de vitória do PMDB, é com muita tristeza que tomo esta decisão. Segundo as leis partidárias do momento, tenho o direito de ficar sem partido para buscar uma sigla na qual eu tenha condições de disputar o Governo do Estado. É por este motivo que ora estou me desligando da bancada do PMDB.

Sinceramente, este é um dos partidos de que eu gosto, adoro. Consegui conviver muito bem com a bancada do PMDB. Muitos companheiros, a exemplo do meu amigo e colega Ramez Tebet, de Jader Barbalho e de tantos outros líderes de outros partidos, naquele momento difícil, em que queriam crucificar-me, ficaram ao meu lado. Lamentavelmente, como não tenho oportunidade de ser o candidato a Governador de Rondônia pelo PMDB, estou me desligando de seus quadros.

Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Mesa aguarda a comunicação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL - MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já discurssei anteriormente, inspirado num estudo da Sudene, sobre o esforço que o Nordeste faz em busca do seu desenvolvimento, citando dados estatísticos que comprovam tal assertiva.

Pareceu-me claro que os recursos destinados à Região do Nordeste, sejam públicos ou privados, têm sido muito bem aproveitados, deles resultando grandes benefícios para todo o País.

Referi-me, inclusive, ao crescimento do Maranhão, com taxas superiores às alcançadas pelo Nordeste, como um todo, e às do Brasil, especialmente no período de 1990 a 1995. Esse crescimento, no

entanto, não impediu que a renda *per capita* do meu Estado, em valores de 1994, tenha sido uma das mais baixas do País. Afirmam os cientistas sociais que o fato, aparentemente contraditório, explica-se pela má distribuição de terras e pela forte taxa de natalidade que ainda pesa sobre a região.

Hoje, abordo uma nova vertente da saga nordestina, procurando demonstrar as contradições que caracterizam o Nordeste brasileiro.

Passados cinqüenta anos da primeira edição de *Geografia da Fome*, um dos melhores estudos feito pelo eminente e saudoso médico, sociólogo, embaixador e ex-Deputado Federal pernambucano, Josué de Castro, a "Questão Nordestina" continua a ocupar lugar de destaque entre os debates mais importantes sobre o futuro do Brasil.

Geografia da Fome, da mesma maneira que *Os Sertões* de Euclides da Cunha, retratou de maneira crua a saga e o sofrimento do povo nordestino e inspirou também a obra de muitos artistas consagrados. Assim, não é por acaso que as gravuras geniais do pintor e escultor pernambucano Abelardo da Hora mostram o "ciclo do caranguejo" nos mangues e nos lamaçais das marés recifenses, e os famosos painéis de Cândido Portinari expõem os corpos esqueléticos dos retirantes nordestinos, esmolambados e cambaleantes, acompanhados de suas proles numerosas, atravessando as terras secas e lascadas, castigadas pelo sol, em direção do "Eldorado" no então longínquo São Paulo.

Por incrível que pareça, noventa e quatro anos depois do aparecimento de *Os Sertões* e cinqüenta anos depois de *Geografia da Fome*, a paisagem social nordestina não se alterou significativamente. Talvez possamos até dizer que plorou e que as contradições sociais se tornaram mais amargas, mais agudas e mais chocantes. As relações sociais paternalistas que caracterizavam as sociedades das duas épocas começavam e terminavam no "terreiro" da fazenda do Coronel. Hoje, elas começam e terminam com o capital na sua forma mais avançada, mais impessoal, mais individualista, mais excludente e mais globalizada. As classes sociais no Nordeste de ontem conviviam mais ou menos no mesmo século. Os "senhores" e os "servos" se diferenciavam profundamente em termos econômicos, políticos, sociais e de poder, mas não tanto em termos das concepções da vida cotidiana. De qualquer maneira, a Senzala não ficava muito longe da Casa Grande e o terreiro da fazenda do Coronel estava presente em toda a existência do camponês. Em contrapartida, hoje, são as poderosas forças de mercado, difíceis

de serem identificadas e percebidas, mas sempre presentes, que ditam as regras do jogo. Existe realmente um "dualismo nordestino" onde o século XXI reproduz perfeitamente o seu dinamismo e a sua sofisticação, convivendo de maneira esquisita com o século XIX, que continua vivo em todo o Nordeste e funciona muito bem.

Não nos podemos esquecer de que, ao lado das figuras místicas de Padre Cícero, que permanece vivo na alma do povo nordestino, e de Frei Damião, que arrasta multidões, dos códigos de honra, das crenças, dos supostos milagres e dos "paus-de-arara" que ainda cruzam as precárias estradas levando camponeses para as feiras,romeiros para as festas santas e trabalhadores bóias-frias para as plantações, existem os mais sofisticados centros de pesquisas científicas e Universidades altamente avançadas em desenvolvimento de tecnologias de última geração, que formam a matriz mais crepitante da terceira revolução industrial. O século XXI também está presente na arquitetura de vanguarda dos grandes centros urbanos, disputando espaço com a miséria gritante, com os mocambos, barracos e favelas, com o analfabetismo, com a promiscuidade, com a violência, com a tristeza da prostituição de crianças, com as doenças endêmicas, com as altas taxas de mortalidade infantil e com os comedores de detritos, os chamados "homens gabirus" que vivem da sobra social e do lixo das cidades.

Devemos reconhecer que, ao longo das últimas décadas, o dinamismo da economia nordestina não foi capaz de superar o crescimento dos níveis de miséria. A famosa teoria de deixar o bolo crescer para distribuir depois, além de aumentar o percentual de concentração de renda nos bolsos da minoria rica, agravou ainda mais as condições de vida da grande maioria do povo nordestino.

Fontes pesquisadas e citadas pela imprensa brasileira mostram que o desempenho econômico do Nordeste, com suas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, abrangendo um longo período de 25 anos, entre 1970 e 1995, foi superior ao alcançado pela economia brasileira. Enquanto o Nordeste cresceu a uma taxa média de 5,8 por cento, o Brasil apresentou um crescimento da ordem de 4,6 por cento.

Estudo do economista Álvaro Zini Junior, Professor da Faculdade de Economia e Administração FEA, da Universidade de São Paulo USP, sobre a evolução da renda *per capita* dos Estados brasileiros, cobrindo o período entre 1939 a 1994, e que foi analisado no recente Seminário realizado na Bahia

sobre: *A Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada*, apresenta as seguintes conclusões:

Entre 1939 e 1994, a renda per capita brasileira cresceu a uma taxa média de 5,4 por cento. Ao mesmo tempo, a renda do Norte do País, incluindo apenas os Estados do Amazonas e Pará, cresceu a uma taxa de 5,2 por cento. A do Nordeste teve um desempenho de 5,5 por cento; a do Sudeste, 5,0 por cento; a do Sul, 5,6 por cento; e a do Centro-Oeste, 7,6 por cento. É importante observar que o desempenho do Nordeste pode ser considerado como razoável, porque a sua renda per capita cresceu mais do que a média brasileira e do que a da região Sudeste que é a mais desenvolvida do País. Em relação ao Sul e ao Centro-Oeste, devemos levar em conta que houve, nos últimos 40 anos, uma verdadeira explosão econômica nessas regiões. Mato Grosso e Goiás mudaram completamente o seu perfil econômico com a inauguração de Brasília e, conseqüentemente, com o alargamento da fronteira agrícola e com a ocupação dos espaços vazios em terras de alta qualidade. No caso do Paraná, o aparecimento da soja como um dos principais itens da balança comercial brasileira e da pauta de exportações, provocou um verdadeiro salto econômico no início dos anos 70.

Agora, fazendo uma comparação entre o desempenho dos Estados nordestinos e os outros Estados brasileiros, temos as seguintes conclusões: considerando o mesmo período de 1939 a 1994, o crescimento médio da renda *per capita* do Maranhão foi de 4,4 por cento; do Piauí, 3,3 por cento; do Ceará, 5,4 por cento; do Rio Grande do Norte, 7,3 por cento; da Paraíba, 5,0 por cento; de Pernambuco, 4,2 por cento; de Alagoas, 6,2 por cento; de Sergipe, 7,2 por cento; e da Bahia, 6,9 por cento. Ao mesmo tempo, no Amazonas, o crescimento foi de 4,9 por cento; no Pará, 5,3 por cento; em Minas Gerais, 8,0 por cento; no Espírito Santo, 7,8 por cento; no Rio de Janeiro, 3,3 por cento; São Paulo, 4,5 por cento; Paraná, 6,4 por cento; Santa Catarina, 7,4 por cento; Rio Grande do Sul, 5,0 por cento; Mato Grosso, 5,1 por cento; e Goiás, 6,3 por cento.

Em termos de valores em reais, a renda per capita nordestina sempre esteve muito abaixo tanto da média nacional quanto da renda de todos os outros Estados. Os valores de 1939 e de 1994 mostram que essas afirmações são verdadeiras. Ao que tudo indica, as altas taxas de crescimento demográfico na região Nordeste, bem maiores do que no resto do Brasil, e a forte concentração da propriedade

são em grande parte responsáveis pelo seu empobrecimento em relação aos outros Estados. Assim, no que se refere ao incremento demográfico, ele tem anulado constantemente os ganhos de crescimento do seu PIB, que têm sido significativos, e como já vimos, maiores do que as próprias taxas alcançadas pelo País nos últimos 25 anos. É verdade que o PIB nordestino cresceu de 15,5 bilhões de dólares, em 1960, para um valor projetado de 115 bilhões de dólares em 1996, mas esse ganho foi sempre consumido pelos fatores acima apontados. Complementando, é importante saber que a renda per capita do Brasil era de R\$721,00 em 1939, enquanto a do Nordeste ficava em R\$343,70; a do Norte (Amazonas e Pará), R\$533,10; a do Sudeste, R\$1.019,30; a do Sul, R\$813,00; e a do Centro-Oeste, R\$511,20. Para valores de 1994, o Brasil tinha R\$3.872,90; o Norte, R\$2.784,5; o Sudeste, R\$5.140,90; o Sul, R\$4.559,90; o Centro-Oeste, R\$3.906,70; e o Nordeste, apenas R\$1.882,60. O Piauí e o Maranhão aparecem com a renda per capita mais baixa do Brasil. O primeiro, com apenas R\$1.053,30, e o segundo, com R\$1.330,70. Vale ressaltar que, em 1939, o Piauí ocupava a quarta posição em matéria de renda per capita na região. O estudo sugere que a má distribuição da terra é a causa principal do atraso do Maranhão e do Piauí e, persistindo tal situação, dificilmente os dois Estados conseguiriam melhorar suas condições. A maior renda per capita do Nordeste, em 1994, a do Estado de Sergipe, com R\$2.468,00, era menor do que a menor renda *per capita* do resto do Brasil. Essa diferença entre a riqueza do resto do Brasil e o empobrecimento do Nordeste parece indicar que existe realmente uma estreita correlação entre a forte taxa de natalidade que ainda predomina na região e a anulação de ganhos com a acumulação de capital.

O estudo evidencia também um dado importante e que deve ser levado em consideração em qualquer política de desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, as diferenças e as peculiaridades existentes entre os próprios Estados nordestinos e, em segundo lugar, as diferenças e as prioridades que devem também ser levadas em consideração entre o Nordeste e o resto do Brasil.

Recentemente, o Banco Mundial publicou estudo sobre a pobreza no Brasil e constatou que os desníveis sócio-econômicos entre o Nordeste e o Centro-Sul, por exemplo, tenderão a se agravar caso não sejam tomadas providências de médio prazo para diminuir os índices de concentração da ren-

da regional e familiar e se não forem aplicados recursos importantes em programas sociais e em educação básica. Aliás, o Estado de Minas Gerais conseguiu elevar sua renda *per capita* oito vezes, passando de R\$447,20 em 1939 para R\$3.572,10 em 1994, basicamente investindo em educação.

Na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD, com dados colhidos em setembro de 1993, publicada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, a taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos declinou, no Brasil, em oito pontos percentuais em relação a 1983, situando-se em 11,4 por cento. Enquanto isso, no Nordeste, o indicador alcançou 26,7 pontos percentuais. A taxa de analfabetismo do Brasil atingiu 16 por cento e a do Brasil, sem o Nordeste, chegou a 10 por cento. Ao mesmo tempo, a taxa do Nordeste como um todo chegou aos 33 por cento. No Brasil, 75,8 por cento das residências têm geladeira e, no Nordeste, apenas 53,1 por cento. Em relação a equipamentos como máquina de lavar roupa, 24,3 por cento dos domicílios nacionais funcionam com essas máquinas, enquanto, no Nordeste, apenas 4,3 por cento. São 19,8 por cento de casas com telefone e, no Nordeste, apenas 9,7 por cento. Contra a média nacional de 58,7 por cento dos domicílios ligados a redes de esgotos ou fossas assépticas, o nordestino fica com 30,2 por cento. A mesma fonte revela que foram encontradas no País 6.971.532 pessoas que trabalhavam sem ter contrapartida monetária. O mais curioso é que, desse total, 3.210.839 pessoas moravam no Nordeste.

O Nordeste brasileiro concentra 53 por cento da pobreza absoluta do Brasil. Mais de 24 milhões de pessoas vivem com uma renda familiar per capita inferior à metade de um salário mínimo. Em termos de mortalidade infantil, de desnutrição, de analfabetismo e de concentração de renda, os indicadores comparam-se facilmente aos dos países mais pobres do planeta. Os índices sociais do Nordeste são equivalentes aos do Haiti, que é um dos países mais pobres do mundo. O nordestino nasce com uma expectativa de vida seis anos menor do que a média brasileira. A expectativa média de vida no Nordeste é de 58,8 anos, contra 64,9 para o Brasil, segundo dados do IBGE para o início da década de noventa. Para finalizar, cerca de 45,3 por cento das crianças de zero a cinco anos sofrem de desnutrição, enquanto, no Sudeste e no Sul, a proporção é de 21,3 por cento e 17,5 por cento, respectivamente.

Apesar de muitos desencontros no caminho do desenvolvimento nordestino, o Governo deveria re-

conhecer mais os esforços que são feitos para a superação das dificuldades e engajar-se com mais objetividade, como uma espécie de moderador, na tentativa de superação definitiva dos desequilíbrios intoleráveis. Mais ainda, devemos reconhecer juntos, de uma vez por todas, que um Brasil moderno, dinâmico e poderoso economicamente, como todos nós queremos, não pode inserir-se plenamente no contexto de uma economia globalizada arrastando atrás de si o atraso, a miséria e o subdesenvolvimento de uma região que ocupa 1.548.672 quilômetros quadrados do seu território e onde vivem cerca de 45 milhões de brasileiros.

O futuro do Nordeste e o bem-estar de sua população dependem estreitamente de investimentos produtivos em projetos prioritários e com retorno garantido a médio prazo. A não-existência desses recursos ou a sua má aplicação redundarão em mais miséria, mais atraso e mais prejuízo para o País.

O aumento da produção precisa garantir o desenvolvimento humano sustentável. Se a economia envolve relações monetárias, o desenvolvimento humano introduz uma dimensão ética nas relações que estão na base dos mecanismos de mercado.

A miséria humana constitui uma permanente ameaça para a estabilidade política, a coesão social e a saúde do ambiente em escala global.

Quando as sociedades se desagregam por causa de choques sociais, quando os governos se corrompem e dilapidam os recursos públicos, quando os investimentos são desviados de áreas prioritárias como a saúde e a educação para financiarem projetos de poderosos, quando se alastram o tráfico de drogas, a fome, a violência, o desemprego, a criminalidade, as epidemias e a contaminação, é indispensável e vital que a sociedade interpele com veemência a consciência coletiva. Trata-se assim de substituir a iminência do caos pelo desenvolvimento sustentável. Não faz muito tempo que corremos seriamente esses riscos, mas agora eles já fazem parte do passado. No momento em que o Brasil optou pela paz, pela seriedade e pela democracia em todo o seu território, deve também aproveitar este momento histórico para declarar uma guerra aberta contra a miséria do Nordeste. Devemos, assim, unir os nossos esforços para vencer o atraso e para que a cooperação para o desenvolvimento seja um mecanismo eficaz, de modo que reine a riqueza em benefício da maioria

do povo nordestino e não simplesmente em favor de uma pequena elite.

É significativa a sentença de Malraux, em *Os Conquistadores*, "A esperança dos homens é a sua razão de viver e de morrer".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é público e notório que o brasileiro sempre alimentou inclinação masoquista para desdenhar seus talentos. Os fatos, incansavelmente demonstrados, despem-me das vestes de ficcionista e de crítico improvisado dos nossos costumes. A verdade é que o brasileiro, com raríssimas exceções, não se entusiasma pelo sucesso de seus patrícios.

Ayrton Senna, príncipe da velocidade, o maior piloto da Fórmula 1 de todos os tempos, sempre sofreu cobrança dos falsos **experts** no assunto, a toda hora submetido a comparações com outros pilotos, pouco importando seu número de vitórias. Somente quando uma curva assassina o matou na Itália é que passou a ser unanimidade nacional.

Edson Arantes do Nascimento, Pelé, gênio incontestado do futebol, admirado e festejado nos mais distantes pontos do planeta, jamais conseguiu se impôr como expressão ímpar do nosso esporte. Diante dos rasgados elogios da imprensa internacional à arte maravilhosa de Pelé, não faltavam cronistas indígenas, não alienígenas, que, numa incrível demonstração de desamor, mancharam as páginas dos jornais em que trabalhavam com comentários do tipo "Eles não viram o Puska jogar" ou "Alfredo Di Stefano, que saudades!"

Glauber Rocha, revolucionário do cinema brasileiro, foi chamado de tudo, de esquizofrênico a narcisista, menos aquilo que realmente era, um gênio da sétima arte.

As nações civilizadas orgulham-se dos seus talentos. O Barão de Cubertin, homem a quem devemos a universidade dos modernos jogos olímpicos, é uma instituição nacional na França, o mesmo acontecendo com Jules Rimet, que transformou os campeonatos mundiais de futebol num instrumento

de aproximação entre os povos. Mas nós, brasileiros, ignoramos os nossos talentos. Fazemos de conta que não existem, não importando o quanto tenham contribuído para a divulgação do Brasil nas importantes funções que eventualmente ocupem no campo internacional.

Jean Marie Faustin Godefroid Havelange, há várias décadas, convive com o sucesso em todas as empreitadas às quais se arriscou. Filho de belgas, brasileiríssimo nascido no Rio de Janeiro em maio de 1916, presidente da Fédération Internationale de Football Association desde 1974, João Havelange é o exemplo típico do homem pertinaz, que, superando desafios, amolda segmentos da sociedade à sua imagem pessoal de renovação.

João Havelange é hoje uma das personalidades mais ilustres deste planeta, recebido com honras de chefe de estado por todas as nações que visita, exceção do Brasil, evidentemente, que ainda não lhe prestou as merecidas homenagens por sua extraordinária atuação no futebol internacional.

Empresário vitorioso e de idéias arejadas, Havelange, à frente da FIFA, transformou o futebol num poderoso instrumento de amizade entre os povos. Nações que se digladiavam em guerras cruentas paralisaram por noventa minutos a sua fúria sanguinolenta e se confraternizaram nas quatro linhas de um campo de futebol.

Nesse caldeirão de conflitos étnicos em que o planeta se vê mais uma vez envolvido, a presença da ação pacificadora da FIFA e a influência de Havelange como estadista do esporte reduziram ódios tribais, amainaram divergências diplomáticas e criaram esperanças para milhares de jovens nos diversos quadrantes da Terra.

Com efeito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao assumir o comando da FIFA – primeiro sul-americano a conquistar essa honraria – a entidade era política e economicamente controlada pelos interesses europeus. Diferente de Jules Rimet, que não considerava o futebol praticado em outros continentes como digno de suas atenções, Havelange olhou para o futuro e globalizou a Fédération Internationale de Football Association, incluindo em suas competições países da África, Ásia e Oceania.

As Copas do Mundo, antes restritas a dezesseis equipes e com pouco menos de vinte dias de duração, transformaram-se, sob a orientação de Havelange, num espetáculo universal. De quatro em quatro anos, o mundo inteiro suspende suas atividades por algumas horas, concentrando-se no aplauso ao talento de alguns eleitos. Ao convocar a televisão para sua parceira, Havelange mundializou o futebol

mas, ao mesmo tempo, transformou-o numa festa de aldeia, onde todos se reúnem para vê-la.

Responsável direto pelo fato de o Brasil se tornar uma potência futebolística mundial – os títulos mundiais de 58 e 62 se deram quando se encontrava à frente da Confederação Brasileira de Desporto –, João Havelange transformou a FIFA num enorme conglomerado econômico, mas com intensa atividade no campo social, principalmente nos países menos desenvolvidos.

Ao registrar, na simplicidade destas palavras, a obra realizada por João Havelange, estadista do esporte, cidadão do mundo, faço-o com a consciência tranquila de saber que nem todos os brasileiros desprezam seus patrícios talentosos, razão pela qual me associo à Chancelaria e à Reitoria da Universidade Gama Filho pela outorga do título **Doutor Honoris Causa** a esse eminente brasileiro, a realizar-se depois de amanhã, dia 20 de novembro.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, requerendo a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, que ainda há pouco pronunciou brilhante discurso desta tribuna, que dê ciência deste meu pronunciamento ao Dr. João Havelange, assim como determine a publicação, na íntegra, do seu **curriculum vitae**.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo o aparte a V. Ex^a, eminente Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Senador Bernardo Cabral, seu pronunciamento reflete o pensamento de todo o Senado. Não tenho dúvida de que, nessa oportunidade, V. Ex^a é perfeito intérprete não só desta Casa, mas também de toda a população do Brasil. Nosso povo ama o esporte maior, o futebol, que tem em Havelange uma das figuras mais importantes hoje no mundo. Considero que esse homem merece que lhe sejam tributadas todas as homenagens do Senado da República, e, tendo V. Ex^a como intérprete, essas homenagens crescem mais ainda.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quero agradecer a V. Ex^a, eminente Senador Antonio Carlos Magalhães. O aparte de V. Ex^a constitui não apenas um complemento, como poderia parecer, mas o que de mais importância pudesse haver nele. Peço ao eminente Senador Ramez Tebet que, ao dar conhecimento deste pronunciamento, faça-o destacando o

aparte do nosso Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador de hoje e Presidente da Casa de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Esta Presidência destaca que V. Ex^a, ao fazer o registro da outorga do título de **Doutor Honoris Causa** pela Universidade Gama Filho a esse eminente brasileiro João Havelange, que V. Ex^a em seu pronunciamento denominou de Cidadão do Mundo com muita justiça, nada mais fez do que interpretar o sentimento de todo o Senado da República.

O Sr. Ramez Ramez deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra o Sr. Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu preferiria iniciar uma análise e um debate sobre as eleições municipais deste ano a partir de amanhã, quando o Congresso Nacional voltará plenamente a suas atividades.

Ocorre que integramos diversas comissões, permanentes ou não, e teremos amanhã um dia de intenso trabalho em relatoria de projetos, em debates diversos nas comissões que compõem e desenvolvem o dinamismo desta instituição. Assim, venho à tribuna para antecipar esse debate, essa reflexão, no pressuposto de que o primeiro e o segundo turnos dessas eleições refletem, de forma diferente, posições e repercussões da maior significação.

Já se dizia que as consequências das eleições municipais desaparecem praticamente nos 15 dias após o pleito. Esse era o pensamento de nosso Líder mineiro Tancredo Neves. Ocorre porém que, não obstante a inadequação das eleições no segundo turno, temos que considerar que os Partidos políticos de uma forma geral desenvolveram plena atividade e intensificaram um debate que foi, de certa forma, limitado às cidades ou às regiões onde estas se situam.

A mim me parece que devemos salientar que essa pulverização partidária que ocorre no País ainda demorará bastante em sua modificação, uma vez que de uma forma geral esses Partidos estão permitindo a participação de Lideranças políticas novas no processo eleitoral brasileiro.

Estamos certos de que, por meio de uma legislação mais adequada, e de acordo com a evolução do pensamento da sociedade brasileira, vamos aos

poucos reduzindo o número de Partidos até que possamos transformar o Brasil num País de Partidos coesos, sólidos e plenamente definidos.

Até lá, nosso objetivo é divulgar que a sociedade brasileira está passando por um momento de destaque no exercício da democracia e na busca de decisões, independentemente de posições de comandos políticos nem sempre ajustados à evolução política brasileira. O povo está livre, o Brasil está mudando e, conseqüentemente, os 100 milhões de brasileiros que estão participando do processo político contribuem de forma significativa para a plenitude da vida democrática no País.

Hoje, gostaria apenas de salientar as posições dos maiores Partidos, começando por comentar aqueles que elegeram o maior número de prefeitos. O primeiro foi o PMDB, com 1.291 prefeitos; em segundo lugar está o PFL, com 931, em terceiro lugar, o PSDB, com 914, e em quarto lugar, o PTB, com 622. Esses são os resultados que contemplam os maiores partidos e que, efetivamente, dominam as atenções do povo no momento das decisões que acabamos de tomar.

No tocante às capitais brasileiras, estes quatro partidos elegeram, igualmente, quatro prefeitos. O PMDB elegeu os prefeitos de Rio Branco, Acre; de Fortaleza, Ceará; de João Pessoa, Paraíba; de Aracaju, Sergipe; e de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O PFL elegeu os prefeitos do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; de Salvador, Bahia; de Recife, Pernambuco; e de Macapá, Amapá. O PSDB elegeu quatro prefeitos: o de Cuiabá, Mato Grosso; de Goiânia, Goiás; de Teresina, Piauí; e de Vitória, Espírito Santo. O PPB elegeu, em sua legenda, quatro prefeitos de capitais: em Manaus, Amazonas; em Palmas, Tocantins; em Florianópolis, Santa Catarina; e em São Paulo, capital.

Não se pode deixar de destacar, nessa hora, que o resultado da eleição em São Paulo obteve uma repercussão em todo o País, o que pode sinalizar posições políticas em relação ao futuro. Agora, desejo salientar que o resultado das eleições no Rio de Janeiro, em sua capital, é o mais positivo possível, porque o Partido que integro e que dirijo em Minas Gerais ali elegeu o prefeito que todos nós conhecemos, sob a liderança do Prefeito César Maia, constituindo-se os dois em lideranças de grande expressão e de destino bastante claro em relação ao futuro. Por isso mesmo, temos que salientar que se trata de duas contribuições efetivas para o desenvolvimento da política nacional.

O Sr. Roberto Freire – V. Exª me permite um aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Roberto Freire – Senador Francelino Pereira, apenas gostaria de lembrar a V. Exª, que tão bem representa o Estado de Minas Gerais, sobre o partido vitorioso nas eleições em Belo Horizonte, o qual também ganhou a prefeitura em três outras capitais. Essa eleição é tão importante quanto a de São Paulo, até porque a mesma indica uma outra vertente; em São Paulo, ganhou a vertente da direita, e, em Belo Horizonte, a da esquerda, numa grande aliança que se formou, à qual, inclusive, ao final, até o Partido de V. Exª se integrou. A vitória de Célio de Castro foi uma avalanche, e até mesmo o PFL se integrou a essa frente. Apenas gostaria de ilustrar o pronunciamento de V. Exª, lembrando que seria interessante analisarmos o PSB, que, antes das eleições, era um partido pequeno e que, agora, transformou-se num partido mediano.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Senador Roberto Freire, V. Exª efetivamente ilustra o debate que estamos iniciando. Os eleitores de Belo Horizonte deram uma demonstração de que é possível eleger um prefeito que sabe interpretar o sentimento de Minas Gerais e a vocação daquela cidade, numa posição de centro-esquerda, buscando uma aliança que contribuiu de forma significativa para que o nosso candidato, ao qual se aliou também o Partido da Frente Liberal pelas suas lideranças de Belo Horizonte, se elegeisse Prefeito dessa cidade, destacando bastante a sua legenda, o PSB.

Por essa razão, Sr. Presidente, as capitais estão representadas pelos grandes partidos, com as exceções compreensíveis e que aqui estamos exaltando, inclusive o PSB em Belo Horizonte, por intermédio de uma coligação.

O Partido da Frente Liberal desenvolveu, com a colaboração de todas as suas lideranças, seus Senadores e seus Deputados, uma campanha intensa, permitindo que hoje se possa proclamar que Minas Gerais promoveu mais de trezentas alianças partidárias, elegendo, assim, a maior bancada de estado, exatamente com 161 prefeitos. Em segundo lugar, a Bahia, com 124; São Paulo, em terceiro lugar, com 101; e o Piauí, em quarto lugar, com 77, seguindo-se as outras unidades da Federação.

Aí se destaca, Sr. Presidente, o esforço que desenvolveram esses partidos, registrando-se que muitos companheiros dessas legendas se filiaram

em partidos menores, em razão da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, quando considerou inconstitucional uma decisão desta Casa, que permitia que os partidos mais expressivos registrassem maior número de candidatos. Diante dessa posição, esses partidos buscaram, na última hora, filiações em outros partidos de companheiros que terminaram sendo candidatos a Câmaras Municipais e até mesmo a prefeito e vice-prefeito, permitindo, portanto, que os partidos de maior dimensão alcançassem um resultado mais expressivo.

Devo destacar, Sr. Presidente, que com relação à votação, o PMDB obteve, em Minas Gerais, 1.087.549 votos; o PSDB está colocado em segundo lugar com 866.483; o PSB, em razão de sua votação em Belo Horizonte, obteve 830.279; e o PFL alcançou 675.009. Essas quatro legendas, aí incluídas as do PSDB, são as mais expressivas em número de votos.

O Rio de Janeiro, como salientei antes, dá uma demonstração de repercussão ampla em todo o País. O Partido da Frente Liberal é hoje o mais expressivo, o de maior força política no estado, obtendo nas urnas exatamente 1.962.082 votos, colocando-se em primeiro lugar na disputa do pleito municipal daquele estado. O PSDB se coloca em segundo lugar, com 679.788 votos; o PDT, em terceiro lugar, com 609.881; e o PTB, com 148.954. Os partidos menores alcançaram também votações expressivas, de tal forma que o quadro partidário, embora bastante pulverizado, dá uma demonstração de empenho e de esforço no sentido de fortalecer o quadro partidário e político do País.

Convém salientar, Sr. Presidente, que os partidos não atuaram isoladamente. Em razão da multiplicação partidária, tivemos nessas eleições municipais coligações ou alianças envolvendo, às vezes, até nove ou dez partidos políticos, destacando-se apenas a legenda do candidato a prefeito, mas que, na verdade, foram partidos que contribuíram para o sucesso do pleito.

Sr. Presidente, a essas observações deverá ser acrescida que o Partido da Frente Liberal teve a preocupação de não participar ou envolver-se nas eleições estaduais. Cada Unidade da Federação lutou para alcançar um resultado eleitoral democrático, e o nosso partido disputou com as suas lideranças em cada unidade, sem interferência alguma nos outros estados, numa demonstração de que as eleições municipais não envolveram temas nacionais e, às vezes, nem regionais, limitadas sempre a um de-

bate em torno dos interesses e das vocações das cidades onde disputamos as eleições.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, quero registrar o grande esforço que os onze parlamentares do Partido da Frente Liberal no Congresso Nacional desenvolveram para fortalecer o Partido em Minas e, ao mesmo tempo, revelando o nosso empenho no sentido de que os mineiros tenham, neste Congresso Nacional, uma representação ativa e dinâmica.

Estamos empenhados ainda, Sr. Presidente, em que as reformas políticas sejam discutidas rapidamente, não apenas a reeleição como idéia ou como princípio, mas também outros dispositivos legais ou constitucionais que estão exigindo um aperfeiçoamento através do debate e da análise desta Casa.

São essas, Sr. Presidente, as considerações que queria fazer para destacar o papel de Minas nessas eleições municipais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por vinte minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de falar do tema principal que me traz à tribuna, gostaria de lembrar que amanhã haverá dois eventos importantes no Senado Federal.

A Comissão de Assuntos Econômicos convida todos os Srs. Senadores para o debate que se realizará às 10 horas, neste plenário, sobre a estrutura fundiária e a reforma agrária. O evento contará com a participação do Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Antonio Ernesto Werner de Salvo; o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Sr. Luiz Marcos Suplicy Hafers, o Presidente da Contag, Sr. Francisco Urbano; os Coordenadores do Movimento dos Sem-terra, João Pedro Stedile e Gilmar Mauro; o Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/Concrab, Francisco DalChiavon; e os Ministros da Agricultura, Arlindo Porto, e o Ministro Extraordinário da Reforma Agrária, Raul Jungmann.

Na oportunidade, os produtores rurais, fazendeiros, por sua representação maior, trabalhadores rurais e sem-terra poderão expor às autoridades os seus anseios, as suas críticas e a avaliação inclusive daquilo que tem sido anunciado como compromisso do Governo. Em 2 de maio deste ano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou no Fórum de Reforma Agrária e ao Movimento Sem-terra que daria prioridade ao assentamento de 32 mil fa-

mílias; e, hoje, há 52 mil famílias assentadas em 168 acampamentos pelo Brasil todo.

Obviamente, haverá a oportunidade de produtores rurais, cafeicultores e fazendeiros, como o Luiz Marcos Suplicy Hafers, juntamente com Antonio Ernesto Werner de Salvo, presidente da CNA, exporem seu ponto de vista sobre como deveria ser a estrutura fundiária brasileira e a Reforma Agrária. Luiz Marcos Suplicy Hafers tem dito que eles não são o problema, mas parte da solução.

Creio que, amanhã, teremos uma oportunidade muito interessante e importante. Como também o relator de três projetos importantes sobre reforma agrária, o Senador Ramez Tebet: rito sumário e despejo coletivo, enfim, projetos de grande importância.

Gostaria também de anunciar que se encontra hoje no Congresso Nacional o Professor José Ramos Horta, laureado com o Prêmio Nobel da Paz, uma das maiores lideranças do Movimento Pró Autodeterminação e Libertação do Timor Leste. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Antonio Carlos Magalhães, marcou reunião para amanhã, às 18 horas, com a audiência do Professor, que, ainda hoje, às 17 horas, estará dialogando com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O outro assunto que me traz à tribuna – e é importante que o Senador Odacir Soares esteja presente ao plenário – diz respeito ao cerceamento de informação extremamente importante. No dia 13 próximo passado, às 19:05 horas, o Ministério da Fazenda encaminhou ao gabinete do Senador Odacir – que, como 1º Secretário do Senado Federal, tem a atribuição de recebê-lo – documento do Banco Central com as respostas ao requerimento de informações de minha autoria. Era o último dia do prazo para que o Banco Central respondesse às sete perguntas contidas no requerimento.

Aqui estão as respostas dadas pelo Banco Central, que só hoje foram encaminhadas à Secretaria da Mesa pelo Senador Odacir Soares, que tinha conhecimento da sua importância. Naquele mesmo dia procurei S. Ex^a e avisei seu gabinete que estava aguardando o documento. Empreendi todo esforço na tentativa de conversar com o Senador Odacir, o que só consegui hoje pela manhã quando finalmente o Senador me atendeu ao telefone, depois de inúmeras tentativas desde o dia 13, inclusive em Rondônia, onde o procurei até em sua residência, o que não é do meu gosto estar procurando Senadores em suas residências. Entendo que qualquer Senador será bem-vindo ao me chamar sempre que o interesse público estiver em jogo. Quero reiterar que, de

vez em quando, procuro Senadores em suas residências, mas só quando avalio que o interesse público esteja realmente em jogo ou então em atenção ou por amizade a algum deles.

Acredito que tenha registrado pelo menos vinte telefonemas ao Senador Odacir Soares – para o seu gabinete, para a sua residência em Brasília, na noite do dia 13, diversas vezes para Porto Velho, para o posto de serviço em Cabixi. Também se empenhou em telefonar inúmeras vezes o próprio Senador José Sarney, não conseguindo o retorno.

Quero separar por partes o meu pronunciamento. Lerei primeiro as respostas do Ministro Pedro Malan e do Banco Central do Brasil.

O Sr. Odacir Soares - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com muita honra.

O Sr. Odacir Soares - Tenho a impressão de que no que se refere a mim, V. Exª já expôs a dificuldade que teve em me localizar ou em falar comigo naquele dia. De modo que V. Exª vai passar a abordar assunto que não me diz respeito. Queria, primeiro, dizer que lamento muito não me ter encontrado com V. Exª no dia 13. V. Exª mesmo disse que o documento encaminhado pelo Ministro chegou ao Senado Federal especificamente às 19h05min do dia 13.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Aproximadamente, pode haver um minuto a mais ou a menos.

O Sr. Odacir Soares - É. Pode ser mais cedo ou mais tarde. Parece-me que, de acordo com informações do meu gabinete, foi mais tarde. Deixou V. Exª bem claro que avisou o meu gabinete, que tentou conversar comigo no mesmo dia, o que não ocorreu. Então, eu queria esclarecer que, de nenhuma maneira, estando eu em Brasília, furtei-me de falar com V. Exª pessoalmente ou por telefone. Gostaria de dizer que, no dia 13, cheguei ao Senado por volta de 9 horas da manhã, passei – salvo engano – na Comissão Mista de Orçamento, da qual sou integrante, vim para o meu gabinete na Ala Teotônio Vilela, considerando que o gabinete da Primeira Secretaria está em obras e que o cheiro de tinta e de cola impediu-me de usá-lo de segunda até quarta-feira. Fiquei nesse gabinete da Ala Teotônio Vilela até 17h30min no dia treze. Depois fui à Comissão de Orçamento, onde nos reunimos com o Deputado José Sarney Filho, Presidente da Comissão, Senador Carlos Bezerra, outros Senadores, vários Deputados Federais, todos Relatores setoriais da Comissão Mista de Orçamento. Saí daquela reunião por

volta das 19 horas e dirigi-me a uma empresa de publicidade que estava fazendo um filme do meu interesse. Durante todo aquele dia 13, deixei sempre em suspenso, com a minha chefe de gabinete, a possibilidade de eu viajar para Rondônia, considerando que no dia 15 seria o segundo turno das eleições e, já na sessão do dia 13, poucos Senadores encontravam-se em Brasília. Por volta de 18h30min, telefonei para a chefe do meu gabinete, como faço sempre. Depois que saí de lá, pedi a ela que juntasse, de todos os papéis que eventualmente aparecessem no gabinete da Primeira Secretaria, os que ela considerasse que, de alguma maneira, pudessem ser despachados e que fizesse deles um pacote levando-o à minha casa, porque eu iria viajar para Rondônia, como de fato aconteceu. Queria dizer a V. Exª que, no meio desses papéis, estavam as correspondências do Ministro Pedro Malan, referentes exatamente à solicitação de informações de V. Exª. Chegando em Rondônia na madrugada do dia 14, na parte da manhã, dirigi-me ao sul do Estado, inclusive estive no município cujo prefeito eleito é do PT e onde, lamentavelmente, só temos instalado um posto telefônico. Só voltei a manter contatos com meu gabinete quando regressei dessa viagem, já no fim da tarde do dia 14. Como temos duas horas de diferença de fuso horário, já deviam ser seis ou sete horas da noite do dia 14. Fiz um contato com a chefe do meu gabinete, que me alertou sobre o problema criado. Foi quando examinei esses papéis, já que não tive tempo de vê-los, pois viajei imediatamente, e verifiquei a correspondência do Ministro Pedro Malan. Então passei a ela a instrução que eu teria tomado se aqui estivesse no próprio dia 13 à noite ou no dia 14. Foi quando vi que os documentos que o Ministro Pedro Malan havia-me encaminhado eram cópias xerográficas, inclusive do aviso, sem nenhuma cópia xerográfica dos três avisos. Pedi a ela que, imediatamente, oficiasse à chefe de gabinete do Ministro, solicitando o encaminhamento dos originais desses avisos, pois, ao longo desses dois anos em que me encontro na Primeira Secretaria do Senado Federal, jamais despachei para a Secretaria-Geral da Mesa qualquer aviso ministerial, quer do Ministro Pedro Malan, quer do Ministro Clóvis Carvalho que, aliás, seria o titular desses avisos na forma do Regimento Interno, que não fosse o próprio original do aviso ministerial e jamais despachei qualquer cópia xerográfica. Pedi a ela que solicitasse imediatamente ao Ministro o encaminhamento dos originais desses avisos, o que somente aconteceu na manhã de hoje. De posse desses avisos, juntando toda a documen-

tação que comprova isso, encaminhei os documentos à Secretaria-Geral da Mesa, que já me informou haver encaminhado essas informações a V. Ex^a. Somente queria que ficasse claro que, em nenhum momento, procurei deixar de atendê-lo. Não atendi porque não estava na capital e V. Ex^a muito bem disse que tentou falar comigo através do posto de serviços e, lamentavelmente, não foi possível, pois, apesar de ser pequena a cidade e de o PT ter uma grande militância nela, nenhum militante do PT me encontrou em Cabixi. Mas o fato é que – quero deixar bem claro isso – em nenhum momento houve qualquer intenção da minha parte. As informações contidas no aviso do Ministro não me dizem respeito. As eleições que ocorreram no dia 15 não foram em Rondônia, na cidade de Porto Velho, capital do Estado e, sim, em São Paulo, portanto, de nenhuma maneira, produziriam resultados com relação às eleições em Rondônia. No mais, quero dizer a V. Ex^a que da mesma maneira que tenho competência para receber esses avisos, também tenho competência para expedir os ofícios, o que foi feito se V. Ex^a observar. Talvez seja por isso que V. Ex^a trabalhe com esse prazo de 30 dias. Também tenho competência para expedir os avisos, tanto isso é verdade que, no mesmo momento em que a Primeira Secretaria foi acionada para requerer ao Ministro Pedro Malan as informações que interessavam a V. Ex^a, isso foi feito. Se houvesse da parte da Primeira Secretaria qualquer interesse em procrastinar as informações, o aviso teria sido remetido no dia 16 de outubro e não no dia 13 de outubro. Com essas explicações, queria dizer a V. Ex^a que, em nenhum momento, houve a intenção de não encaminhar os avisos à Secretaria-Geral da Mesa para sua leitura. Sempre tive – V. Ex^a sabe disso – o maior prazer em conversar com V. Ex^a, em responder as indagações de V. Ex^a, porque é um Senador de um convívio agradável, apesar das posições ideológicas que tem, que são do conhecimento de todo o País. Dá prazer a todos nós do Senado conviver e dialogar com V. Ex^a, que sempre foi um homem educado, civilizado. Para me aproveitar do momento que está ficando um pouco informal, queria dizer a V. Ex^a que a própria Luiza Erundina reconheceu que V. Ex^a chega a ser um homem sofisticado, que isso está muito vinculado ao temperamento de V. Ex^a. De modo que, quero dizer-lhe que não respondi às ligações de V. Ex^a porque não fui contactado. V. Ex^a passa a ter crédito comigo em mais essas 20 ou 30 ligações telefônicas. Era o que tinha a dizer.

O SR. EDUARDO SUPLYC – Senador Odacir Soares, agradeço as palavras gentis de V. Ex^a que infelizmente não guardaram correspondência aos atos efetivamente ocorridos. Aliás, avalio que atenção faltou para comigo e para com o Presidente da nossa Instituição, o Senado Federal, Casa alta do Congresso Nacional.

Para o posto de Cabixi e para a residência de V. Ex^a não apenas, seu colega Senador representante do povo de São Paulo, telefonou e deixou recado, mas também à Dona Léa, diversas vezes, entre sete e onze da noite do dia 13. Na manhã do dia 14, o Senador José Samey e eu ficamos aguardando eventual retorno de V. Ex^a por inúmeras horas aqui. E, no dia 15, telefonei para V. Ex^a, e a pessoa em sua residência respondeu-me, da primeira vez que liguei – eram cerca de nove horas da manhã em São Paulo, portanto sete horas em Porto Velho: "O Senador Odacir Soares ainda se encontra dormindo." Natural, era cedo. Um pouco mais tarde, liguei novamente e perguntei: "O Senador Odacir Soares está?" Ele disse: "Espere um pouco que vou verificar se está". Aguardei e ele me informou: "O Senador Odacir Soares está de saída". "De saída", no meu entender, quer dizer: está, mas está saindo, não pode atender ao senador que já havia lhe telefonado inúmeras vezes.

Ainda tentei outras ligações durante o dia. A **Folha de S. Paulo** conseguiu falar com V. Ex^a, e eu, senador seu colega, não consegui.

Senador Odacir, no próprio dia 13, por volta das 19h30min, do seu gabinete, pedi para falar com V. Ex^a. Ali, a Sr^a Cristina, que trabalha em seu gabinete, fez uma ligação para seu telefone celular e conversou da seguinte forma, a meio metro de distância de onde eu me encontrava: "Senador Odacir Soares...", e do outro lado pareceu que V. Ex^a atendeu e disse "sim". Ela disse: "O Senador Eduardo Suplicy gostaria de falar com o senhor." Ela passou-me o telefone. Eis que caiu a linha. De pronto, liguei de novo, aí atendeu a Sr^a Tânia, que poderá ser testemunha do que falo. Eu disse: "Sr^a Tânia, o Senador Odacir Soares está?" Imagino que ela estivesse também a meio metro de distância de V. Ex^a, como estava a Sr^a Cristina de mim, e a Sr^a Tânia disse: "Não, o Senador Odacir Soares está indo agora para a Comissão de Orçamento onde vou encontrá-lo.". Ao que falei: "A senhora poderia fazer a gentileza de avisá-lo. A senhora vai à Comissão de Orçamento? Onde está a senhora?". Ela respondeu: "Estou na garagem do Senado". Perguntei: "Aonde a senhora vai?" Ela respondeu: "Vou pegar o carro e vou até o

outro lado para me encontrar com o Senador Odacir Soares". Eu disse: "Então, por favor, a senhora pode avisá-lo que o estou procurando?" Ao mesmo tempo, dirigi-me a minha assessora Terezinha Lopes: "Terezinha, vá à Comissão de Orçamento verificar se o encontra." A minha intenção era mandar o recado em duas mãos. Nem a Sr^a Tânia me retomou a ligação, nem a Terezinha encontrou V. Ex^a na Comissão de Orçamento.

Pensei o seguinte: como o pessoal da Garagem havia informado que a Sr^a Ana Célia havia se dirigido para onde estava V. Ex^a com os papéis, vou tentar telefonar para a residência da Sr^a Ana Célia. Telefonei e falei com o marido desta, Sr. Breno, que me informou que ela não estava e havia saído a uns trinta minutos. Falei para ele que Ana Célia não havia chegado à Comissão, ao que ele respondeu: "Certamente deve ter ido para a residência do Senador Odacir Soares." Dirigi-me para lá e fiquei esperando.

Não consegui contato com V. Ex^a, mas falei com sua filha e seu filho. Lá fiquei esperando.

O Sr. Odacir Soares – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Senador Odacir, fiquei procurando V. Ex^a. Foi extremamente difícil encontrar V. Ex^a naquele dia, no dia 14 e no dia 15; hoje, todavia, V. Ex^a foi muito prestativo e, de pronto, me telefonou.

O Sr. Odacir Soares – Não, V. Ex^a é que me telefonou, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Eu telefonei e V. Ex^a, inclusive, chegou a retornar a ligação depois do primeiro telefonema.

O Sr. Odacir Soares – É verdade. Gostaria de explicar.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Senador Odacir Soares, tenho elementos para ter a convicção de que o Governo procurou atrasar ao máximo a entrega dessa resposta. A prova disso está aqui no próprio documento: a data. Desde o dia 11 de novembro estava pronta a resposta do Banco Central; mas só foi divulgada na manhã do dia 13 de novembro. O documento original chegou por volta das 10 horas ao Ministério da Fazenda, mas o Sr. Ministro foi para São Paulo à tarde sem assiná-lo, embora pudesse fazê-lo. S. Ex^a preferiu não assiná-lo.

Sr. Presidente, em ordem, vou ler as respostas e requerer que esse documento seja novamente encaminhado ao Banco Central, porque a maior parte das respostas são evasivas, conforme vou demonstrar agora.

Mas, numa das respostas, há um elemento que prova algo extremamente sério. Trata-se da única resposta objetiva dada pelo Banco Central às sete perguntas feitas por mim. Ao responder a essa pergunta, o Banco Central comprova que o Sr. Celso Pitta, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Secretaria Municipal de Finanças faltaram com a verdade. Vou demonstrar isso. Portanto, era extremamente importante que, ainda com tantas evasivas, esse documento viesse à luz no dia 13 ou no dia 14 de novembro ou na manhã do dia 15 de novembro.

A primeira pergunta foi a seguinte:

"1. Está o Banco Central investigando possíveis irregularidades em operações realizadas, no período de 1994-1995, com títulos municipais que pudessem caracterizar-se por prejuízos ao interesse público?"

A resposta assinada pelo Presidente Gustavo Jorge Laboissiere Loyola foi a seguinte:

"Informo que este Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.595/64, apurou, em processo de fiscalização ordinária junto a entidades do sistema distribuidor de títulos e valores mobiliários, a existência de operações de compra e venda de títulos de renda fixa públicos e privados que, pelas características apresentadas, estão merecendo exame nos setores internos desta Autarquia, visando aferir se as condições de negociação foram compatíveis com aquelas praticadas no mercado à época.

As fiscalizações realizadas por este Banco Central no mercado de títulos de renda fixa são desenvolvidas a partir de um roteiro padrão denominado Módulo de Títulos de Renda Fixa, onde são verificadas, por amostragem, as várias operações praticadas pelas instituições autorizadas a operar nesse mercado."

Ou seja: o Banco Central está fazendo apurações de possíveis problemas ocorridos na compra e venda de títulos.

Segunda pergunta:

"2. O Banco Central detectou que a Prefeitura Municipal de São Paulo realizou operações de compra de Letras Financeiras do Tesouro Municipal de São Paulo (LFTMSP) de longo prazo, casadas com a operação de venda de LFTMSP de curto

prazo, utilizando-se de taxa de deságio igual a zero? Tais operações constituem prática normal no mercado de títulos públicos?"

Resposta:

"Conforme descrito no item anterior, estão sendo objeto de investigação pelos setores internos de fiscalização do Banco Central uma série de operações de compra e venda de títulos de renda fixa realizadas por entidades do mercado distribuidor, envolvendo vários tipos de papéis, inclusive Letras Financeiras do Tesouro Municipal de São Paulo."

E não responde à questão principal. A resposta é dada de forma evasiva.

Terceira pergunta:

"3. O Banco Central examinou especificamente a operação divulgada pelo **Jornal da Tarde**, de 28 de setembro de 1996, na qual a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1 de dezembro de 1994, teria comprado LFTMSP das instituições BIG S/A e Paper LDTVM Ltda., com vencimentos para 1996 e 1997, no montante de R\$6.842.472,15 e vendido às mesmas empresas LFTMSP pelo mesmo montante com vencimento para 1995, com deságio igual a zero nas duas operações? Poderia o Banco Central estimar o prejuízo que teria sido causado por esta operação à Prefeitura de São Paulo, tendo em vista a taxa média de captação de recursos para a PMSP vigente no período das operações?"

Seria óbvio que, tendo realizado a investigação, o Banco Central tivesse uma resposta muito objetiva. Todavia, eis a resposta:

"Como informado no item precedente, diversas operações com título de renda fixa estão sendo objeto de análise por setores técnicos desta autarquia, constando dentre elas operações citadas no quesito 3 do presente requerimento: compras de letras de vencimento de 1996 no valor de R\$6.842.472,14, e vendas no mesmo montante de LFTMSP de vencimentos de 1995, cuja avaliação sobre a regularidade no negócio depende da conclusão das análises que estão sendo efetuadas".

Pergunta 4. O Banco Central detectou operações semelhantes à descrita acima? Em caso afirmativo detalhar tais operações.

As respostas oferecidas às questões 1 e 2 contemplam este item.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Faz soar a campainha.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais um pouco de tolerância, para que eu possa ler a resposta à pergunta 5, porque foi objetiva.

"5. Com relação à operação de compra em 1 de dezembro de 1994, de LFTMSP junto à Contrato da DTVM Ltda. no montante de R\$53.504.676,15, e venda desses mesmos títulos à mesma corretora no montante de R\$51.743.651,50, na mesma data, quem ficou com os títulos ao final das operações de compra e venda? Os títulos teriam ficado com a Contrato DTVM, como dá a entender a nota oficial da Secretaria de Finanças do Município de São Paulo, publicada em 02/10/96, e também como dá a entender o Sr. Celso Pitta, em todas as explicações que deu para cada uma das questões levantadas, ou teriam ficado com a própria Prefeitura, como afirma o Presidente da Contrato DTVM, Sr. João Gualberto Teixeira de Melo, em entrevista ao Jornal da Tarde, de 01/10/96?"

Gostaria aqui de esclarecer que o próprio Celso Pitta sempre argumentou que as operações eram casadas, que os títulos de longo prazo estavam no mercado, que a Contrato estava com dificuldades financeiras e que daí houve a operação da Contrato vendendo e recomprando depois.

Ora, diz a resposta do Banco Central:

"Sobre esta operação, informo que, ao final do dia 1/12/94, a Prefeitura Municipal de São Paulo ficou com os títulos objeto daquela negociação em sua carteira".

Portanto, o Banco Central comprova que Celso Pitta e a Prefeitura Municipal de São Paulo faltaram com a verdade. Celso Pitta tem argumentado que a Prefeitura Municipal de São Paulo adquiriu aquele lote de títulos no valor de R\$53.504.676,15, que se encontravam no estoque da corretora DTVM Contrato, mediante a permuta com outros títulos de menor prazo. No instante seguinte, a Prefeitura teria captado novos recursos, no montante de R\$51.743.651,50, utilizando-se para tanto dos mesmos títulos que haviam reingressado na carteira do fundo de liquidez da Prefeitura. Só que o Banco Central, informou que ao final do dia 1 de dezembro de 1994 a Prefeitura ficou com os títulos objeto daquela negociação em sua Carteira. Isso significa que

os títulos que estavam na Carteira da Prefeitura, originalmente, foram vendidos à corretora e recomprados.

Portanto, aí cabe o esclarecimento que o Sr. Celso Pitta, mesmo que em Londres, de férias, precisa dar a São Paulo e à opinião pública. Que explicação tem a Prefeitura para vender as Letras Financeiras do Tesouro Municipal por R\$51.743.651,50 e recomprá-los por R\$53.504.676,15, dando um prejuízo à Prefeitura de mais de R\$1,7 milhões e, obviamente, um lucro equivalente a Contrato daquele valor? Assim, Sr. Presidente, o Prefeito eleito se foi – está de férias. Deveria estar respondendo a essa questão no dia 13.

Sr. Presidente, infelizmente, o Banco Central não respondeu às demais questões. Então, quero reiterar o pedido para que a Mesa do Senado Federal encaminhe novamente ao Ministro da Fazenda este questionário, para que responda às questões não respondidas, porque não é possível que o Banco Central fique sempre só investigando, investigando e nunca termine de apurar os fatos. O processo, segundo o Banco Central, está em análise. Até quando, Sr. Presidente?

De qualquer maneira, o esclarecimento dado à pergunta nº 5 pelo Presidente Gustavo Loyola é da maior relevância. Na defesa feita pelo Sr. Celso Pitta na Justiça, consta esclarecimento diverso do exposto pelo Presidente do Banco Central; agora, é preciso que o Prefeito Paulo Maluf esclareça.

Em relação ao que aconteceu com o Senador Odacir Soares, levando-se em conta a explicação que S. Ex^a transmitiu ao Plenário da Casa, avalio que houve um desrespeito grave, em que pese às suas palavras cordiais no dia de hoje, não à minha própria pessoa, mas ao Senador por São Paulo, seu colega. Houve também desrespeito ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, e a toda a Casa.

Cabem, portanto, medidas, que o Partido dos Trabalhadores, regimental e constitucionalmente, estará examinando, levando em conta as explicações de S. Ex^a nesta tarde.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Edison Lobão deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa aguarda que V. Ex^a formalize o requerimento de informações, para dar-lhe tramitação regimental.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 1996

Revoga os arts. 578 a 594 e 598 a 610 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT, relativos à contribuição sindical, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados os arts. 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609 e 610 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho".

Art. 2º As contribuições sindicais arrecadas até a publicação desta lei serão distribuídas às entidades sindicais na forma dos dispositivos revogados pelo artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde a Assembléia Nacional Constituinte discute-se sobre a extinção da contribuição sindical compulsória, imposta por lei aos trabalhadores e empregados.

Recentemente, segundo noticiou o Jornal **O Globo**, do dia 23 de outubro de 1996 – página 22, o Juiz Alberto Antônio Zvirblis, da 38ª Vara Civil de São Paulo, deu ganho de causa ao Sindicato dos Bancários de São Paulo em ação por ele proposta contra a cobrança da contribuição sindical.

A decisão judicial, embora isolada, é reflexo da fragilidade jurídica que tem sustentado a cobrança compulsória da contribuição sindical, uma vez que inexistente certa jurídica quanto a recepção, pelo inciso IV do art. 8º da Constituição, dos arts. 578 a 610 da CLT.

A Constituição ao fazer menção à cobrança de contribuições "independentemente da contribuição prevista em lei" não incorporou, automaticamente, a contribuição sindical regulada pela legislação consolidada vigente. Essa contribuição estava vinculada a um sistema de organização sindical com forte intervenção estatal, no qual as organizações sindicais deveriam prestar contas ao Estado sobre a aplicação dos recursos que, em parte, são vinculados à execução de determinadas despesas.

A previsão de lei regendo a arrecadação de uma determinada contribuição não se coaduna com as disposições legais que ora se pretende revogadas. O disposto no inciso IV do art. 8º da Constitui-

ção não deve ser revogadas. O disposto no inciso IV do art. 8º da Constituição não deve ser interpretado literalmente, mas, sim, de forma sistemática, uma vez que se pressupõe estar subordinado a um princípio de hierarquia superior, qual seja o da não-intervenção e da não-interferência do Estado na liberdade sindical.

O próprio Estado se utiliza da contribuição sindical para financiar programas de governo, o que se constitui em tributação indireta dos salários, contrariando disposições constitucionais atinentes a matéria tributária.

A convalidação da contribuição sindical propicia a representação ilegítima dos trabalhadores e empregadores, sustentando organizações sindicais desprovidas de apoio político da categoria que dizem representar.

Essas distorções impedem o avanço do processo de negociação coletiva e da autocomposição dos conflitos coletivos de trabalho, dificultando o processo de estabilização econômica e social pretendido pelo Governo.

Em face dessa situação é que propomos a extinção da contribuição sindical compulsória, sem prejuízo das contribuições voluntárias aprovadas pelos empregados e empregadores em suas assembleias gerais.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1996. —
Senador **Odaclir Soares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Consolidação das Leis do Trabalho

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO 1943 (1)

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

CAPÍTULO III Da Contribuição Sindical

SEÇÃO I

Da fixação e do recolhimento da contribuição sindical

Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, serão, sob a denominação de "Contribuição Sindical", pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo.

— A denominação "Contribuição Sindical" foi dada pelo Decreto-Lei nº 27, de 14 de novembro de 1966 (DO, 14-11-1966).

Art. 579. A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591.

— Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967.

Art. 580. A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá:

I — Na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração;

II — Para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância correspondente a 15% (quinze por cento) do maior valor-de-referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à época em que é devida a contribuição sindical, arredondada para Cr\$1,00 (um cruzeiro) a fração porventura existente;

III — Para os empregadores, numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas, conforme a seguinte tabela progressiva:

Classe de capital	Alíquota
1 até 60 vezes o maior valor-de-referência	0,5%
2 acima de 60, até 1.200 vezes o maior valor-de-referência	0,1%
3 acima de 1.200, até 60.000 vezes o maior valor-de-referência	0,05%
4 acima de 60.000, até 600.000 vezes o maior valor-de-referência	0,01%

§ 1º A contribuição sindical prevista na tabela constante do item III deste artigo corresponderá à soma da aplicação das alíquotas sobre a porção do capital distribuído em cada classe, observados os respectivos limites.

§ 2º Para efeito do cálculo de que trata a tabela progressiva inserta no item III deste artigo, considerar-se-á o valor-de-referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à data de competência da contribuição, arredondando-se para Cr\$1,00 (um cruzeiro) a fração porventura existente.

§ 3º É fixado em 20% (vinte por cento) do maior valor-de-referência a que alude o parágrafo anterior, a contribuição mínima devida pelos empregadores, independentemente do capital social da firma ou empresa, ficando do mesmo modo, estabelecido o capital social equivalente a 600.000 (seiscentos mil) vezes o valor-de-referência, para efeito do cálculo da contribuição máxima, respeitada a tabela progressiva constante do item III.

§ 4º Os agentes ou trabalhadores autônomos e os profissionais liberais organizados em firmas ou empresas, com capital social registrado, recolherão a contribuição sindical de acordo com a tabela progressiva a que se refere o item III.

§ 5º As entidades ou instituições que não estejam obrigadas ao registro de capital social, considerarão, como capital, para efeito do cálculo de que trata a tabela progressiva constante do item III deste artigo, o valor resultante da aplicação do percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o movimento econômico registrado no exercício imediatamente anterior, do que darão conhecimento à respectiva entidade sindical ou à Delegacia Regional do Trabalho, observados os limites estabelecidos no § 3º deste artigo.

§ 6º Excluem-se da regra do § 5º as entidades ou instituições que comprovarem, através de requerimento dirigido ao Ministério do Trabalho, que não exercem atividade econômica com fins lucrativos.

— V. Portaria nº 3.615, de 17 de janeiro de 1979, que dispõe sobre o conceito de entidade de fim não lucrativo para efeito de isenção de recolhimento da contribuição sindical (DO 23-1-1979).

Art. 581. Para os fins do item III do artigo anterior, as empresas atribuirão parte do respectivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, desde que localizadas fora da base territorial da entidade sindical representativa da atividade econômica do estabelecimento principal, na proporção das correspondentes operações econômicas, fazendo a devida comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, conforme a localidade da sede da empresa, sucursais, filiais ou agências.

§ 1º Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se, em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.

§ 2º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou

objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente, em regime de conexão funcional.

Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar, da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devida aos respectivos sindicatos.

§ 1º Considera-se um dia de trabalho, para efeito de determinação da importância a que alude o item I do art. 580, o equivalente:

a) a uma jornada normal de trabalho, se o pagamento ao empregado for feito por unidade de tempo;

b) a 1/30 (um trinta avos) da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada ou comissão.

§ 2º Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba, habitualmente, gorjetas, a contribuição sindical corresponderá a 1/30 (um trinta avos) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado à Previdência Social.

Art. 583. O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo ao agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro.

§ 1º O recolhimento obedecerá ao sistema de guias, de acordo com as instruções expedidas pelo Ministro do Trabalho.

§ 2º O comprovante de depósito da contribuição sindical será remetido ao respectivo sindicato; na falta deste, à correspondente entidade sindical de grau superior e, se for caso, ao Ministério do Trabalho.

Art. 584. Servirá de base para o pagamento da contribuição sindical, pelos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, a lista de contribuintes organizada pelos respectivos sindicatos e, na falta destes, pelas federações ou confederações coordenadoras da categoria.

Art. 585. Os profissionais liberais poderão optar pelo pagamento da contribuição sindical unicamente à entidade sindical representativa da respectiva profissão, desde que a exerça, efetivamente, na firma ou empresa e como tal sejam nelas registradas.

Parágrafo único. Na hipótese referida neste artigo, à vista da manifestação do contribuinte e da exibição da prova de quitação da contribuição, dada por sindicato de profissionais liberais, o empregador deixará de efetuar, no salário do contribuinte, o desconto a que se refere o art. 582.

Art. 586. A contribuição sindical será recolhida, nos meses fixados no presente Capítulo, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil, ou aos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais, os quais, de acordo com instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, repassarão à Caixa Econômica Federal as importâncias arrecadadas.

§ 1º Integrarão a rede arrecadadora as Caixas Econômicas Estaduais, nas localidades onde inexistam os estabelecimentos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º Tratando-se de empregador, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais, o recolhimento será efetuado pelos próprios, diretamente ao estabelecimento arrecadador.

§ 3º A contribuição sindical devida pelos empregados e trabalhadores avulsos será recolhida pelo empregador e pelo sindicato, respectivamente.

Art. 587. O recolhimento da contribuição sindical dos empregadores efetuar-se-á no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que requeirarem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.

Art. 588. A Caixa Econômica Federal manterá conta corrente intitulada "Depósitos da Arrecadação da Contribuição Sindical", em nome de cada uma das entidades sindicais beneficiadas, cabendo ao Ministério do Trabalho cientificá-la das ocorrências pertinentes à vida administrativa dessas entidades. (*)

§ 1º Os saques na conta-corrente referida no **caput** deste artigo far-se-ão mediante ordem bancária no cheque com as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro e da entidade sindical.

§ 2º A Caixa Econômica Federal remeterá mensalmente, a cada entidade sindical um extrato da respectiva conta-corrente e quando solicitado, aos órgãos do Ministério do Trabalho.

Art. 589. Da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal, na forma das instituições que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

I – 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;

II – 15% (quinze por cento) para a federação;

III – 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo;

IV – 20% (vinte por cento) para a "Conta Especial Emprego e Salário".

Art. 590. Inexistindo confederação, o percentual previsto no item I do artigo anterior caberá à federação representativa do grupo.

§ 1º Na falta de federação o percentual a ela destinado caberá à confederação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional.

§ 2º Na falta de entidades sindicais de grau superior, o percentual que àquelas caberia será destinado à "Conta Especial Emprego e Salário".

§ 3º Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à "Conta Especial Emprego e Salário".

Art. 591. Inexistindo sindicato, o percentual previsto no item III do art. 589 será creditado à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste art. caberão à confederação os percentuais previstos nos itens I e II do art. 589.

– Sobre contribuição sindical rural, v. Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971 e Decreto nº 82.935 de 26 de dezembro de 1978.

SEÇÃO II

Da aplicação da contribuição sindical

Art. 592. A contribuição sindical, além das despesas vinculadas à sua arrecadação, recolhimento e controle, será aplicada pelos sindicatos, na conformidade dos respectivos estatutos, visando aos seguintes objetivos:

I – Sindicato de empregadores e de agentes autônomos:

a) assistência técnica e jurídica;

b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;

c) realização de estudos econômicos e financeiros;

d) agências de colocação;

e) cooperativas;

f) bibliotecas;

g) creches;

h) congresso e conferência;

i) medidas de divulgação comercial e industrial no País, e no estrangeiro, bem como em outras tendentes a incentivar e aperfeiçoar a produção nacional;

j) feiras e exposições;

l) prevenção de acidentes do trabalho;

m) finalidades desportivas.

II – Sindicatos de empregados:

a) assistência jurídica;

b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;

c) assistência à maternidade;

- d) agências de colocação;
 - e) cooperativas;
 - f) bibliotecas;
 - g) creches;
 - h) congressos e conferências;
 - i) auxílio-funeral;
 - j) colônias de férias e centros de recreação;
 - l) prevenção de acidentes do trabalho;
 - m) finalidades desportivas e sociais;
 - n) educação e formação profissional;
 - o) bolsas de estudo.
- III – Sindicatos de profissionais liberais:
- a) assistência jurídica;
 - b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;

- c) assistência à maternidade;
 - d) bolsas de estudo;
 - e) cooperativas;
 - f) bibliotecas;
 - g) creche;
 - h) congressos e conferências;
 - i) auxílio-funeral;
 - j) colônias de férias e centros de recreação;
 - l) estudos técnicos e científicos;
 - m) finalidades desportivas e sociais;
 - n) educação e formação profissional.
 - o) prêmio por trabalhos técnicos e científicos;
- IV – Sindicatos de trabalhadores autônomos:
- a) assistência técnica e jurídica;
 - b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;

- c) assistência à maternidade;
- d) bolsas de estudo;
- e) cooperativas;
- f) bibliotecas;
- g) creches;
- h) congressos e conferências;
- i) auxílio-funeral;
- j) colônias de férias e centros de recreação;
- l) educação e formação profissional;
- m) finalidades desportivas e sociais.

§ 1º A aplicação prevista neste artigo ficará a critério de cada entidade, que para tal fim, obdecerá, sempre às peculiaridades do respectivo grupo ou categoria, facultado ao Ministro do Trabalho permitir a inclusão de novos programas desde que assegurados os serviços assistenciais fundamentais da entidade.

§ 2º Os sindicatos poderão destacar em seus orçamentos anuais, até 20% (vinte por cento) dos recursos da contribuição sindical para o custeio das suas atividades administrativas, independentemente da autorização ministerial.

§ 3º O uso da contribuição sindical prevista no § 2º não poderá exceder do valor total das mensalidades sociais consignadas nos orçamentos dos sindicatos, salvo autorização expressa do Ministro do Trabalho.

— Os arts. 580 a 592 tiveram nova redação dada pela Lei nº 6.386, de 9 de dezembro de 1976 (DO 10-12-1976, retificada em 17-12-1976).

Art. 593. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes.

Art. 594. Revogado pela Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964 (DO 17-12-1964).

SEÇÃO III

Da Comissão da Contribuição Sindical

Revogada, toda a seção (arts. 595, 596 e 587), pela Lei nº 4.589, de 11 de novembro de 1964 (DO 17-12-1964).

SEÇÃO IV

Das penalidades

Art. 598. Sem prejuízo da ação criminal e das penalidades previstas no art. 553, serão aplicadas multas de 5 (cinco) a 200 (duzentos) valores de referência regionais, pelas infrações deste Capítulo, impostas pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

— Redação com fundamento nas Leis nº 6.205, de 29 de abril de 1975 e 6.986, de 3 de abril de 1982.

Parágrafo único. A gradação da multa atenderá à natureza da infração e às condições sociais e econômicas do infrator.

Art. 599. Para os profissionais liberais a penalidade consistirá na suspensão do exercício profissional, até a necessária quitação, e será aplicada pelos órgãos públicos ou autárquicos disciplinadores das respectivas profissões mediante comunicação das autoridades fiscalizadoras.

Art. 600. O recolhimento da contribuição sindical efetuado fora prazo referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de 10% (dez por cento), nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária ficando, neste caso, o infrator, isento de outra penalidade.

§ 1º O montante das cominações previstas neste artigo reverterá sucessivamente:

- a) ao sindicato respectivo;
- b) à federação respectiva, na ausência de sindicato;

c) à confederação respectiva. Inexistindo federação.

§ 2º Na falta de sindicato ou entidade de grau superior, o montante a que alude o parágrafo precedente reverterá à conta "Emprego e Salário".

— Redação dada pela Lei nº 6.181, de 11 de dezembro de 1974, (DO 11-12-74), que dispõe:

"Art. 2º Se o contribuinte for trabalhador rural como tal definido no art. 1º, item I, alínea b, do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, o recolhimento fora do prazo de contribuição sindical será acrescido de multa de 10% (dez por cento).

— v. Decreto nº 78.339, de 31 de agosto de 1976, que regulamenta a lei supra (DO I e 2-9-76).

SEÇÃO V

Disposições gerais

Art. 601. No ato da admissão de qualquer empregado, dele exigirá o empregador a apresentação da prova de quitação da contribuição sindical.

Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical, serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.

Parágrafo único. De igual forma se procederá com os empregados que forem admitidos depois daquela data e que não tenham trabalhado anteriormente nem apresentado a respectiva quitação.

Art. 603. Os empregadores são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização os esclarecimentos necessários ao desempenho de sua missão e a exhibi-los, quando exigidos, na parte relativa ao pagamento de empregados, os seus livros, folhas de pagamento e outros documentos comprobatórios desses pagamentos, sob pena de multa cabível.

— Aplicáveis os arts. 601 a 603 ao trabalhador rural (Lei nº 5.889, de 8-6-73 e Decreto nº 73.626, de 12-2-74).

Art. 604. Os agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização os esclarecimentos que lhes forem solicitados, inclusive exibição de quitação da contribuição sindical.

— Aplicáveis os arts. 605 a 629 ao trabalhador rural (Lei nº 5.889, de 8-6-73 e Decreto nº 73.626, de 12-2-74).

Art. 605. As entidades sindicais são obrigadas a promover a publicação de editais concernentes ao recolhimento da contribuição sindical, durante três dias, nos jornais de maior circulação local e até dez dias da data fixada para depósito bancário.

Art. 606. As entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho.

— Redação dada pelo Decreto-Lei nº 25, de 10 de outubro de 1969 (DO 13-10-69).

§ 1º O Ministério do Trabalho baixará as instruções regulando a expedição das certidões a que se refere o presente artigo, das quais deverá constar a individualização do contribuinte, a indicação do débito e a designação da entidade a favor a qual é recolhida a importância da contribuição sindical, de acordo com o respectivo enquadramento sindical.

§ 2º Para os fins da cobrança judicial a contribuição sindical são extensivos às entidades sindicais, com exceção do foro especial, os privilégios da Fazenda Pública, para cobrança da dívida ativa.

— V. Súmula do TFR nº 87.

— V. Portaria nº 3.397, de 17 de outubro de 1978, que aprova rotina para restituição da contribuição sindical recolhida indevidamente ou a maior (DO 25-10-78).

Art. 607. É considerado como documento essencial ao comparecimento às concorrências públicas ou administrativas e para o fornecimento às repartições paraestatais ou autárquicas, a prova da quitação da respectiva contribuição sindical e a de recolhimento da contribuição sindical, descontada dos respectivos empregados.

Art. 608. As repartições federais, estaduais ou municipais não concederão registro ou licenças para funcionamento ou renovação de atividades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, nem concederão alvarás de licença ou localização, sem que sejam exibidas as provas de quitação da contribuição sindical, na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. A não observância do disposto neste artigo acarretará, de pleno direito, a nulidade dos atos nele referidos, bem como dos mencionados no art. 607.

— Acrescido pela Lei nº 6.386, de 9 de dezembro de 1976 (DO 10-12-76).

Art. 609. O recolhimento da contribuição sindical e todos os lançamentos e movimentos nas contas respectivas são isentos de selos e taxas federais, estaduais ou municipais.

Art. 610. As dúvidas no cumprimento deste Capítulo serão resolvidas pelo Secretário de Relações

do Trabalho, que expedirá as instruções que se tornarem necessárias à sua execução.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário,

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data, estou me desligando dos quadros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Os motivos que me levam a tomar esta decisão são as frequentes manifestações de dirigentes regionais do Partido, em Rondônia, de caráter hostil e desrespeitoso sobre a minha permanência no PMDB.

Respeitosamente, – Senador **Ernandes Amorim**. Quarto Secretário do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotou-se no último dia 14 o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Resolução nº 111, de 1996, que suspende a execução do art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 7.588, de 1989 e dos arts. 10 e 12 da Lei nº 7.802, de 1989, todos do Estado de Santa Catarina;

- Ofício nº S/69, de 1995 (nº 119/95, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na ação originária nº 264-8/320, e do parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmos autos; e

- Ofício nº S/17, de 1996 (nº 9/96, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na ação originária nº 297-4/320, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal.

O Projeto de Resolução nº 111, de 1996, aprovado, vai à promulgação; e os Ofícios nº S/69, de 1995, e S/17, de 1996, prejudicados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência recebeu do Departamento de Ciências Políticas da Universidade A&M do Texas, convidando o Senador Eduardo Suplicy para proferir palestra naquela Universidade sobre "A Garantia da Renda Mínima no Brasil", no próximo dia 26 do corrente. (Diversos nº 100, de 1996)

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Srs. Senadores Odacir Soares e Roberto Freire enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ODACIR SOARES (PFL - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem já se beneficiou do privilégio de conhecer o sistema educacional deste ou daquele país altamente civilizado ou quem, algum dia, teve a ventura de fazer um curso em instituição de ensino, estrangeira ou mesmo nacional, de alto nível qualitativo, há de sentir-se perplexo e profundamente entristecido, quando toma conhecimento de certos episódios deprimentes que soem ocorrer em nosso precário sistema educacional.

Amostra paradigmática do surrealismo reinante nos desvãos desse sistema é-nos oferecida pela matéria que ganhou, em **O Globo**, de 3 do corrente, o título assim estampado:

"MAIS DE 120 MIL ALUNOS NAS ESCOLAS PIRATAS DO RIO"

Atentem bem, V. Ex^{as}, para a desconcertante expressão "*escolas piratas*".

Ver associado o designativo pirata a escola, a alunos ou ao processo educacional é algo tão inusitado, tão constrangedor e, sobretudo, tão incompatível com a dignidade da educação, que custa-nos admitir tratar-se de fenômeno corriqueiro no cenário educacional brasileiro.

E para os que ainda não se deram conta do inteiro teor das marginalidades e contradições abrigadas nesse designativo, bom é que recorram à reportagem de **O Globo**, pois em sua matéria assim se descreve o fenômeno:

"Escondidas atrás da falta de documentação necessária e da fiscalização precária do poder público, escolas de Primeiro e Segundo Graus acolhem em seus bancos pelo menos 120 mil alunos. Elas são chamadas de clandestinas, irregulares, piratas ou de "fundo de quintal". Podem funcionar em instalações modestas na Baixada Fluminense, Zonas Oeste e Norte ou em prédios mo-

dermos da Zona Sul. Estima-se que elas formem um grupo que ultrapassa a casa das mil unidades. Este ensino paralelo sonega impostos e dribla a inspeção do Estado e do Município. E os alunos correm um grande risco: ao fim do Segundo Grau, seus certificados não têm validade.

Proprietários dessas escolas argumentam que a demora na regularização é motivada pela burocracia impostas pelas secretarias. Os donos das escolas regulares criticam a concorrência que, na maioria dos casos, chega a oferecer uma mensalidade pela metade do valor que eles cobram. Na outra ponta, os pais de alunos justificam essa opção pela falta de vagas na rede pública."

Esta contrafação de escola e do produto educativo que ela deveria oferecer, fielmente retratada na matéria jornalística que acabo de citar, dispensa maiores comentários.

Os absurdos nela desvendados falam por si só e forçam-nos a remexer as incuráveis chagas de nosso ensino. Eles levam-nos, sobretudo, a nos interrogar:

- De quem é a responsabilidade?
- Que antídotos aplicar para saná-los de vez?

É inquestionável, Sr. Presidente, que a responsabilidade pela persistência dessas deploráveis aberrações cabe em primeiro lugar aos órgãos responsáveis pela coordenação e gestão do sistema de ensino, no plano federal, no estadual e no municipal.

Destas, a primeira responsabilidade, até hoje insatisfatoriamente cumprida, é a de prover as áreas de sua jurisdição, com escolas qualitativamente suficientes para atender à demanda educacional de todas as crianças e adolescentes em idade de escolarização.

Onde a escola pública reúne qualidade pedagógica e capacidade física de atendimento à demanda educacional, não há lugar para escolas piratas, escolas de fundo de quintal nem escolas clandestinas.

Grande dose de responsabilidade deve, também, ser atribuída aos políticos e homens públicos deste país, de forma generalizada, visto como ainda não souberam urgir com a devida competência, medidas que contemplem a solução do problema educacional brasileiro, com a prioridade que lhe cabe, e que lhe vem sendo negada, desde os primórdios do Brasil colônia.

Pelo contrário, pressionados pela demanda crescente, quase tudo o que temos feito, nesta matéria, é a oferta da solução de emergência, configurada, quase sempre, na escola tapa-buraco ou no arremedo de escola, por sua vez operada por arremedos

de professores e gestores, assim como providas de equipamentos que não passam de tapa-buracos.

Responsabilidades cabem, também, à sociedade brasileira, cuja consciência extremamente rarefeita dos cuidados que deviam cercar a educação das futuras gerações permitiu que nela se internalizasse a cultura do provisório e do mais ou menos.

É o que se poderia, em suma, denominar de cultura do conformismo com o atendimento mínimo aos direitos e às necessidades da população.

Dai por que, mínimo é o salário do trabalhador, mínimo é o conforto e o espaço proporcionados pela casa popular, mínimo é o valor calórico da cesta básica, mínimas são as condições higiênicas observadas nos hospitais que cuidam da saúde do povo, mínima é a qualidade da escola e, conseqüentemente, da educação que oferecemos aos brasileiros de amanhã.

Quanto aos antídotos de que poderíamos lançar mão para a cura definitiva dessas vergonhosas chagas que a todos nos enfleam e corroem, limitar-me-ia a propor apenas dois:

1º – Que o tempo que nossas autoridades consomem tentando tabelar os preços das escolas particulares fosse consumido na busca criativa e incansável de melhores padrões para a escola pública, acessível a todos.

Tal providência eliminaria, a um só tempo, dois problemas:

- o das aperturas de famílias que não podem arcar com os custos da escola particular, dispensável, de resto, onde existem boas escolas públicas;
- o da proliferação de escolas de "fundo de quintal" que só prosperam quando e onde se mostram ausentes duas competências fundamentais do Poder Público: a competência para fiscalizar os agentes da contrafação da escola e a competência para exercer, a contento, a gestão do sistema público de ensino.

2º – Que o governo aprimore e intensifique a fiscalização das normas de ensino que lhe cabe fazer rigorosamente cumpridas.

Há quem atribua a excelente qualidade do ensino público da França, em grande parte, à competência e ao rigor de seus inspetores escolares.

Se tivéssemos inspetores de ensino (hoje chamados "técnicos em assuntos educacionais"), em número suficiente, a fiscalizar o cumprimento rigoroso das exigentes normas que dizem respeito ao funcionamento das escolas, decididamente, não vingariam as assim chamadas "escolas de fundo de quintal".

Até porque, nessas condições, nem chegariam a abrir suas portas, escolas que não evidenciassem

real capacidade financeira de funcionamento em níveis aceitáveis, ou que não pudessem iniciar seus trabalhos em prédio próprio e adequado às suas elevadas finalidades.

Isso não se fazendo, Sr. Presidente, temo que tenhamos mesmo de nos conformar com a escola mínima, isto é: a escola que não forma, deforma; a escola que não eleva, antes consolida e eterniza a mediocridade, que não deve caracterizar as futuras gerações de brasileiros.

É o que penso, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DIS- CURSO:

MAIS DE 120 MIL ALUNOS NAS ESCOLAS PIRATAS DO RIO

A fiscalização deficiente e a falta de vagas na rede pública fazem com que existam cerca de mil colégios clandestinos

Angelina Nunes

* O uniforme, as provas e a festa de formatura nem sempre são indícios de conclusão de um curso regular. Pode ser o início de uma grande dor de cabeça. Escondidas atrás da falta de documentação necessária e da fiscalização precária do poder público, escolas de Primeiro e Segundo Graus acolhem em seus bancos pelo menos 120 mil alunos. Elas são chamadas de clandestinas, irregulares, piratas ou de "fundo de quintal". Podem funcionar em instalações modestas na Baixada Fluminense, Zonas Oeste e Norte ou em prédios modernos da Zona Sul. Estima-se que elas formem um grupo que ultrapassa a casa das mil unidades. Esse ensino paralelo sonega impostos e dribla a Inspeção das Secretarias de Educação do Estado e do Município. E os alunos correm um grande risco: ao fim do Segundo Grau, seus certificados não tem validade.

Proprietários dessas escolas argumentam que a demora na regularização é motivada pela burocracia imposta pelas secretarias. Os donos das escolas regulares criticam a concorrência que, na maioria dos casos, chega a oferecer uma mensalidade pela metade do valor que eles cobram. Na outra ponta, os pais de alunos justificam essa opção pela falta de vagas na rede pública.

Na Baixada, prestação do CA varia de R\$ 20 a R\$ 35

A lista de exigências das secretarias é detalhada: desde o alvará até especificações de corrente de ar, luminosidade e espaço físico para os alunos. Pela normas, cada aluno ocuparia um metro quadrado. Seguir os padrões é que é o problema.

— Na Baixada, muitas escolhinhas começaram com duas ou quatro salas no fundo do quintal. Uma normalista começava a dar aulas e transformava isso escolinha, com uniforme e tudo. Calculamos em cerca de 800 escolas clandestinas do jardim à 4ª série só na área que abrange São Gonçalo, Niterói e Baixada — afirmou Wilhe Abrahão, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de São João de Meriti e membro da diretoria da Federação Intermunicipal de Ensino da Baixada.

Segundo Abrahão, a febre das escolas nessa área está ligada à precariedade do ensino da rede pública.

— Mas essas escolas sonegam os impostos e não se responsabilizam pelos encargos sociais dos professores. Além disso, não tem um programa de orientação pedagógica — concluiu Abrahão.

Na Baixada, uma mensalidade do jardim ou CA de uma escola ilegal varia de R\$20 a R\$35. Já na Zona Norte do Rio, esse valor chega a R\$ 45.

— Não concordo que chamem minha escola de clandestina. Estamos tentando nos regularizar. Já temos alvará e daremos entrada no pedido na secretaria. Mas eles criam tantas dificuldades que a gente pensa até em desistir — defendeu-se Kelly Ribeiro, proprietária de uma escola na Zona Norte que atende a uma centena de alunos do jardim ao CA.

A escola de Kelly tem bom espaço e parquinho para as crianças. Mas ela reclama principalmente da lista de documentos que deverá apresentar:

— Até agora não me perguntaram pela parte pedagógica da escola, o mais importante. No bairro não há opções para os pais. Eles querem seus filhos na escola. Não podem pagar um preço maior e não conseguiram vagas nas escolas municipais. Meus alunos tem bom desempenho quando ingressam em outras escolas.

Advogada diz que pais são vítimas de estelionato

Essas argumentações não comovem a Secretária-Geral do Conselho Estadual de Educação (CEE), Luci Martins, que reconhece que o problema é grave. Ela admite que o número de inspetores estaduais é insuficiente. Os processos de legalização das escolas do Segundo Grau passam pelo CEE. Outra agravante são os 500 processos com portarias pendentes, sem a publicação obrigatória no Diário Oficial. Portanto, mesmo aprovadas, enquanto não foram publicadas, essas escolas também estão irregulares.

Luci Martins explicou que a situação dos alunos é delicada. Até a 5ª série, ele poderá ingressar em outra escola regular mediante prova. Mas se ele tiver completado o Segundo Grau, terá o certificado negado pela secretaria e não poderá se inscrever, por exemplo, em universidades.

— Há um grande comércio por trás dessas unidades de ensino — criticou a advogada Francisca Pretzel, conselheira do CEE e membro da direção da Associação de Pais e Alunos do Rio de Janeiro (Apaerj). — São estelionatos modernos. Mas a culpa não é apenas do empresário. O poder público fiscalizar.

No Município do Rio, a fiscalização é mais eficaz que no estado. No ano passado, a Secretaria de Educação fechou 66 escolas irregulares do jardim ao Primeiro Grau. Pelos cálculos da secretaria, existem 440 escolas irregulares que estão sendo acompanhadas pela fiscalização, com prazos para apresentar documentação. Mas aquelas de fundo de quintal não são computadas. Na secretaria estadual, a atual gestão recebeu dois mil processos para legalização. Desses, estão pendentes 961. A vitória considerou 14 escolas irregulares, que estão se adequando à legislação. O estado fechou apenas duas escolas ilegais.

PAIS FORAM À JUSTIÇA GARANTIR ESCOLARIDADE DOS FILHOS

Alunos de escola em Jacarepaguá tiveram problemas na hora de se matricular em universidades

A ilegalidade mais comentada nos últimos meses foi a da escola Técnica Virgínia Patrick, em Jacarepaguá. O drama dos 280 alunos que concluíram o Segundo Grau, no ano passado, começou quando eles precisaram do certificado para fazer a matrícula nas universidades. O colégio, apesar de funcionar há dois anos, não conseguia na época o reconhecimento do diploma. Em junho, pais de alunos se reuniram e entraram na Justiça para garantir a escolaridade dos filhos e processar o colégio, pedindo também indenização por danos morais. Depois de rumoroso processo no Conselho Estadual de Educação, ficou decidido que uma comissão vai analisar todos os certificados para revalidá-los.

O processo de funcionamento da unidade de Jacarepaguá do Virginia Patrick é semelhante aos das escolas clandestinas do subúrbio ou da Baixada. Essa unidade começou as atividades em março de 94, mas só em agosto do mesmo ano entrou com o pedido na Secretaria Estadual de Educação. O mesmo ocorreu com as outras unidades em Higienópolis, Campo grande, Ilha do Governador e Maricá. A deliberação 198 do CEE diz que o pedido de autorização deve ser feito 120 dias antes do início das aulas.

As acusações dos pais de alunos listavam problemas na escola de Jacarepaguá. Entre as reclamações, estavam problemas no currículo, professores sem habilitação e diários rasurados. A escola também não apresentara na época a habilitação profissional do corpo técnico, administrativo e pedagógico. O proprietário, Ubirajara Gonçalves, desmentiu na época as acusações e garantiu que cumprira todas as exigências, culpando a Secretaria de Educação pela lentidão do processo de reconhecimento.

No CEE, o caso do Virginia Patrick dividiu os votos dos conselheiros. A advogada Francisca Pretzel defende até hoje a intervenção na escola por uma comissão mista com representantes do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado e do Sindicato dos Professores. Foi voto vencido.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, morre Bajado, "o artista da Olinda", aos 84 anos.

No dia 15 de novembro, faleceu o pintor Euclides Francisco Amâncio, o Bajado. Figura de expressão da cultura popular e forte representatividade do regionalismo pernambucano, considerado um dos grandes pintores primitivistas do mundo, Bajado acompanhou com maestria no traço e evolução dos tempos.

Seus maiores momentos de alegria eram-lhe proporcionados nos dias de Carnaval – festa do povo sempre presente em suas telas – quando os blocos em seu desfile pela Cidade Alta de Olinda passavam pela rua do Amparo onde morava e ali sempre o reverenciavam; inclusive este ano, Bajado foi homenageado pelo bloco "A porta de Olinda", com o boneco que levava seu nome.

De sua arte surgiu o estandarte do bloco Maluco Beleza, cantado em verso por Alceu Valença, bem assim tantas outras obras significativas e enriquecedoras da nossa cultura difundida por meio de seus pincéis, os quais expressavam toda a força e a emoção de ser pernambucano que ele trazia consigo.

Olinda e Pernambuco entristeceram inconformados com a perda irreparável de sua morte. Porém fica o consolo: sua obra imortal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo ao tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15h 30min

– 1 –

OFÍCIO Nº S/60, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Ofício nº S/60, de 1996, através do qual o Banco Central encaminha solicitação do Governo do Estado de Sergipe, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe – LFTSE, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 2º semestre de 1996.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

– 2 –

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63, DE 1995

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 63, de 1995 (Oferecido pela Comissão Diretora, em seu Parecer nº 531, de 1996), que institui duas coleções, a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, uma sobre a história constitucional do País e outra sobre os grandes vultos que honraram o Senado, tendo

Pareceres favoráveis, sobre as emendas nºs 1 a 9, de Plenário, sob nºs 593 e 594, de 1996, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania; e
- Diretora.

– 3 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 987, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

– 4 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 985, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de São João da Baliza, no Estado de Roraima.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 5 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1996
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 984, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1996, de
autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Po-
der Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de
Mucajaí, no Estado de Roraima.

(Dependendo de parecer da Comissão de Edu-
cação)

- 6 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 1996
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 982, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1996, de
autoria do Senador Carlos Bezerra, que autoriza o
Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de
Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.

(Dependendo de parecer da Comissão de Edu-
cação)

- 7 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 1996
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 981, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1996, de
autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre
a exibição de filmes brasileiros de curta-metragem e
dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de Edu-
cação)

- 8 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 1996
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 980, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1996, de
autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe so-
bre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italia-
no e dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de Edu-
cação)

- 9 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 1996
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 979, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1996, de
autoria do Senador Joel de Hollanda, que autoriza o
Poder Executivo a criar a Unidade Descentralizada

da Escola Técnica Federal de Pernambuco, no Mu-
nicípio de Caruaru, no Estado de Pernambuco.
(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

AVISOS, NOTAS E INFORMAÇÕES

I – PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO
CONSTAR DA ORDEM DO DIA DOS
TRÊS DIAS ÚTEIS SUBSEQÜENTES
(Art. 170, § 2º, c, do Regimento Interno)

Dia 20.11.96,
quarta-feira, às 14h30min:

Sessão deliberativa
ordinária

Proposição (Autor/ Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1- Requerimento nº 1.032, de 1996 Humberto Luce- na	Solicita, nos termos regimentais, a retirada da Emenda nº 1, de sua autoria, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1995.	Votação, em tur- no único.
2- Requerimen- to nº 1.043, de 1996 Comissão de Constituição, Justiça e Cida- dania	Solicitando, nos termos regimentais, seja sustada a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1993 (nº 938/91, na Casa de origem), e enviado pedido de esclarecimentos sobre a matéria à Câmara dos Deputados.	Votação, em tur- no único.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está en-
cerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h28min.)

ATA DA 172ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1996
(Publicada no DSF, de 19 de outubro de 1996)

RETIFICAÇÃO

Na página 17242, segunda coluna, na numera-
ção de emenda,

Onde se lê:

"É a seguinte a emenda apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1995:

EMENDA Nº 1 – PLEN"

Leia-se:

"É a seguinte a emenda apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1995:

EMENDA Nº 2 – PLEN"

COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 555, DE 1996,

"Destinada a acompanhar **In Loco** os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da clínica Santa Genoveva, no bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro.

2ª Reunião Realizada em 25-6-96

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de mil e novecentos e noventa e seis, as onze horas, na sala 04 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Benedita da Silva, José Alves e Lucídio Portella, reúne-se a Comissão Especial, destinada a acompanhar **In loco** os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro. Aberto os trabalhos a senhora Presidente, Senadora Benedita da Silva, passa a ler expediente dirigido à Presidência, pelo Senador José Alves (Relator) que faz referência à várias providências a serem adotadas pela Comissão, a seguir foi convidado a prestar esclarecimentos sobre os fatos, o Dr. Luiz Roberto Tenório, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, que passou a narrar sobre o que conhecia sobre a denúncia que recebeu na presidência do Sindicato dos Médicos com relação à morte de 99 pacientes na Clínica Santa Genoveva, discorrendo ainda sobre as providências que foram tomadas juntamente com outras autoridades da área de saúde no Estado do Rio de Janeiro relatou como funcionam as clínicas geriátricas no Estado, mostrando o quadro irregular destes nosocômios, o que choca não só as autoridades constituídas, bem como a sociedade de um modo geral, enfim mostrou que realmente as situações das Clínicas, já mencionadas, são caóticas e graves, merecendo serem avaliadas e fiscalizadas. Prosseguindo usou da palavra o Senador José Alves, que inquiriu o expositor, sendo que de maneira clara e cristalina, foram respondidas as perguntas e esclarecidos pormenores sobre o assunto. A seguir

o expositor foi questionado pelo Senador Lucídio Portella e pela Senadora Benedita da Silva, ocasião em que foi passado à Comissão um relatório da Secretaria Municipal de Saúde do Rio. Também foi anunciado pela Senhora Presidente o plano de trabalho da Comissão e, como ninguém mais se manifestou-se e não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a presente reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e irá a publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Convido para compor a Mesa o Relator, Senador José Alves.

Leitura do Expediente.

Ofício enviado pelo Senador José Alves, Relator da Comissão, que passo a ler. Não o farei na íntegra porque não há necessidade.

O ofício dirige-se à Presidência solicitando subsídios sobre o assunto referente às clínicas... Em primeiro lugar, solicita o relatório da Deputada Tânia Rodrigues, o relatório do Secretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, o teor dos depoimentos já feitos na 7ª DP, o relatório do Tribunal de Contas da União, informações do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município, tabelas praticadas pelo SUS em termos de honorários médico-hospitalares e procedimentos ambulatoriais, e convidando para ser ouvida, oportunamente, a Drª Amanda Rosental Pinto, responsável-técnica da Clínica Santa Genoveva, de onde se desligou em abril do corrente ano. Também sugere agendar, com brevidade, visita a clínicas envolvidas ou sob suspeita de ocorrências de fatos semelhantes.

Convido para prestar seu esclarecimento o Dr. Luís Roberto Tenório, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

V. Sª dispõe de vinte minutos.

O SR. LUÍS ROBERTO TENÓRIO – Quería, em primeiro lugar, saudar a Senadora Benedita da Silva, o Senador José Alves, e dizer que é de fundamental importância, nesse momento, vir aqui ao Senado Federal esclarecer fatos que têm abalado a opinião pública do Rio de Janeiro, e é do conhecimento de V. Exªs, relativo à morte de 99 pacientes na Clínica Santa Genoveva, situada em Santa Tere-

sa, Rio de Janeiro, e que tem convênio com o Sistema Único de Saúde.

O Sindicato dos Médicos, no dia 29 do mês passado, recebeu denúncia de uma filha de uma paciente internada nessa clínica de que sua mãe teria morrido com um quadro de diarreia e sem qualquer assistência por parte dos médicos e dos diretores da Clínica Santa Genoveva.

No dia seguinte, o Sindicato dos Médicos e outras autoridades, inclusive a Deputada Tânia Rodrigues, Presidente da Comissão de Saúde da ALERJ — da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, compareceram à clínica e lá constatamos 52 mortes ocorridas naquela ocasião, no mês de maio, todas elas precedidas de um quadro diarreico e, ao percorrer a clínica, nos deparamos com um quadro gravíssimo de como os pacientes ali estavam sendo tratados. Para esclarecimento de V. Ex^{as}, essa clínica tem um convênio com o Sistema Único de Saúde para receber pacientes chamados fora de possibilidade terapêutica.

Existiam, naquela ocasião, 303 pacientes internados e todos eles em péssimas condições de atendimento. A imundície dentro da clínica era total. Encontramos alimentos deteriorados, sapos e baratas nos frigoríficos da clínica. Os pacientes estavam, em grande parte, completamente abandonados, nus, sem roupa de cama, deitados nos próprios lençóis. A partir daí, foi feita uma denúncia pública, não só através da imprensa, mas também através do Ministério Público Estadual. O fruto dessa denúncia, dessa comunicação às autoridades da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, é que os técnicos compareceram à clínica, comprovaram a procedência das denúncias. Fez-se então um levantamento dos pacientes que estavam lá rotulados como fora de possibilidade terapêutica.

Para nossa surpresa, apenas 5% dos pacientes poderiam se enquadrar como pacientes sem qualquer possibilidade de algum tipo de tratamento médico, isto não quer dizer que eles não tivessem que ter um tratamento humano e decente. Mas 95% dos pacientes internados na Clínica Santa Genoveva, para a nossa surpresa, não eram pacientes fora de possibilidade terapêutica, mas que, de uma forma ou de outra, tinham condições de ser tratados; não necessariamente para serem curados, mas com possibilidades de melhoria considerável do seu quadro clínico. A maior parte era de pacientes que haviam sofrido acidente vascular cerebral e que necessitavam, por exemplo, uma terapia de vasodilatação,

fisioterapia e dieta balanceada. Nada disso estava sendo feito na Clínica Santa Genoveva.

Outro dado importante é que encontramos 74 pacientes psiquiátricos, isso foi encontrado por técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, e que não deveriam estar lá, mas, sim, em clínicas próprias para atendimento psiquiátrico ou mesmo muitos deles não precisavam internação.

Outro dado relevante que encontramos na clínica é que muitos pacientes haviam perdido completamente o seu laço familiar, cerca de 30% a 40% deles não recebiam visitas dos seus familiares há mais de um ano. Alguns deles já estavam internados na clínica há mais de 20 anos, tinham passado, inclusive, por clínicas anteriores e não tinham mais nenhum laço familiar, estavam lá apenas por uma questão social e não médica.

A partir disso, inúmeras ações foram tomadas pelas autoridades. Foi feita uma intervenção por parte da Secretaria Municipal de Saúde na clínica e o Ministério Público abriu uma sindicância. Em dois meses, o número de mortes tinha aumentado para 98 pacientes. Todos os prontuários foram colocados à disposição do Ministério Público, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde.

O Ministro Adib Jatene compareceu à clínica, constatou, inclusive, as precárias condições de atendimento que eram oferecidas e, a partir daí, houve a intervenção com a determinação de transferência desses pacientes para a rede pública.

O Ministério Público chamou o Sindicato dos Médicos para assessorá-lo na análise dos prontuários desses pacientes que tinham morrido na Clínica Santa Genoveva. De posse desses prontuários constatamos irregularidades bastante graves. Havia pacientes que eram olhados apenas de oito em oito dias pelo médico; havia pacientes que não recebiam assistência de enfermagem regular; as prescrições eram feitas de três em três dias. Havia um paciente que estava internado há treze anos e na sua papeleta a única observação que tinha era: quadro clínico inalterado, mantida a medicação. Depois de anos e anos com essa evolução, de repente aparecia constatado o óbito na data tal, às tantas horas.

Esse quadro chocou muita gente e constatamos ainda, em função disso, de prescrições feitas por um tempo muito prolongado, sem acompanhamento médico. Encontramos o caso de um paciente ter morrido havia dois dias e a prescrição ter continuado na sua papeleta, inclusive com um quadro clínico inalterado.

Isso tudo foi objeto de inquéritos. A partir daí nós passamos a denunciar um tipo de conduta que os proprietários estavam tendo, a transferência de alguns pacientes para outras clínicas de propriedade deles. Começamos a verificar que 18 pacientes, logo depois da nossa denúncia, haviam sido transferidos, e nove dentre eles para a Casa de Saúde Humaitá, que também era de propriedade do Dr. Eduardo Espínola e do Dr. J. Mansur, donos da Clínica Santa Genoveva.

A partir daí houve uma tentativa do Governo municipal de recuperar a clínica, injetando dinheiro, e o prefeito nessa ocasião falava que emprestaria, para recuperar a clínica, R\$270 mil. O Sindicato dos Médicos, o Conselho Regional de Medicina e várias outras entidades, além da Comissão de Saúde da Alerj e da Câmara dos Vereadores protestaram contra isso, porque achávamos que seria uma incoerência entregar dinheiro nas mãos desses senhores, perpetuando esse tipo de atendimento. O que defendíamos era uma intervenção eficaz do poder público na clínica e a partir daí como administrá-la.

Graças à ação conjunta dos três governos se conseguiu reativar alguns leitos públicos que estavam desativados nos principais hospitais do Ministério da Saúde e estaduais. Com isso, os pacientes foram transferidos para os hospitais públicos. Alguns deles para outras clínicas conveniadas, previamente avaliadas pelas Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

E na terça-feira última, a clínica foi, finalmente, fechada, não tendo mais nenhum paciente. Os donos da clínica são proprietários de outras 11 clínicas no Estado do Rio de Janeiro, sendo que cinco delas são de hemodiálise. Isso nos preocupa muito porque são clínicas que necessitam de um cuidado todo especial e nós tivemos muito medo que se repetisse um Caruaru no Rio de Janeiro em relação aos pacientes renais crônicos. Isso fez com que o Ministério agilizasse, nesse período, junto com a Secretaria Estadual de Saúde, uma fiscalização muito intensa nas clínicas de hemodiálise no Rio de Janeiro. Foi uma medida muito boa, porque uma das clínicas tão boa, em Caxias, de propriedade do Dr. Mansur e do Dr. Espínola, foi interditada por falta de higiene, por não ter condições técnicas de continuar fazendo a hemodiálise.

Tivemos, a partir daí, dados significativos. O diretor técnico da clínica foi ao Sindicato dos Médicos solicitar que o defendesse, já que ele era sócio do referido órgão. O sindicato tinha tomado uma decisão que nós, por sermos um dos denunciadores des-

se caso, ficaríamos numa situação bastante incômoda em defender qualquer médico da Clínica Santa Genoveva. Isso não significa que nós estávamos prejudgando os médicos. Apenas achamos que eticamente não teria sentido o Sindicato dos Médicos defender os médicos que nós acusamos.

Nessa conversa que tivemos com o Dr. Roberto Dias, que era o médico que estava respondendo tecnicamente pela clínica, nos foi informado que as condições de atendimento eram bastante precárias e a alegação disso era que eles recebiam muito pouco do Sistema Único de Saúde, eles recebiam apenas R\$17,89 por dia por cada paciente e que isso não dava para sustentar esses pacientes. E a partir daí a orientação da direção da clínica seria de dar o mínimo de remédios possíveis, porque o que se recebia de diária para esses pacientes internados não compensava. A partir daí a orientação seria no sentido de a família comprar os remédios. Nós, na época, questionamos que as famílias daqueles pacientes eram muito pobres, não tinham condição de comprar os remédios, e o que nos foi dito era que isto passaria a ser um problema da família e não da clínica. Quando alegamos, inclusive, que muitos pacientes, cerca de 40% deles, já haviam perdido o laço familiar e daí ficariam sem medicamentos, a resposta foi que isto era um problema do paciente e não da clínica.

Então, essa situação é muito grave. Existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, presidida pela Deputada Estadual Lúcia Souto, existe um relatório do Ministério da Saúde sobre as transferências e esses pacientes foram transferidos, praticamente 80% deles, para o serviço público. Isto propiciou a estudar a possibilidade da reabertura de pelo menos três hospitais de apoio que estavam praticamente desativados no Rio de Janeiro para atender provisoriamente a essas transferências. Hoje, li nos jornais que já foram indiciadas seis pessoas da clínica Santa Genoveva. O Conselho Regional de Medicina reuniu-se com todos os médicos da Clínica Santa Genoveva – são 17 médicos – e a principal alegação deles por não terem denunciado essas questões todas é que tinham medo de perder o emprego. O que antes de ser uma atenuante, no nosso entender, do sindicato dos médicos, é uma agravante para a conduta deles.

Enfim, a partir daí nós começamos a vistoriar várias clínicas. Fomos à Casa de Saúde Humaitá, que também é do dono da Santa Genoveva, e lá constatamos que a Clínica tinha passado por uma grande maquiagem. Nunca vi tantas pessoas lavan-

do os pátios da clínica, lavando os banheiros, as roupas-de-camas todas com a marca da dobra porque estavam completamente novas; os pacientes todos estavam no pátio. A Senadora foi conosco. Nós constatamos que a clínica tinha sido completamente maquiada. Mas ao verificarmos as papeletas da Clínica Humaitá, que pertence também ao mesmo dono da Santa Genoveva, verificamos a padronização de medicamentos, constatamos, por exemplo, que os pacientes lá, em vez de serem visitados pelos médicos de três em três dias, na realidade estavam sendo visitados de oito em oito dias e que existia uma padronização de medicamentos baseada em anticonvulsivantes e neorololépticos, independente do quadro clínico do paciente.

Essa situação tornou-se grave. Fizemos novamente essa denúncia e a situação hoje é que esses pacientes estão ocupando leitos públicos de uma maneira, no meu entender, que não pode ser definitiva porque esses leitos públicos estão fazendo falta para outros pacientes. Muitos problemas desses são sociais. Eu acreditei que a discussão da Clínica Santa Genoveva deve propiciar uma discussão maior no conjunto da sociedade, que é a política que devemos ter em relação ao idoso como um todo, não particularmente ao idoso doente, mesmo porque muitos daqueles velhinhos que estavam lá não tinham nada de doença, eram apenas idosos que não tinham para onde ir – não tinham dinheiro para se sustentar, haviam perdido o laço familiar e estavam optando em ficar lá do que ficar debaixo de uma ponte ou na rua.

Coloco-me a disposição de V. Ex^{as} Temos esses documentos, no Sindicato dos Médicos, à disposição do Senado, se for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Antes de conceder a palavra ao Relator, gostaria de informar ao Dr. Tenório que já está sendo solicitado, a pedido do Relator, todas essas documentações para subsidiar esta Comissão Especial.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Alves) - Inicialmente, gostaria de parabenizar o Dr. Tenório pelo seu trabalho frente ao Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro. É um trabalho difícil, num momento difícil e de muita transição da sociedade brasileira. E reafirmar a nossa perplexidade diante de fatos já sabidos e conhecidos por nós – conhecidos em tese -, que é a situação grave por que passa a saúde do povo brasileiro. Nós temos o privilégio de ter aqui, compondo esta comissão, o Dr. Lucídio Portella, que é médico, ex-Governador do seu Estado e que, sem

dúvida, sabe muito bem o que é fazer a saúde pública com uma população carente, neste País.

O Rio de Janeiro tem um aspecto que se apresenta com requintes de crueldade, pois se temos, segundo testemunhas que consideramos idôneas e a afirmação do Dr. Tenório de que em 303 pacientes nós temos apenas 5% ditos como fora de possibilidade terapêutica, que é um termo que eu, que sou médico mais antigo, desconheço um pouco no meu dicionário, porque entendo que todo paciente tem uma possibilidade terapêutica e a última possibilidade terapêutica, nós entendemos, é o direito a boa morte. Mas esta é uma questão mais filosófica. Mas, no Rio de Janeiro nós temos uma situação muito delicada e muito grave, que tem sido motivo de discussão e que agora se agudizou com os episódios da Clínica Santa Genoveva.

Nós queremos, compondo esta comissão, deixar de lado a parte emocional e fazer uma análise fria das responsabilidades dos proprietários, do Governo, que paga, do Governo, que atesta. Tive a oportunidade de escutar de mais de um administrador de clínicas, na visita rápida que fizemos em companhia da Senadora Benedita da Silva, que há mais de um ano aquela clínica não era fiscalizada. As clínicas internam os pacientes como verdadeiros depósitos e no final do mês apresentam um disquete, que entra no Sistema Único de Saúde, e no final do mês é creditado o seu recurso, dentro dos parâmetros.

Então, é uma situação muito delicada que nós iremos nos aprofundar, sem emocionalismo, sem querer procurar bodes expletórios de início, mas já sabendo, com clareza, as linhas mestras do que ocorre no Rio de Janeiro, em particular, por ter sido a ex-capital do País. O Rio tem uma situação de saúde muito privilegiada em relação ao resto do País. Isto posso afirmar.

Gostaria, apenas, de fazer uma pergunta ao Dr. Tenório, que não diz respeito a situação específica do Rio de Janeiro. Nós sabemos, o País sabe, que nós temos hoje no Brasil uma ilha de excelência, que é o sistema Sarah Kubitschek, comandado pelo Dr. Campos da Paz. Esse sistema, que tem uma lei específica do Senado garantindo o seu financiamento, tem uma característica no que diz respeito a situação e a atuação dos médicos. Ele exige dos profissionais médicos tempo integral e dedicação exclusiva. Indago ao Dr. Tenório se seria por aí que nós deveríamos começar a repensar num modelo de assistência médica ao povo brasileiro. Não gosto de sonhar, sei das dificuldades que teríamos

em ter esse tipo de assistência para todo o povo brasileiro, mas esta deve ser a nossa meta. Dr. Tenório, como V. S^a encara essa questão da dedicação exclusiva ou não, dentro do serviço público?

O SR. LUÍS ROBERTO TENÓRIO - Tomo a liberdade, nobre Senador, de concordar plenamente com V. Ex^a em relação à questão da falta de fiscalização. Lembro-me de uma frase da Senadora Benedita da Silva, quando visitamos a Clínica Humaitá, que foi preparada para nos receber, onde os pacientes estavam recebendo alimentação da melhor qualidade, a clínica estava completamente limpa, todos os lençóis eram novos, e a Senadora Benedita da Silva dizia o seguinte: "Se não fizemos nada, pelo menos a nossa presença, aqui, deu um pouco mais de dignidade a esses pacientes no dia de hoje". Fiquei pensando: se isto fosse uma constante no Rio de Janeiro, evidentemente, que a situação daqueles pacientes melhorariam.

O que acontece no Rio de Janeiro é que nem o Governo do Estado, nem o Governo Municipal investem na fiscalização do seu setor conveniado privado. Os números são mais do que claros em relação a isso. No ano de 1995, a Secretaria Estadual de Saúde tinha no seu orçamento, para exercer a vigilância epidemiológica e sanitária, 1 milhão e 841 mil reais. Empenhou apenas 141 mil e gastou 6 mil e 151 reais. Isto dá, nas 7 mil clínicas que deveriam ser fiscalizadas, fiz uma conta, 0,72 centavos por ano, o que foi investido na fiscalização de cada uma delas. A Secretaria Municipal diminuiu de 13,8% do seu orçamento em fiscalização de 94, para 7,8% em 1995. Então, não existe fiscalização.

Em relação a pergunta do Senador José Alves, acredito que essa meta da dedicação exclusiva com uma remuneração condizente é o sonho de todos nós, médicos. Só que isso é completamente utópico, porque hoje nós sabemos qual é a remuneração que um médico está recebendo e qual é o compromisso das diversas esferas de Governo, no investimento na questão da saúde.

Nós temos muito medo da defesa da dedicação exclusiva com a falta da garantia da política salarial, em relação ao profissional da saúde. Estou aqui com um contra-cheque de um diretor do Sindicato dos Médicos, Dr. Sílvio Vargas, que é médico há 17 anos, funcionário público do Hospital Pedro II, foi inclusive colega do Dr. Jorge Luiz do Amaral, diretor da Federação, aqui presente, no Pedro II - que hoje ganha R\$160,00 de salário, mensalmente.

Hoje, os Governos Federal, Estadual e Municipal não têm a menor condição de investir na folha de

pagamento do pessoal, melhorando as condições salariais dos funcionários públicos. É evidente que se os médicos tivessem hoje a garantia de um salário digno, condições de trabalhos adequados, optariam por trabalhar em um único emprego, em um único lugar, com muito mais tranquilidade, com muito mais dedicação.

Recentemente, uma pesquisa do perfil do médico no Brasil, um trabalho encomendado pelo Conselho Federal de Medicina, pela Federação Nacional dos Médicos e pela Associação Médica Brasileira, revela, no Brasil, que o médico no Brasil tem em média três empregos e que recebe por esses três empregos US\$1,4 mil. Então, hoje, com três empregos, o médico ganha, em média, US\$1,4 mil. O Ministério da Saúde fez um concurso público para abrir as emergências dos principais hospitais do Rio e todos os concursados entraram no serviço público com um salário de R\$600,00.

Enquanto não houver uma remuneração digna do profissional de saúde, enquanto houver hospitais públicos completamente sucateados e nenhum investimento na recuperação da rede pública, a situação do atendimento médico à população permanecerá a mesma. Para que se tenha uma idéia, no ano passado, nos diversos hospitais públicos do Rio de Janeiro, que são a maior rede pública do País, foi investido apenas 2% na recuperação da rede, ou seja, dos R\$109 milhões arrecadados, R\$107 milhões foram usados para pagar pessoal e 2% apenas foi utilizado para recuperação da rede. Com esses dados, subentende-se que esse pessoal estava ganhando muito bem porque R\$107 milhões destinaram-se ao pagamento do pessoal, no entanto, o vencimento básico de um médico é de R\$160,00.

Se houver uma política de valorização do trabalho do profissional de saúde e de melhoria das condições de trabalho, nós, médicos - tenho absoluta certeza que expresso a opinião da maioria dos colegas aqui presente -, gostaríamos de trabalhar num único lugar, com um salário decente.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Concedo a palavra ao Senador Lucídio Portella.

O SR. LUCÍDIO PORTELLA - SRA. Presidente desta Comissão, Sr. Relator, Dr. Luís Roberto Tenório, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, é estarrecedor o depoimento de V. S^a relativamente ao caso não menos estarrecedor da Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro. Acho que os proprietários da Clínica são os grandes culpados pelo que estava ocorrendo lá. São homens mercenários que queriam apenas obter lucros, não se in-

comodando com a desgraça dos que lá estavam internados. Penso que o principal problema reside mesmo é na fiscalização. Entendo que se houvesse uma fiscalização rigorosa, não por parte do Ministério da Saúde, que seria incapaz de realizar essa fiscalização em todo País, mas pelos Estados e Municípios, isso não teria ocorrido.

No seu depoimento, V. S^a aponta, realmente, a maquiagem feita naquele hospital por ocasião de uma visita programada pelos órgãos de fiscalização. E, como a visita foi anunciada, houve uma melhora expressiva da situação dos doentes no hospital. V. S^a viu a quantidade de garís que estavam cuidado da limpeza dos banheiros e de outras áreas daquela clínica.

Penso que a falta de fiscalização é o principal fator causador das negligências nessas clínicas em nosso País. Deve-se investir mais em fiscalização, porque em muitos hospitais brasileiros deve estar ocorrendo o mesmo que ocorreu na Clínica Santa Genoveva.

Sou dono de casa de saúde no Piauí e digo que a nossa casa de saúde funciona bem, tem, inclusive cirurgia cardíaca, cirurgia neurológica. Nunca sofremos uma fiscalização, nunca fomos fiscalizados, e funcionamos bem porque temos consciência do dever. Penso ser impropriedade essa queixa sobre remuneração; e, quem não estiver satisfeito com a remuneração, que anule seu contrato com o SUS.

Era isso que tinha a dizer.

O SR. RELATOR (José Alves) – Com a permissão da nossa Presidente, Senadora Benedita da Silva, gostaria de acrescentar que os proprietários são responsáveis sim. Entretanto, um delito dessa natureza jamais poderá ser cometido sozinho, pelo proprietário da clínica. O Senador Lucídio Portella dá o testemunho do que acontece no seu Estado, em uma casa de saúde de sua propriedade.

Temos, definido em lei, três níveis de fiscalização para o Sistema Único de Saúde: o nível Federal, representado pelo Ministério da Saúde, que recebe esses recursos do povo brasileiro, do Tesouro da União e os repassa aos Estados e Municípios. Como a lei define os três níveis responsáveis pela fiscalização, talvez seja essa dubiedade de responsáveis pela fiscalização que gere esta irresponsabilidade no País, que é a transferência de recursos públicos sem o acompanhamento devido.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Gostaria de fazer uma pergunta, apesar de não ser usual a Presidência assim atuar. O Dr. Tenório, na sua exposição, não mencionou um fato que, verda-

deiramente, nos chocou: a história da cadeira assassina. Gostaria que o Dr. Tenório colocasse aqui, nesta Comissão, aquele episódio horrível, como tantos outros havidos.

O SR. LUÍS ROBERTO TENÓRIO – Tivemos vários depoimentos de idosos da Clínica Santa Genoveva sobre a chamada cadeira assassina. Fomos saber que cadeira assassina era essa. Havia uma cadeira completamente enferrujada e cheia de pontas; inúmeros pacientes transportadas nessa cadeira – essa cadeira inclusive foi requisitada pela delegada que está apurando os fatos – tinham ferimentos graves nas pernas e um desses pacientes, em função de ferimentos não tratados, fez um quadro de gangrena e teve amputadas as pernas. Esse fato tornou-se emblemático dentro da Clínica Santa Genoveva, pois refletia o pavor de todos os pacientes por aquela cadeira. A partir de tal fato, ninguém mais queria andar nessa cadeira e ela era como que uma ameaça para os pacientes. Essa cadeira foi requisitada e já se encontra em poder da polícia. Particularmente, penso que houve um homicídio na Clínica Santa Genoveva. Acho que eles devem ser processado por homicídio, mas não sou eu quem deve decidir, mas, sim, a Justiça.

Estivemos, Senadora, o Sindicato dos Médicos juntamente com Parlamentares, ouvindo o depoimento do próprio paciente que teve suas pernas amputadas. Ele relatou que foi ferido várias vezes, porque o transportavam nessa cadeira completamente enferrujada e cheia de pontas. Ele reclamava que, sempre que era transportado para o banho nessa cadeira, voltava ferido. A partir desses ferimentos foi-se criando um quadro infeccioso, que resultou na amputação das suas duas pernas.

Quero apenas aproveitar a oportunidade de tomar a falar da omissão do Poder Público em relação a essa questão. Concordo plenamente com o Senador, tem um corolário de culpados nessa história, não podemos ter apenas o Dr. Espíndola e o Dr. Mansur como os diabos responsáveis por isso tudo. Existe um sistema perverso de internar pacientes sem necessidade, em um sistema asilar-hospitalar que é condenável neste País.

Tivemos também a omissão, muito séria, porque no meio desse tiroteio o Sindicato dos Médicos recebeu um relatório, que me reservo a dizer a fonte, das 20 clínicas psiquiátricas do Rio de Janeiro, que tinham sido objeto de um censo da Secretaria Municipal de Saúde em novembro e dezembro de 1995, e que estava colocado como um documento clandestino na Secretaria Municipal de Saúde, para

só ser divulgado em agosto. Não sei por que motivos, não quero fazer lucubrações políticas em relação à vinculação disso com o processo eleitoral no Rio, mas é um crime um relatório como esse que tivemos, feito em dezembro de 1995, ficar guardado para ser divulgado em agosto de 1995. E, nesse relatório, havia coisas muito mais graves do que as acontecidas na Clínica Santa Genoveva.

Havia, por exemplo, na clínica chamada Amendoeira, uma criança de 12 anos que já estava há 45 dias algemada na cama e tida como fora de possibilidade terapêutica. Essa criança, com um quadro psiquiátrico, tomando Aldol, Alperidol(?) e Fernegan todo dia; era desamarrada da cama para tomar banho. No dia em que o técnico, que nos relatou isso, esteve na clínica, essa criança para poder ir tomar banho tinha que ir carregada, pois já estava com atrofia de membros inferiores por causa da imobilização a que era submetida nessa clínica.

Essas barbaridades eram do conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde desde dezembro de 1995, e foi em detrimento da ação do sindicato que esse documento foi divulgado, porque as autoridades só pretendiam fazê-lo em agosto de 1996, isto é, praticamente nove meses depois.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Gostaria de pedir ao Presidente do Sindicato, Dr. Luís Roberto Tenório, que fizesse passar às mãos da comissão esse relatório, já que ele já teve divulgação, se esta já não tivesse sido feita nós também poderíamos guardar sigilo em relação à fonte, mas pediríamos que esse relatório fosse enviado à Comissão Especial.

O SR. LUÍS ROBERTO TENÓRIO - Com todo prazer.

A SRA.^a PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Quero dizer ainda que falamos a respeito da fiscalização e vimos a necessidade que temos de fazê-la, mas me recordo também que temos os chamados Conselhos Regionais, porque isso não só deve ser fiscalizado pelo Estado, pelo Município, mas também por esses conselhos, pois se temos esses instrumentos e não fiscalizamos, somos, no mínimo, co-responsáveis por essas situações.

Deveremos aqui, a partir desta Comissão Especial, também ter um pouco mais de cuidados na verificação desse orçamento. E, como representante, e aí já falo mais particularmente, do meu Estado, cada um de nós, nos seus respectivos Estados, sermos também integrantes dessas comissões, em que pese não ser essa a nossa função, porque tem que ficar também claro que não é uma função

da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, mas como a saúde está vivendo um momento de crise, verdadeiramente é uma crise nacional, é preciso salvá-la dessa situação de doença em que se encontra. Então, é necessário que todos nós, em um verdadeiro esforço e em um grande mutirão, nos coloquemos à disposição dessa tarefa.

Também gostaria de aqui levantar uma questão, e até o presidente me passou aqui um jornal, dizendo que a FPT não existe. Dentro da própria filosofia que o nosso relator, José Alves, questiona, e que eu também questiono, quer dizer, não existe essa situação verdadeira de paciente fora de possibilidades terapêuticas. Para a minha filosofia de vida isso não vale, porque acredito em milagres, então até nisso eu apelaria, evidentemente. Portanto, teriam outros recursos que poderiam até fugir à própria medicina.

Então, não é possível que nós, no tratamento de pacientes, e aí há uma questão que eu gostaria de levantar, que é não só a questão do idoso está sendo colocada em questionamento, e é preciso discuti-la, como também dos chamados pacientes terminais, porque não usamos esse termo, mas essa é a realidade, aléctico, canceroso, que não pode ficar com a família, e a família fica em desespero também porque não pode acompanhar os dias finais dessas pessoas e elas não morrem com dignidade. Portanto, temos que, com clareza, tratar evidentemente de construir algo que possa respaldar o paciente terminal.

Penso que essas considerações feitas pelo depoimento do Dr. Tenório traz a esta Comissão não só subsídios como argumentação, que deve ser levada em contexto nacional, no Congresso Nacional, colocando a necessidade de se por na pauta, na Ordem do Dia, na prioridade, esse debate com relação aos idosos, com relação à saúde no nosso País.

Consulto os Srs. Senadores se têm algo mais a dizer ao Dr. Luís Roberto Tenório. Caso não tenham, queremos agradecer a presença de V. S^a e solicitaremos oficialmente os relatórios e documentações que o Sindicato detém, até então, para subsidiar a Comissão Especial. Muito obrigada Dr. Tenório pelo seu depoimento e o comparecimento a esta Comissão.

DR. LUÍS ROBERTO TENÓRIO — Eu é que agradeço e coloco-me à disposição da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Temos aqui um plano de trabalho da Comissão em que estaríamos solicitando, oficialmente, documentos das autoridades, presença para depoimentos na

comissão e visitas a clínicas que estão sob suspeita. Perguntaria se o Senador Lucídio Portela tem alguma contribuição a dar, a nível de indicação. Não?

(Pausa.)

Sendo assim, vamos dar por encerrada a reunião. Na próxima semana, então, teremos novos depoimentos, e eu avisarei, sem dúvida nenhuma, os Srs. Senadores para a diligência no final de semana e também para o depoimento.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h 21min.)

3ª Reunião. Realizada em 14 de agosto de 1996.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de mil e novecentos e noventa e seis, as onze horas, e vinte e um minutos na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Benedita da Silva, José Alves, Artur da Távola, José Bianco, Sebastião Rocha, Valmir Campelo e Emília Fernandes. Reune-se a Comissão Especial, destinada a acompanhar *in loco* os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro. Aberto os trabalhos a senhora Presidente, Senadora Benedita da Silva, cumprindo a pauta convidou o Exmo Sr. Dr. Adib Jatene, Ministro da Saúde para prestar o seu depoimento a respeito de notícias veiculadas nos meios de comunicação. O Sr. Ministro passou a explicar o que pensa em relação às notícias divulgadas, explicando que a sua posição é a mesma desde o começo dos fatos que envolveram a Clínica Sta Genoveva, colocando-se à disposição dos Senhores Senadores para qualquer esclarecimentos pertinentes ao assunto, tendo usado da palavra inicialmente o Sr. Relator Senador José Alves que indagou do Sr. Ministro sobre vários aspectos que ainda não foram elucidados em relação a não só a Clínica Sta Genoveva, bem como sobre o SUS e outras Clínicas existentes no Rio de Janeiro. Em resposta o Senhor Ministro esplanou mostrando como agem os programas de Agentes Comunitário e Saúde da Família. A seguir, foi concedida a palavra à Senadora Emília Fernandes, e ao Senador Artur da Távola que também questionaram ao Ministro Jatene, sendo que o mesmo também esclareceu sobre o que foi questionado. e, como ninguém mais manifestou-se e não havendo nada mais a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e irá a publicação

juntamente com o acompanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senadora Benedita da Silva PT/RJ – Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Havendo número legal, declaro aberta esta reunião.

Esta comissão temporária foi criada através do Requerimento nº 555, de 1996, e está destinada a acompanhar *in loco* os atos, fatos e circunstâncias que envolveram a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro.

Temos, hoje, como único ponto de nossa pauta, o depoimento do Dr. Adib Jatene, Ministro da Saúde.

Esta Comissão achou por bem convidá-lo, na medida em que notícias veiculadas na imprensa nacional brasileira colocam que o Sr. Ministro já teria não só um resultado das investigações feitas na tragédia da Clínica Santa Genoveva, como o requerimento pedido pela comissão, e também pelo fato do acontecimento em relação ao depoimento em favor do dono da Clínica Santa Genoveva.

Então, o Sr. Ministro está convidado para prestar a esta comissão, como contribuição, os esclarecimentos necessários, uma síntese do que o Ministério tem feito até então, quanto às notícias veiculadas nos meios de comunicação.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Adib Jatene.

O SR. ADIB JATENE – Muito obrigado, nobre Senadora Benedita da Silva.

Gostaria de fazer um breve relato a respeito do assunto, porque essa situação já vem de longa data, não é recente. Essas chamadas clínicas para pacientes fora de possibilidade terapêutica são uma criação do antigo INAMPS. Com a extinção do INAMPS isso, evidentemente, foi herdado pela Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério.

A preocupação com esses tipos de clínicas é que elas foram desvirtuadas das suas finalidades, ou seja, essas clínicas foram criadas para retirar dos hospitais, que tratam doentes eletivos, doentes emergenciais, doentes que ficam períodos relativamente curtos fazendo tratamento. Foram retirados os doentes que estavam fora de possibilidade terapêutica. Por exemplo, um doente com câncer, que já foi operado, que volta a ter recidivas, que está com muitas metástases e que não tem mais o que ser feito por ele, dentro do ponto de vista terapêutico, e não tem condições de ficar na sua casa. Então, essas clínicas foram criadas com essa finalidade; doentes cuja perspectiva de vida é relativamente

curta e que vão ficar num atendimento que vai apenas prestar os cuidados, já que tratamento eficaz para reverter a doença e curá-los já está fora de qualquer possibilidade.

Isso foi criado especificamente e estimulado pelo próprio Instituto Nacional do Câncer, que precisava das vagas para colocar doentes que tinham possibilidades terapêuticas e desocupar os leitos desse grupo de doentes.

Essas clínicas aos poucos se transformaram em clínicas asilares e isso nós verificamos claramente neste episódio da Clínica Santa Genoveva e os seus desdobramentos.

Quando tomei conhecimento do fato, porque a fiscalização dessas clínicas não são atribuições do Ministério da Saúde. A fiscalização dessas clínicas são atribuições da Secretaria Municipal e da Secretaria Estadual. Na verdade eu nem deveria ter ido, porque não é atribuição do Ministério da Saúde. Mas fui porque tivemos antes o episódio de Caruaru, que era igual e a atribuição era da Secretaria Estadual e Municipal. E como nós estamos num processo de descentralização, achei que se não fosse ficaria claro que a descentralização estava sendo respeitada e que a Secretaria Estadual de Pernambuco já teria tomado todas as providências que eu tomava conhecimento por telefone e apoiava.

Mas não foi essa a leitura da sociedade, da imprensa ou do Congresso. Acharam que eu me omiti. Fui muito criticado por causa disso, até por Dom Lucas Moreira Neves.

E quando aconteceu o episódio de Santa Genoveva, eu fui, porque imaginei que ia ajudar e fazer o que fosse necessário e possível. Visitei a Clínica junto com o Secretário Estadual e verifiquei que as condições eram muito insatisfatórias, tanto que tomamos a decisão de fechar a Clínica.

Na conversa com a imprensa, depois que saímos, eu disse que os doentes fora da possibilidade terapêutica, realmente, tinham um índice de mortalidade alta. Se observarmos no Instituto Nacional do Câncer os doentes considerados fora da possibilidade terapêutica, há uma mortalidade elevada. E que nós fâmos, então, transferir os doentes daquela Clínica e fechá-la.

Essa minha declaração de que doentes fora de possibilidade terapêutica tinham uma mortalidade elevada é que levou o advogado dos proprietários a me arrolar como testemunha de defesa. Mandeí dizer ao advogado que esse era um equívoco que ele estava cometendo, porque eu não seria testemunha

de defesa. Se eu tinha tomado a decisão de fechar a Clínica é porque achei que a situação da Clínica era insustentável.

Para que V. Ex^{as} tenham uma comparação, a Secretaria de Assistência Social paga às entidades que tratam desses pacientes idosos, que estão em sistema de asilo, em torno de R\$57 por mês. Os doentes, pelos quais pagamos a essas clínicas, que são considerados doentes fora da possibilidade terapêutica, custam o equivalente a quase R\$570 por mês, dez vezes mais. Então, não havia nenhuma justificativa – e eu disse isso – para que o tratamento fosse aquele.

Nos relatórios que mandamos à Senadora estão todos os dados das verificações feitas na Clínica Santa Genoveva, aproximadamente 5,5% ou 6% eram doentes fora de possibilidade terapêutica. Os demais, não, eram seqüelas de acidente vascular cerebral, umas leves, outras mais, havia um número insuportável de escaras, de decúbitos graves, que são o selo da falta de cuidado, enfim, uma série de situações que nos levaram a fechar a clínica.

De maneira que essa clínica está fechada e nós desencadeamos no Rio de Janeiro um processo, associando o escritório do Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual, a Secretaria Municipal, e solicitamos um representante do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual para acompanhar as ações. E passamos a fiscalizar, inicialmente, quinze outras clínicas do mesmo tipo que haviam no Rio de Janeiro. Dessas clínicas, quatorze ou doze delas – não tenho um número muito claro – estão sob intervenção, estão acompanhando as exigências feitas, que se não forem cumpridas serão também fechadas. E, numa segunda etapa, vão ser inspecionadas todas as outras clínicas desse tipo.

De maneira que a ação que foi desencadeada pelo Ministério junto com as Secretarias Estadual e Municipal visa normalizar esse tipo de atendimento e especificar quem realmente tem necessidade de atendimento médico-hospitalar, que ficaria sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, e quem ficaria sob a responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência. Nós, inclusive, já tínhamos programado um seminário, que foi realizado aqui em Brasília, no fim do mês de junho, sobre o idoso, e para o qual vieram perto de trinta especialistas do exterior. Foi um seminário feito no Itamarati, em que se discutiu muito esse problema do imposto.

O próprio Presidente Fernando Henrique já consolidou isso num decreto e nós estamos traba-

lhando agora junto com a Secretaria de Assistência Social para equacionar devidamente o problema do idoso. Há, inclusive, no Congresso Nacional, matérias tramitando no sentido de fazer com que esses idosos sejam, tanto quanto possível, atendidos nas suas famílias, criando aquele centro de convivência, com a participação durante o dia e voltando de noite para casa, enfim. E até muita gente brinca e diz que é a creche do idoso que vai ser criada.

De maneira que o problema está sendo equacionado nessa linha. E, na verdade, dos 220, 216 doentes que foram retirados do Santa Genoveva e que foram colocados em hospitais públicos onde foram abertas vagas, e em alguns prestadores, inclusive privados, desses duzentos e poucos doentes, nesses 2 meses, pouco mais de 2 meses, morreram 7 ou 8. Muitos se recuperaram e já tiveram alta. E é interessante que 75% dos doentes que estavam no Santa Genoveva tinham vínculo familiar, e, desses, mais da metade, ou seja, 58% do total, eram da classe "b", não eram da classe "c" e "d". Cinquenta e oito por cento dos doentes eram da classe "b", tinham endereço em área não de favela, em bairros de classe média do Rio de Janeiro.

Desse modo, há uma mudança significativa, mesmo de postura, em relação a esse tipo de doente, e o processo que está sendo feito no Rio de Janeiro creio que resultará em um novo enfoque em relação ao tratamento do idoso, porque a maioria dos que estavam lá eram idosos, e, principalmente, modificar também esse critério do chamado "fora de possibilidade terapêutica".

Acho que, inicialmente, Senadora, era essa a informação. Coloco-me à disposição dos Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (José Alves) – Sr^a Presidente, Senadora Benedita da Silva, Srs. Senadores, Sr. Ministro Adib Jatene, Senhoras e Senhores, acho que o mais importante para esta Comissão é a denúncia que V. Ex^a está fazendo. E a presença mais importante nesta Comissão é a de V. Ex^a, o seu depoimento. Sobre tudo porque é uma oportunidade que temos de ouvir o depoimento de quem é o responsável, em última instância, por esses fatos.

Digo assim porque estamos em um país, numa década da falta de planejamento com a área de saúde. A década de 90 prima pela ausência de planejamento, ou melhor, pela falta de um planejamento na área da saúde, porque o planejamento setorial tem

uma existência muito forte no país. O planejamento é bom na área da educação atualmente e em diversos segmentos do governo. Mas temos sentido a ausência grave e trágica de um planejamento global no tratamento do homem como um todo. As carências do homem não são setoriais. No Brasil hoje temos esta realidade: carência de saúde, carência de educação, de emprego, e os setores disputam esses carentes. É uma disputa trágica. Nós temos 40 milhões de pessoas que não se alimentam, moram mal, dormem mal, não têm saneamento. De repente não encaramos a realidade. O problema não é com a formação de médicos. O importante é que devemos encarar a realidade como ela é, sem sofismos. Temos hoje inúmeros acampados no País e falamos que esses acampados, esses sem-terra, existem porque um determinado partido, um determinado grupo político ou ideologia aí os colocaram.

Temos hoje no País um número grande de pessoas sem a menor condição de saúde.

Então, V. Ex^a, em última instância, como médico que trata dos pacientes com sucesso no Brasil, passa a ser o médico desses 16 milhões de miseráveis, porque eles não têm a quem socorrer. É uma situação possível para um homem que tem demonstrado o porte e a estatura de V. Ex^a. Discordamos ideologicamente em alguns pontos. O Brasil hoje é testemunha de sua luta e de sua função de patriota. Mas não podemos esquecer da realidade que aí está, uma realidade que carece de um planejamento que não depende do Ministério do Planejamento. O Ministério da Saúde é um setor do Governo que V. Ex^a honra com a sua participação, mas não temos um planejamento. O que fazer com essas pessoas e com esses segmentos? Atingi-los de um modo global, porque não podemos melhorar a saúde sem oferecermos empregos e saneamento, mas essas questões estão saindo das discussões.

Sou de uma Região do Nordeste brasileiro que tem 30% de pobres do País e deixou de ser discussão. Na década passada éramos motivos de discussão e hoje saímos, o planejamento nos esqueceu, mas não entendemos como isso ocorreu. Para o cidadão comum é difícil o entendimento de como sairemos dessa situação sem um planejamento efetivo. Para o banqueiro que tem hoje o dobro da média nacional de rendimento, é uma situação confortável até certo ponto; mas para o empresário, para o empresário do campo ter um local para proporcionar renda e emprego para esses 16 milhões de miseráveis, para esses 40 milhões de desempregados, que ago-

ra se desencantam com a cidade e voltam para o campo, encontrando-o em uma situação de caos. Isso nos preocupa muito.

Faço a V. Ex^a apenas algumas rápidas questões. Primeiro indago a V. Ex^a o seguinte: os acusados da Clínica Santa Genoveva o colocam como testemunha de defesa, posição que entendemos e de que discordamos. Somos de uma região que não tem os privilégios do Rio de Janeiro.

Com relação a essa questão dos pacientes fora de possibilidade terapêutica, V. Ex^a vem apenas dar um dado oficial do que acontece no País. Por outro lado, o Prefeito do Rio de Janeiro, recentemente, em declarações nos jornais, especialmente no jornal *O Globo*, reitera as acusações aos sócios da Clínica Santa Genoveva e diz que os índices de óbitos no primeiro trimestre de 1996 não eram os mais elevados do Estado – Campo Belo ganhou de 10 a 14%; Santa Genoveva, 8%; Instituto Municipal de Geriatria 10%; a Fundação Auri Frauzino recorde de 42%. O mesmo jornal publicou também, em junho, uma nota oficial da Associação Brasileira de Hospitais defendendo os sócios da Clínica Santa Genoveva, mostrando uma realidade, um quadro da saúde do País, no SUS, dizendo que o sistema, o setor público gasta R\$18 só com a alimentação e não recebe isso para atender o paciente integralmente e que o escândalo da Santa Genoveva foi montado por setores interessados em incompatibilizar a aprovação do CPMF e, ao mesmo tempo, impedir, tumultuar a parceria dos SUS com os hospitais. O que V. Ex^a tem a dizer sobre esse assunto?

O SR. ADIB JATENE – Aqui, Senador, está evidente. Esses números estão todos nesses documentos já encaminhados. A mortalidade para os doentes fora de possibilidade terapêutica é a da Fundação Auri Frauzino, que é alta – e foi isso que disse -, enquanto que na Santa Genoveva isso não ocorria.

Tentar vincular uma coisa com a outra não tem sentido. Eu fui lá e vi. Três dias depois da primeira inspeção, a situação era muito ruim. Penso que não havia nenhuma justificativa para aquele tipo de tratamento. Dezoito reais por dia somam em média R\$560 por mês. Eu disse isso desde o primeiro dia. O valor médio por internação, pelo SUS – procedimentos cirúrgicos, etc. – está em torno de R\$270, com um tempo médio de sete dias de internação.

O que se recebia para esse grupo de doentes não justificava o tipo de tratamento que existia lá. Se houve ou não intenção na deflagração do escândalo, não posso dizer, porque não está na minha possibilida-

de de apreciar. Na verdade, nem sei quem deflagrou.

Penso que a coincidência de estarmos lutando por mais recursos, como o CPMF, não exclui que uma situação daquele tipo fosse considerada aceitável. Tanto não foi considerada aceitável que a clínica foi desativada e fechada e a situação dos doentes retirados da clínica melhorou muito. O número de doentes anemiados, desidratados e com escara não é aceitável e o valor não era tão baixo assim para aquele tipo de atendimento.

De maneira que não vinculo uma coisa com a outra. Se havia essa intenção, tudo bem – eu já disse isso mais de uma vez. Considero a situação do Santa Genoveva um passado que queremos eliminar. Isso não é uma coisa aceitável e, seguramente, não se pode utilizar um problema pontual desses como se fosse a generalidade do sistema.

No próprio Rio de Janeiro, o Hospital da Posse estava fechado há vários anos, foi reaberto, está funcionando com capacidade total e atende a mais de mil doentes por mês.

Os grandes hospitais públicos do Rio de Janeiro estão em processo de recuperação. O Hospital dos Servidores tinha 120 leitos funcionando. Essa é a atitude correta. Se o recurso é insuficiente, não se interna o doente. O Hospital do Servidor diminuiu o número de leitos, porque não tinha recursos suficientes para funcionar. Atualmente, temos mais de quatrocentos leitos funcionando no Hospital do Servidor. Foi feita uma enorme reforma na pediatria. É difícil encontrar um hospital privado que tenha uma pediatria como a do Hospital do Servidor hoje.

Vários outros setores se recompuseram. O Hospital de Cardiologia das Laranjeiras, que estava praticamente operando três doentes por mês, está operando mais de quarenta doentes por mês e deve chegar a sessenta proximamente. O Hospital de Ipanema se recuperou.

Tomar-se o Santa Genoveva como o modelo, como a generalidade do sistema, é absolutamente despropositado. Aí, sim, acho que é uma exploração, uma tentativa de desvalorizar e desprestigiar o sistema de saúde, que tem dificuldades, mas está trabalhando com muito empenho.

No processo de descentralização que estamos promovendo, que chamamos de gestão semiplena, em que repassamos o teto financeiro para a administração municipal, que passa a assumir todas as ações no município. Cento e dezoito municípios já representam 24 milhões de pessoas. Há municípios grandes como Belo Horizonte, Recife, Curitiba, Na-

tal, Campo Grande, Santos, Joinville, Uberlândia, Ribeirão Preto. Embora sejam apenas 118 municípios, são bastante representativos, já têm 15% da população brasileira e gastam 22%.

Em todos esses municípios, o problema de fraudes e de irregularidades está absolutamente eliminado. No sistema como um todo, nós as reduzimos significativamente, e eu posso lhes dar simplesmente um número: em 1994, o sistema internou 15 milhões de pessoas; em 1995, 13 milhões. Houve uma redução de dois milhões de internações. Mais de um milhão em consequência das críticas que colocamos no sistema de processamento, inclusive eliminando totalmente a incompatibilidade de sexo, dupla cobrança, enfim, uma série de irregularidades que haviam no sistema.

Nas inúmeras vezes em que estive no Congresso coloquei que grande parte das críticas que se fazia ao sistema de Saúde era relacionada ao que existia no passado, por pessoas que não estavam acompanhando o que se fazia no presente.

Essa colocação de que esse episódio pontual da Clínica Santa Genoveva tenha sido deflagrado para atingir, desmerecer o esforço que o Ministério estava fazendo e desqualificar a proposta do CPMF, não posso nem afirmar nem excluir. Na análise do problema, não dá para aceitar a situação em que se encontrava a referida Clínica. Esse é o ponto fundamental.

O SR. RELATOR (José Alves) – Agradeço a V. Ex^a.

A Deputada Tânia Rodrigues, presidente de uma comissão de inquérito da Assembleia Legislativa, propôs ao Ministério Público responsabilizar autoridades da área de Saúde do Rio de Janeiro por omissão de providências que poderiam ter sido tomadas, evitando a tragédia.

Pergunto a V. Ex^a, baseado nessas informações que o senhor tem, derivadas das averiguações feitas pelo seu Ministério, se realmente essas autoridades, esses titulares de cargos da área sanitária já tinham conhecimento prévio de algumas dessas irregularidades ou se as deficiências de fiscalização e controle sobre as ações de saúde no Rio de Janeiro podem ser consideradas aceitáveis dentro da realidade estrutural do País. Ou, ainda, se apenas mais recursos, melhorando a tabela de remuneração, teriam resolvido o problema, ou se a questão está mais relacionada com o crescimento da negligência profissional e vocacional no dia de hoje.

O SR. ADIB JATENE – Estive na Comissão de Seguridade e Família da Câmara, e a Deputada Tâ-

nia também participou da audiência pública, em que esses assuntos todos foram discutidos.

Evidentemente, há responsabilidade, e não poderia deixar de ser considerada, do Poder Público na parte de fiscalização.

Contudo, temos que partir para uma outra linha de raciocínio, de que a responsabilidade não pode ser apenas da fiscalização do Poder Público, porque senão partiríamos para a afirmação de que tudo o que não for descoberto pela fiscalização pode ser feito. Isso não é aceitável. Há uma postura ética, principalmente na profissão médica, que impediria e independeria da própria fiscalização.

Não posso afirmar que a fiscalização seja um primor e estamos reestruturando o Sistema Nacional de Auditoria com os auditores federais, estaduais e municipais, que são recentes nesse nível de entendimento. Há todo um processo de reformulação do que chamamos de auditoria e há muito desentendimento pela nossa própria formação cultural. Temos tido algumas dificuldades em fazer com que os auditores federais atuem nos Estados e os federais/estaduais, nos municípios. Vivemos hoje numa República Federativa em que há autonomia dos Estados: tem um governador eleito, uma Assembleia Legislativa eleita, tem uma Constituição.

Os municípios conquistaram, com a Constituição de 88, autonomia. São três Poderes autônomos, sem vinculação, subordinação hierárquica, que devem trabalhar em harmonia. Estamos em um profundo processo de transformação no Brasil, em que o que era administração centralizada, setor federal paralelo nos Estados, foi extinto, e recentemente, em 1993. De 1993 para cá, com a extinção do Inamps, o desmonte de toda a estrutura que possuía nos Estados – e era um Poder Federal paralelo. O Superintendente do Inamps no Estado tinha mais poder que o secretário estadual, porque controlava todo o setor de doenças, manjava um orçamento sempre maior do que o do Estado.

Assim, esta desmontagem do Inamps sem uma contrapartida de uma reorganização com coisa absolutamente estabelecida nos três níveis trouxe dificuldades para a auditoria e conflitos. Não quero me referir ao Rio de Janeiro, mas me refiro a São Paulo. Em 1994, o Secretário Estadual de Saúde proibiu os auditores federais de atuarem nos hospitais do Estado de São Paulo. E chegamos ao Ministério com uma situação desse tipo em que os auditores federais estavam se queixando da proposta que tinha sido feita pela auditoria. Fizemos um grande trabalho de entendimento e, agora, estamos caminhando

para uma situação de harmonização dos três níveis de auditoria.

As dificuldades para que os auditores municipais ou estaduais cumprissem com rigor todas as suas atribuições não exclui a responsabilidade dos serviços e dos hospitais no atendimento dentro de princípios que sejam minimamente éticos, de forma que considero que aquela situação era realmente inaceitável.

O SR. RELATOR (José Alves) – Há pouco, V. Ex^a afirmou que o Ministério não teria nenhuma responsabilidade sobre este fato.

O SR. ADIB JATENE – Não, eu disse: não é atribuição do Ministério. Responsabilidade, é claro que tem.

O SR. RELATOR (José Alves) – Se houver uma tragédia em qualquer hospital num País desta dimensão, e o Ministro tiver que se deslocar por ser ele o responsável... Mas há uma definição, há uma responsabilidade legal do Ministério da Saúde – ainda temos, talvez, algumas questões a serem equacionadas pelas implicações dos três níveis -, acredito que ainda haja alguma coisa a ser deixada mais cristalina para que essas responsabilidades possam ficar mais definidas. Qual a responsabilidade do Ministério nesse caso?

O SR. ADIB JATENE – Está absolutamente claro. A auditoria em nível local é do auditor local. Os prestadores locais, hoje, estão sendo auditados pelos auditores locais municipais. O auditor estadual faz a auditoria do sistema de gestão municipal, e o auditor federal está trabalhando mais na qualidade.

Vou lhe dar um exemplo: vamos pegar os hemocentros, bancos de sangue e os centros de diálises. As auditorias sempre foram predominantemente contábeis, não foram sobre qualidade. No ano passado, em outubro, montamos um esquema de fazer a auditoria de qualidade nos centros de diálise e verificamos que os auditores – aqui, de passagem, digo-lhe que a maioria dos auditores que temos são de tempo parcial. Estou lutando com o MARE, com a Casa Civil, para que os auditores do Ministério da Saúde o sejam em tempo integral, exclusivamente dedicados à auditoria como são os da Fazenda, mas ainda não conseguimos, são auditores de tempo parcial que exercem outras atividades. E é até difícil deslocá-los para determinados municípios para que façam auditoria, porque, como são de tempo parcial, não podem ficar à disposição o tempo inteiro. Mas eu lhe dizia que estávamos buscando auditar quali-

dade. Verifiquei que os nossos auditores não estavam preparados para auditar qualidade, porque não conheciam o processo de hemodiálise, não conheciam os tipos de filtro e todas aquelas condições para que se auditasse qualidade. Então, fizemos um curso para prepará-los. Isso foi feito aqui, em Brasília, do dia 12 ao dia 17 de fevereiro deste ano. Vieram o Chefe da Auditoria nos Estados e um elemento da Auditoria Estadual de cada Estado, e usamos os 9 centros de diálise que existem em Brasília para treinamento da parte prática, para que pudessem conhecer toda essa tecnologia e, portanto, auditar qualidade.

Eles voltaram para os seus Estados e, no começo de março, iniciamos essas auditorias, que coincidiu com o episódio de Caruaru. Então, todo esforço que estava sendo feito nesse sentido ficou obscurecido pelo episódio de Caruaru, mas já auditamos os 492 centros de diálise, estamos fazendo as exigências consideradas excessivas pelos nefrologistas. Estamos insistindo com qualidade de água, com filtro, etc.

Fizemos a mesma coisa com os hemocentros: já fiscalizamos cerca de 80% dos bancos de sangue. A fiscalização é local e de qualidade. O Senador, sendo médico, vai entender fácil a nossa fiscalização de qualidade.

Estamos preparando, no Hemocentro de São Paulo, um painel de 24 soros obtidos de sangue de determinadas doenças, como HIV, Chagas, Hepatite B. Uma amostra normal é enviada para o hemocentro ou para o banco de sangue para que se detecte as contaminações.

Verificamos que alguns bancos de sangue, alguns hemocentros não detectam as doenças. O Hemocentro de Rondônia é típico, por isso o fechamos e trouxemos todo o pessoal para ser treinado no Hemocentro de São Paulo. Agora o estamos reabrindo. Interditamos alguns bancos de sangue, inclusive no Rio de Janeiro, como, por exemplo, o Santa Catarina, o maior banco de sangue do Estado, por condições inadequadas, mas esses bancos já foram reabertos.

O que pretendemos com os auditores federais, a sua principal ação é no sentido da auditoria de qualidade. No momento, vamos recadastrar toda a rede hospitalar do País. Não sabemos, por exemplo, no Brasil, quantos tomógrafos e quantas ressonâncias magnéticas existem hoje, não sabemos qual o percentual de exames normais, pois temos um grande número desses exames no País. Isso já foi feito em outros países, como o Chile, quando tinha uma

só ressonância magnética e 82% dos exames eram patológicos. Quando chegou a 7 ressonâncias magnéticas, 30% dos exames eram patológicos. Ou seja, na medida em que se incorpora a tecnologia, utiliza-se desnecessariamente essa tecnologia.

Recentemente, tivemos aqui um grupo do Canadá e discutimos esses assuntos. As cidades de Vitória, no Canadá, quase fronteira com Seattle, nos Estados Unidos, têm a mesma população, mais ou menos 300 mil habitantes. Vitória tem 2 ressonâncias magnéticas, 2 tomografias computadorizadas; Seattle tem 30.

No Brasil, há uma tendência de nos aproximarmos muito da maneira de atuar dos americanos, que têm uma enorme distorção por causa do mau *practice* e usam uma quantidade enorme de exames para se proteger. Deveríamos ficar mais próximos do Canadá.

Precisamos interferir até na importação de equipamentos, estabelecer restrições. Para isso devemos fazer um levantamento do que existe, verificar a qualidade dos exames. É toda uma área de atuação de atribuição federal, que nunca se fez no País. Já nos Estados e Municípios, a atribuição é no funcionamento rotineiro das instituições, auditoria contábil, etc.

Esse processo de auditoria está sendo aprimorado, cada qual trabalhando predominantemente numa esfera. Nessas auditorias que estamos fazendo, como no Rio de Janeiro, devem trabalhar auditores federais, estaduais e municipais juntos, o que já representa um grande avanço.

Mas insisto que uma entidade hospitalar tem compromissos próprios, que não pode fazer ou aceitar, independentemente das auditorias que possam ser feitas. Por isso não excluo a responsabilidade das mesmas.

O SR. RELATOR (José Alves) – Concorde plenamente com V. Ex^a, e gostaria de afirmar que tivemos oportunidade de verificar, junto com a Senadora Benedita da Silva, quais foram as outras clínicas do Rio de Janeiro que acomodaram os pacientes da Santa Genoveva. Realmente, ficamos estarecidos com o que vimos na transferência, porque, realmente, algumas dessas clínicas não têm a menor condição de funcionamento. A relação médico/paciente é completamente desrespeitada e esquecida. Há enfermarias de 30 pacientes. É coisa de se imaginar que estamos num hospital de combate, de batalha. Isso está acontecendo no Rio de Janeiro, Capital Cultural do País. Mas esse não é o retrato do Brasil. No meu Estado, que é um Estado pobre, pequeno,

no Nordeste, essas coisas não existem. Realmente a quantidade de desperdício é enorme.

Conversamos com dirigentes e vimos depoimentos como este: "O senhor sabe quanto tempo tem que passou um fiscal por aqui, seja do Município ou do Estado ou da Delegacia Federal de Saúde?". Ninguém conhece esses personagens, que são estranhos.

Sou testemunha do esforço de V. Ex^a, mas a falta de fiscalização é um dos fatores importantes. V. Ex^a acaba de me passar um dado estarecedor. A população aumenta e V. Ex^a, em um ano diminuiu, dois milhões de internamentos. É uma coisa grave!

O SR. ADIB JATENE - Mas os internamentos que diminuímos eram desnecessários.

O SR. RELATOR (José Alves) – E o Ministério aponta o caminho para diminuir esses internamentos, e tem um programa. Está aí o médico de família, que está aí para fazer a prevenção. É o médico da família, é o médico de um país que tem 40 milhões de pessoas pobres.

O SR. ADIB JATENE - Acredito que possamos diminuir mais. No Nordeste, estamos implementando – principalmente no Nordeste – dois grandes programas: o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e o Programa de Saúde da Família.

O Programa de Agentes Comunitários é composto por pessoas que vivem há pelo menos dois anos naquela comunidade e que são treinados em determinadas ações, e que passam a cuidar de 150 casas, que visitam, pelo menos, uma vez por mês. Nessas visitas, eles fazem o cadastro das pessoas, verificam quais os doentes crônicos, as gestantes, auxiliam para que elas consigam fazer o pré-natal, estimulam o aleitamento materno, pesam as crianças todo mês, verificam a caderneta de vacinação, levam o soro caseiro e ensinam como se utiliza, levam cloro onde não há água tratada e ensinam o seu uso, verificam as condições de saneamento, se há melhoria sanitária nas casas, se há fossa. Isso tudo é acompanhado por uma supervisora de enfermagem para cada 30 agentes e está mudando muito a realidade dessas populações mais pobres.

Em cima do Programa de Agentes Comunitários estamos colocando o Programa de Saúde da Família. Cada equipe tem um médico, uma enfermeira, uma auxiliar e trabalha com seis ou oito agentes comunitários.

O que estamos observando nos municípios onde esses programas estão funcionando é algo que chega a emocionar. No sábado, quando lançaremos a Campanha de Vacinação contra a Pólio, irei

a Itapiúna, no Ceará. Itapiúna é um Município de 15 mil habitantes, que está em gestão semiplena e está com o Programa de Saúde da Família e de Agentes Comunitários funcionando. Pois bem, esse Município, do interior do Ceará, tem uma mortalidade infantil de dezessete por mil nascidos vivos, quando a média nacional é quarenta. Tem 93% das crianças com peso em dia. Tem 100% de vacinação. Tem 86% das gestantes com o pré-natal em dia. Tem zero de mortalidade materna. Em oito meses não houve nenhuma morte de criança. Quando morreu uma criança, fizeram uma sessão na Câmara de Vereadores para saber do que a criança havia morrido. Esse é um modelo que estamos tentando ampliar.

Fui ao interior de Alagoas, em Jaramataia. Jaramataia ficou famosa porque a UNICEF disse que esse município tinha o maior índice de mortalidade infantil no Brasil. Para cada três crianças nascidas vivas, uma morria antes de completar um ano de idade. Colocamos lá os agentes comunitários, que começaram a trabalhar no início do ano passado. Lá, estive em maio. Verifiquei os dados de agosto a maio do ano passado. Nesse período, haviam nascido 81 crianças e morrido 3, ou seja, uma média de 37 por mil nascidos vivos.

Tratam-se de medidas relativamente simples que não mudam significativamente a condição socioeconômica, mas que trazem cuidados fundamentais e pessoas capacitadas para orientar a população no sentido da proteção. Uma criança mal nutrida, com diarreia, numa família que não sabe como agir ou que não tem acesso a tratamento ou a serviço de saúde, vai morrer. Estamos conseguindo evitar essas mortes.

Temos, atualmente, mais de 40 mil agentes comunitários que atendem a uma população de aproximadamente 25 milhões de pessoas, e mais de mil equipes de saúde da família – e queremos ampliar significativamente esses números.

No Brasil, sempre se gastou mais em hospital do que em tratamento ambulatorial. Conseguimos, pela primeira vez, no ano passado, inverter esses dados: gastou-se 51% com tratamento ambulatorial e 49% com tratamento hospitalar. Esse desnível vai aumentar, principalmente devido a essas ações do Programa de Saúde da Família e de agentes comunitários que estão atendendo às populações onde elas moram.

O avanço científico e tecnológico que temos atualmente levou a uma grande melhoria na terapêutica, no diagnóstico. A Associação Médica Brasileira reconhece 65 especialidades, o que, de um

lado, é muito bom, porque se conseguem fazer transplantes e uma série de procedimentos muito complexos até então não imaginados, mas, por outro lado, cria um problema ao fragmentar-se a pessoa. O indivíduo procura o gastroenterologista, o urologista, o ortopedista, o otorrino, mas não tem um médico que cuide dele. Não há mais o vínculo entre quem presta e quem recebe o atendimento. Estamos fazendo com que o Programa de Saúde da Família e os agentes comunitários devolvam esse vínculo.

Os agentes comunitários, por exemplo, cuidam de 900 casas, ou seja, de aproximadamente quatro mil habitantes que têm o atendimento de um médico e de uma enfermeira que trabalham em tempo integral e que têm vinculação com essa população. Quando uma pessoa precisa se internar, é esse médico que a encaminha e que recebe a informação para acompanhá-la em casa.

É essa a grande mudança de modelo que estamos tentando implementar e que não teve visibilidade ainda no País. O Brasil é um dos países que menos investem em saúde. A Austrália, por exemplo, tem 20 milhões de habitantes e investiu, no ano passado, R\$26 bilhões. No Brasil, há 158 milhões de habitantes e investimos, no ano passado, incluindo as áreas federal, estadual, municipal e privada e os planos de saúde, apenas R\$30 bilhões. O Canadá investiu R\$66 bilhões para pouco mais de 30 milhões de habitantes. A França investiu R\$100 bilhões e tem 56 milhões de habitantes. Há, pois, uma desproporção brutal no investimento.

Nesse sentido, tivemos que procurar recursos para minimamente acertarmos o sistema de saúde, porque não havia como buscá-los dentro do Orçamento. Não percebi inicialmente – mas, depois – que nos chocamos com um estamento deste País, com uma elite econômica que se recusava a contribuir com 0,20% – ou seja, para um movimento de R\$1 mil, pagar-se-ia R\$2,00; de R\$ 10.000, pagar-se-ia R\$20,00. Organizou-se, então, numa enorme campanha orquestrada para desmerecer o Ministério, para desmoralizar o Ministro, para desqualificar a proposta. Nesse momento foi que descobri que a CPMF é a indicadora da sonegação, do caixa 2. Então, tive que sustentar um verdadeiro massacre que, graças a Deus, com o sistema nervoso, com a ciência e com a convicção que tenho, consegui superar e tive a compreensão do Congresso – primeiro, do Senado e, depois, da Câmara – que, apesar de toda a pressão, aprovou o recurso.

Então, isso obscureceu tudo de bom que estava sendo feito no Ministério e deixou de ter visibilidade.

de na mídia. Espero que agora consigamos, aos poucos, mostrar que, realmente, está havendo uma mudança muito importante em todos os setores, principalmente para beneficiar essa população mais pobre a que V. Exª se referiu no início, como também para o idoso, para o doente fora de possibilidade terapêutica.

Estou absolutamente convencido de que há um equívoco no mundo inteiro, porque o mundo está muito empolgado com os avanços tecnológicos e científicos e está cuidando do desenvolvimento pelo desenvolvimento. Competitividade, eficiência, produtividade, globalização, internacionalização, tudo isso é uma temática que interessa muito aos países hegemônicos, mas coloca os países que estão lutando para se desenvolverem numa situação muito difícil. Esse tipo de desenvolvimento funciona para o desenvolvimento, não visa alcançar as pessoas.

Defendo a idéia de que o objetivo do desenvolvimento tem que ser as pessoas: ou melhoramos a qualidade da vida delas ou o desenvolvimento é alienado, não dá resultados. Estamos observando isso no mundo e no Brasil. A Europa é uma das áreas que tem o maior desemprego do mundo: tem 20 milhões de desempregados. O G-7 se reuniu, mas não sabe o que fazer com o desemprego, que é crescente. Esse tipo de situação ocorre num país que tem alta tecnologia, não tem analfabetos, tem mercado mundial, tem capital e tem planejamento, mas, se isso acontece conosco – e está acontecendo –, vamos para uma situação muito difícil.

Ontem, na reunião da Câmara Social, confirmou-se que uma das grandes preocupações do Governo é o emprego. Enfim, temos que nos ater também à saúde e à educação.

De maneira que estamos vivendo um período no mundo, em consequência do desenvolvimento científico e tecnológico, em que a pessoa humana perdeu a importância, ela não é mais o objetivo do planejamento, mas deve ser. No setor da saúde, estamos tentando colocar as coisas nesse nível. Para tanto, estamos tentando buscar mais recursos para se organizarem os serviços. Com respaldo, principalmente, do Congresso, poderemos sair desse estado em que as dificuldades, as necessidades mínimas não são atendidas.

Por exemplo, temos, nos portos e aeroportos de fronteira, 61 equipes trabalhando; contudo, precisamos dobrar esse número com pessoas qualificadas, que ganhem decentemente. Precisamos, então, de recursos, mas esses não estão disponíveis. Se o objetivo é proteger as pessoas, tem que saber o

que é preciso para conseguir isso e termos que colocar nos orçamentos essas necessidades.

Este ano, tínhamos um orçamento de R\$20 bilhões; com a frustração da CPMF, estamos reduzidos a um orçamento de R\$14 bilhões. No ano passado, foram gastos R\$14,8 bilhões. É uma situação muito complicada.

O SR. RELATOR (José Alves) – Sr. Ministro, complicado é o seu otimismo, que louvo. Nós, que estivemos mais de perto com as populações, sabemos que a situação é complicada, grave e caótica.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Concederei a palavra aos demais Srs. Senadores, lembrando que o Ministro tem um compromisso. Os Srs. Senadores farão as indagações ao Sr. Ministro, que responderá às nossas indagações no final, para que possamos agilizar melhor os trabalhos.

O SR. ADIB JATENE - Certamente.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Srª Presidente desta Comissão Temporária, que muito bem tem encaminhado essa questão objetivamente, visando o Rio de Janeiro, particularmente quanto à tragédia ocorrida em uma clínica. Essa questão, sem dúvida, tem gerado a oportunidade de avaliação, de debate, de reflexão mais ampla em relação a tratamentos que envolvem as pessoas, a saúde e, principalmente, os idosos. Meus cumprimentos ao Sr. Ministro, o nosso respeito pela seriedade com que desempenha o seu trabalho e as suas atividades, sua competência. Gostaríamos de nos somar às palavras do Sr. Relator desta Comissão, quando S. Exª faz um apelo, um chamamento à importância da necessidade de uma visão global do tema saúde, mas não da forma como as coisas são encaminhadas, isto é, de forma distante, isolada e que até, segundo a afirmação de V. Exª, parece que a pessoa humana perdeu a importância.

Olhamos o País e ousamos usar a palavra desenvolvimento quando, no meu entendimento, estamos em crescimento porque se não há essa atenção, se não há um crescimento do ponto de vista social, ético, moral, de condições de vida das pessoas, entendo que estamos vivendo um momento de crescimento e não de desenvolvimento, pois o desenvolvimento é algo muito mais global, muito mais humano, vamos dizer assim. O que estamos fazendo e o que o País faz com a pessoa humana, principalmente com as pessoas idosas, é das coisas mais graves e dos pecados mais fortes que um país pode carregar na trajetória da sua história.

Essa é uma situação profundamente ingrata por parte de um País que não valoriza, que não dá atenção especial aos idosos, que não está respeitando e vivendo a própria memória e a própria contribuição que cada um deu nesta vida. A criança também é fundamental, mas ela sempre é olhada como uma pessoa que tem toda uma esperança e uma caminhada pela frente, e o idoso gostaria de ser, no mínimo, respeitado por aquilo que fez e que já deu de contribuição para o seu povo, para o seu país e para sua profissão. Estamos vendo os operários desatendidos e até mesmo os artistas, os professores, enfim, todas as pessoas.

Gostaria, já que esse tema deve ser explorado ao máximo, de ampliar e não apenas refletir especificamente sobre o objetivo, que é a questão do Rio de Janeiro. Pediria até que V. Ex^a aprofundasse um pouco mais sobre os compromissos desse Governo, desse Ministério e sobre a política para o idoso, que tivemos a oportunidade de acompanhar. Entendo ser importante, neste momento, o seu depoimento, que está chegando a milhares de brasileiros, pois temos que aprofundar essa questão.

Há até pontos que já foram abordados por V. Ex^a e eu os tinha anotado, portanto, vou-me ater àqueles que entendo que precisamos ainda falar. Em relação à CPMF, divergimos um pouco de pensamento e gostaria de lhe dizer, com toda a sinceridade que sempre uso em todos os pronunciamentos que faço e nas posições que abraço, que não sou daqueles que se negam a contribuir, que vêem a CPMF como a possibilidade de sonegação.

Entendo que eles estavam muito mais vinculados à afirmação que V. Ex^a fez pela real falta de recursos e de condições que são uma bandeira de luta de V. Ex^a a respeito da fiscalização, no sentido de sabermos para onde está indo o dinheiro deste País. Sabemos que há uma grande deficiência não somente no setor ligado à auditoria, como V. Ex^a muito bem colocou, mas temos problemas de fiscalização que estariam ligados à Previdência, no caso de arrecadarmos mais dinheiro.

Temos um número insuficiente e não há, inclusive, o chamamento de fiscais por parte do Governo para aprofundar seu trabalho. Tenho essa grande preocupação: qual vai ser a destinação do que será arrecadado com a CPMF e se vai realmente contribuir com esses problemas e deficiências que estamos vendo neste caso específico, ou se será para colocar em dia dívidas atrasadas, enfim, o que vai surtir de efeito positivo para melhorar.

Outra questão importante, sobre a qual é necessário falar, é a política de prevenção, a qual V. Ex^a já expôs algo a respeito — tinha anotado em relação ao atendimento dos agentes comunitários. Gostaria de saber, todavia, quantos Estados estão sendo atendidos e se temos um número, em termos de municípios, que estão sendo atendidos.

Também entendo que seja importante se falar sobre a questão do investimento na saúde. Esses percentuais que V. Ex^a colocou em valores relativamente a outros países é algo preocupante. Por outro lado, temos que buscar, sempre que se falar em problemas ligados a idosos, lembrar de políticas de prevenção e de algumas medidas, como é o caso daquele Programa que determina uma verba, um recurso, para pessoas portadoras de deficiência e idosos.

Essa seria uma forma, inclusive, de muitas famílias pobres terem condições de manter o seu doente, o seu idoso em casa, o que é importante. Mas para isso são necessários recursos; sem recursos, muitas vezes, as pessoas colocam seus doentes em hospitais e, às vezes, demonstra essa característica de abandono por parte da família — o que não acredito; penso que é realmente falta de condições.

Li alguma coisa no sentido de que o Governo estaria até trabalhando no sentido de aumentar aquele valor que está sendo destinado às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos. Eu gostaria de ouvir alguns esclarecimentos sobre o que o Governo estaria pensando e também lembrar da importância de uma política de saúde, por onde passariam as questões da saúde da criança e da mulher, incluindo também várias pessoas portadoras de HIV.

Basicamente é o que eu gostaria de dizer, porque muitas outras coisas já foram apresentadas. Eu até pediria licença à Sr^a Presidente e aos Srs. Senadores para que o Sr. Ministro pudesse aprofundar o assunto, aproveitando essa feliz oportunidade em que S. S^a está aqui conosco.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA — Sr^a Presidente, Sr. Ministro, Sr^{es} e Srs. Senadores, sei que o tempo é escasso, e vou cortar as palavras que eu gostaria de dirigir a V. Ex^a, não por qualquer redundância, mas pelo reconhecimento desse esforço sobre-humano, particularmente para dotar a Medicina brasileira de uma transformação estrutural.

E V. Ex^a está numa situação muito dramática, como administrador, entre ter que atender questões típicas cada dia surgidas pelas deficiências do siste-

ma e a compreensão de que é no atendimento das questões tópicas que se esvaem recursos. E, ao mesmo tempo, sem esse atendimento, dá-se a tragédia.

Então a fala de V. Ex^a se atém muito bem sobre a proteção global do modelo de Medicina, e eu gostaria de cumprimentá-lo por isso.

E gostaria de fazer-lhe apenas uma pergunta: na sua exposição, ao citar a questão da importação de tecnologias e de montagem dos sistemas, que nem sempre eficazes e que, inclusive, acabam ociosos, V. Ex^a citou o caso de duas cidades americanas – uma, no Canadá, e outra, nos Estados Unidos, na qual havia uma ou duas tomografias, se não me engano, e na outra 30, desnecessárias, mas de acordo com o modelo. V. Ex^a, então, aludiu ao que seria esse ângulo deficiente no modelo norte-americano, dizendo que lhe parecia mais interessante o modelo canadense. Mas, pela falta de tempo, não houve uma explicação sobre esse modelo canadense, que parecia mais adequado, essa concepção mais ajustada ao caso brasileiro. Eu gostaria de ouvir uma palavra sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Sr. Ministro, antes de mais nada eu gostaria de agradecer a sua contribuição a esta Comissão, já pela segunda vez, e também dizer que a Relatora, a Senadora Emilia Fernandes e o Senador Artur da Távola fizeram perguntas que esgotariam, sem dúvida nenhuma, o que eu gostaria de abordar.

Não quero aqui me aprofundar no assunto, mas como acompanhei as diligências no Rio de Janeiro, juntamente com os demais Senadores e a Relatora, e sei que há uma preocupação muito particular que nos trouxe também esta oportunidade de ouvi-lo. Eu gostaria de perguntar, em primeiro lugar, sobre o que fazer com a Clínica Santa Genoveva, já que ela mantém uma estrutura, e se ela vai permanecer fechada ou terá uma nova diretriz, uma nova política para que funcione.

Também ouvimos, Sr. Ministro, que a maioria dos pacientes tinha família, eram classe B e, por conseguinte, tinham todas as condições para realizar seu tratamento.

A Senadora Emilia Fernandes propõe que os idosos possam, como os portadores de deficiência, receber um salário.

Pergunto se já existe alguma política aplicada para os pacientes que têm familiares e que, portanto, não precisam ser mantidos em clínicas.

Tenho uma outra indagação: quais os novos passos que daremos no que diz respeito ao Orça-

mento? Foi dito pelo Ministro que o valor médio determinado chega à casa dos R\$270,00. Pergunto se haverá elevação desse valor médio, porque constatamos que, mesmo no caso de problemas sociais detectados nos hospitais, as clínicas diziam que os pacientes recebiam pouquíssimo, apenas R\$57,00 ou R\$60,00, o que não era suficiente para manter um paciente com tratamento adequado. E o Ministro afirmou que se pagava para os pacientes fora de possibilidade terapêutica R\$570,00.

Portanto, vejo que há necessidade de um ajuste, porque não poderão adequar uma política de melhor atendimento com esses valores, principalmente quando o paciente nessas condições estiver dentro da estrutura familiar.

Gostaria também de abordar a questão da nomenclatura dos pacientes fora de possibilidade terapêutica. Na verdade, esses pacientes necessitam não só de remédios mas também de cuidados especiais, principalmente nos casos de câncer e aids. Precisamos mudar essa nomenclatura. Não é pura e simplesmente a nomenclatura. Refiro-me ao tratamento desqualificado, marginalizador e preconceituoso que lhes é prestado, porque se trata de pacientes fora de possibilidade terapêutica.

Enquanto há vida, há esperança. Seria importante que se mudasse, nessa nomenclatura, a forma de tratamento.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Ministro Adib Jatene, V. Ex^a falou que estão sendo fiscalizadas 15 outras clínicas no Rio de Janeiro. Pergunto se essa ação de fiscalização está se estendendo aos outros Estados e de que forma.

O SR. ADIB JATENE - Tentarei sintetizar minha resposta, porém em alguns tópicos terei de detalhar um pouco mais.

Estou inteiramente de acordo com a Senadora: precisamos ter uma visão global. Concordo também com a observação de que o crescimento social, ético e moral é fundamental para que se consiga conviver numa sociedade minimamente harmônica. Defendo que a desigualdade social, quando muito acentuada, leva à decadência social. E a decadência social, obrigatoriamente, traz consigo a violência.

E já estamos vivendo muito desconfortavelmente com essa violência. Há 30 anos não havia um prédio neste País que tivesse grade. Hoje, há grade, guarita e guarda e ninguém está seguro.

Portanto, regredimos nesse aspecto e não houve uma melhoria social, ética e moral; ao contrário. É claro que o idoso acaba sofrendo mais, porque fica marginalizado dentro da própria família. A idéia

de que o idoso não deve ter atividades, não deve trabalhar, coloca-o numa situação muito complicada.

Nós, na Medicina – e V. Ex^a sabe disso -, fomos treinados para fazer diagnóstico uniaxial, ou seja, uma causa que é responsável pela doença. No caso do idoso, é diferente; a sua doença tem muitas causas. Primeiro, ele tem depressão freqüentemente, porque se considera inútil. Ninguém utiliza a sua experiência e ele fica marginalizado. Segundo, ele tem várias doenças, não apenas uma. Às vezes, é hipertenso; às vezes, diabético; outras vezes tem problema de próstata ou ainda catarata.

É impressionante o que verificamos nessa campanha feita junto ao Colégio Brasileiro de Oftalmologia para acelerar a cirurgia de catarata. O indivíduo que tem catarata fica cego, não assiste televisão. Ainda que more com a família, ele não se movimenta, não se encontra com os amigos.

Há todo um processo de marginalização que vai fazendo com que esse indivíduo perca o contato social. Quando se opera um doente de catarata e ele volta a enxergar, isso é uma coisa fantástica! É isso que as pessoas muitas vezes não entendem. Internam o idoso porque tem pneumonia; sara a pneumonia e dizem que ele está curado. Não está! Ele não enxerga, ele está deprimido.

Então, é preciso uma atenção multiprofissional e é preciso fazer com que esse idoso tenha uma participação social.

É nesse sentido que a Dr^a Lúcia Vânia está trabalhando na Secretaria de Ação Social, para mudar o caráter do local onde o paciente deve permanecer. Não deve se asilar – porque o indivíduo fica no asilo. Deve ser um lugar para onde ele vai durante o dia, faz determinadas atividades e, à noite, volta para a família.

Na população do Santa Genoveva, 75% tinha família; e a maior parte deles, famílias bem constituídas, que podiam recebê-los à noite, mas que não tinham condições de cuidar dos doentes durante o dia.

É isso que se está esboçando fazer em relação à política do idoso: dar-lhe uma atenção multiprofissional e condições de sociabilidade.

Meu sogro viveu até os 92 anos e dizia algo muito interessante: "todos os meus amigos morreram e não tenho com quem conversar" – ele praticamente já não enxergava!

É muito difícil a situação. Por isso, a política do idoso está mudando no mundo inteiro. É necessário fazer com que ele tenha atividades, convívio social; devem-se criar estruturas ambulatoriais, e não asilares, e só deixar em asilo quem realmente não tem nenhuma outra possibilidade.

Para esse fim, é preciso um recurso adicional. Para esse recurso adicional, existem projetos aqui, no Congresso. Creio que o Deputado Sérgio Arouca tem um projeto para que se dê à família do idoso e ao idoso um valor "x", a fim de que ele possa ser mantido na família. Claro, isso não é simples, é fácil de anunciar, mas é muito complicado, porque pode haver uma série de distorções, mas todos estamos trabalhando nesse sentido.

A Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, para a qual a Senadora chamou a atenção – vou dar a V. Ex^{as} um dado muito interessante -, era um foco de corrupção, inclusive foi objeto de CPI deste Congresso. Hoje, a Vigilância Sanitária está absolutamente saneada, mas precisamos de gente. O Dr. Carlini, que é o Secretário da Vigilância Sanitária, tentou convocar concursados para trabalhar no órgão – havia aproximadamente 40 pessoas que podiam ser convocadas. Convocou, mas nenhum aceitou, porque são farmacêuticos, e o valor que se paga não foi aceito por eles, uma vez que estavam trabalhando em outros lugares e ganhando mais.

Quando se fala em remunerar convenientemente o pessoal da Vigilância, aparece o problema da restrição orçamentária, do gasto atual com o pessoal, da estabilidade. Há um volume enorme de problemas. Então, estamos criando uma bolsa. Queremos conseguir mil pessoas que sejam treinadas para isso. Fizemos um acordo para repassar recursos para o Conselho Nacional de Pesquisa, que irá fornecer bolsas para estudantes de Farmácia, de Biologia e de outras profissões que têm relação com a Vigilância Sanitária. Esses estudantes serão treinados para participar desse processo com essas bolsas. Com o tempo, tentaremos preparar um corpo social suficiente para fazer uma vigilância sanitária competente e capaz de resolver uma série de problemas existentes.

No ano passado, fizemos um cadastramento de toda indústria farmacêutica e farmoquímica. Esse trabalho foi difícil. Usamos a Vigilância Sanitária dos Estados; foi preciso treinar todo esse pessoal, mas conseguimos. Fiscalizamos por volta de 700 indústrias, das quais 121 foram interditadas, como, por exemplo, as do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que reconheceram que não estavam adequados às exigências. As Forças Armadas já se adequaram e já voltaram a funcionar, mas cancelamos o registro de mais de 200 indústrias.

Agora, estamos enfrentando o problema da importação de suplementos alimentares. Importam-se vitaminas com o argumento de que são suplementos

alimentares, quando sabemos que as mesmas são medicamentos. Precisamos estabelecer as restrições a essa importação absolutamente descontrolada. Estamos exigindo que os importadores tenham o mínimo de qualificação para tal. Com isso, mais de 900 importadores dos 1.800 registrados no Ministério deverão ser cancelados. Isso já está trazendo um peso político importante, mas teremos que fazê-lo. Essas coisas são necessárias.

Agora, quanto à questão de uma maior arrecadação, abordada pela Senadora, aproveito a oportunidade para fazer um pequeno comentário sobre a chamada carga tributária.

Nessa discussão sobre o CPMF, por inúmeras vezes, ouvi que a carga tributária no Brasil é insuportável, porque representa 30% do PIB. O grande mérito que a ex-Primeira Ministra da Inglaterra Margaret Thatcher se concedia era o de ter reduzido a carga tributária daquele país de 48% para 42% do PIB. A Suécia tem uma carga tributária de 60% do PIB, e, nos Estados Unidos, a carga tributária é de mais ou menos 38% do PIB. E a nossa carga tributária seria de 30% do PIB.

Sempre perguntei: de que PIB está-se falando? Trata-se do PIB oficial ou do PIB real? O PIB oficial é de R\$600 bilhões, mas todos sabem e todos os economistas de direita, de esquerda e de centro proclamam que, para cada real arrecadado, há um real sonogado. O PIB real seria o dobro ou, digamos, 50% ou 60% a mais do que o PIB oficial? Se for assim, isso reduz a carga tributária para menos de 20% do PIB. Essa diferença, que é apropriada por quem faz a renda, faz a concentração de renda.

Não conheço um país, em que a carga tributária seja elevada, que tenha uma concentração de renda escandalosa como a do Brasil. A concentração de renda só pode ser feita se houver a apropriação dos recursos que deveriam ser destinados ao Governo para fazer a redistribuição. Como essa diferença não é repassada ao Governo, este não tem o volume de recursos necessário para fazer a redistribuição e para propiciar o equilíbrio da sociedade. Com isso, o Governo obriga, por exemplo, o Ministro da Saúde a buscar uma fonte alternativa, provisória, emergencial.

Hoje, estou absolutamente convencido de que houve todo aquele movimento contrário ao CPMF, porque o mesmo é um indicador da sonegação e do caixa 2. Se o CPMF for mesmo esse indicador, será ótimo, porque não acredito em reforma tributária que não incorpore a informalidade.

Muita gente está entendendo a redução do custo Brasil como a redução dos tributos e das alí-

quotas. Se for assim, vamos ter uma redução da receita, o que vai agravar a situação.

Entendemos a redução do custo Brasil como a criação de uma infra-estrutura que dê maior rentabilidade aos empreendimentos e que aumente a receita do Governo. A produção de soja de Rondônia, por exemplo, é exportada pelo Porto de Paranaguá e, sobre caminhão, vai atravessando o País inteiro para lá chegar. A hidrovia do rio Madeira, que, com essa produção por chatas, pode chegar baratíssima até Itacoatiara, onde chegam navios de 100 mil toneladas de calado, pode reduzir significativamente o preço do frete e aumentar a rentabilidade, colocando a nossa soja a preços mais baixos do que os praticados internacionalmente. Isso é redução do custo Brasil.

Essa proposta de 42 empreendimentos chamados prioritários que o Governo está fazendo reduz o custo Brasil, porque oferece uma infra-estrutura que tomará os investimentos mais rentáveis, aumentando, por sua vez, a arrecadação. Isso faz sentido na redução do custo Brasil. No entanto, muita gente não pensa assim; pensa que os impostos vão diminuir. Ora, diminuindo-se os impostos, diminui-se a receita; diminuindo-se a receita, vai-se agravar a situação.

Sobre esse problema dos recursos para idosos e deficientes, informo que os deficientes já estão recebendo um determinado valor. Mas outra vez voltamos ao problema: qual o volume de recursos que vai ser destinado para isso? Quantos deficientes poderão ser beneficiados? De onde vêm os recursos? Esta é outra coisa em relação à qual há uma confusão enorme no Brasil: as pessoas pensam que os recursos vêm do Governo. Recurso não vem do Governo, Governo não gera recurso; ele o arrecada da atividade econômica. Então, todo recurso vem da atividade econômica e da sociedade. Quando o Governo se endivida, quem se endivida propriamente não é o Governo — este sairá daqui a dois anos; quem se endivida é a sociedade, que paga o endividamento mais juros, correção, etc.

Dessa maneira, é preciso que criemos, no País, uma nova consciência fiscal, uma consciência de cidadania, para que as pessoas não digam, como o fazem em vários debates a que fui: "não, é o Governo que tem que lhe dar dinheiro". De onde vem o dinheiro do Governo? Da sociedade. As pessoas raciocinam como se o Governo tivesse uma montanha de dinheiro que não quer usar, quando, na verdade, o que ele tem é um fluxo de caixa; ele arrecada e destina. Se a arrecadação é insuficiente, ele não pode fazer. Se não faz, criticam porque não faz. E

ele não arrecada porque as pessoas sonégam e dizem "mas não fiscalizaram convenientemente, então é culpa da fiscalização". Meu Deus, isso é uma distorção de todo um compromisso ético e moral que a sociedade precisa rever, senão não vamos conseguir sair da situação em que nos encontramos.

Sobre essa fiscalização a que a Senadora se referiu no final, nós a estamos fazendo em outros Estados. Acontece que o Rio de Janeiro tem uma particularidade. Essas clínicas são quase exclusividade do Rio de Janeiro, é interessante. Não há dúvida de que o Rio de Janeiro tem uma população de idosos diferente da dos outros Estados; ele é o Estado do País que tem o maior número de idosos e que apresenta algumas distorções – não sei se por ter sido Capital Federal – que não há em outros Estados. Por exemplo, 60% dos leitos do Rio de Janeiro são públicos. No Paraná, 9% dos leitos são públicos. São distorções. Então, quando há problema na área pública, a repercussão no Rio de Janeiro é enorme, enquanto nos outros Estados é menor.

Em relação ao modelo americano-canadense, eu diria que o modelo americano é comandado pela indústria. A incorporação científico-tecnológica deu à indústria um enorme poder na área de saúde. A indústria de medicamentos e de material e equipamento médicos nos Estados Unidos só perde para a indústria de alimentos e para a de vestuário; é a terceira indústria dos Estados Unidos. Aqui, no Brasil, estimamos que a indústria relacionada com a área médica e o setor de saúde representa 15% da atividade econômica. Então, é um poder enorme.

Esse comando do processo pela indústria criou muita distorção, porque ela está interessada em vender, e não em aspectos éticos. Para vender, ela usa todos os instrumentos possíveis, desde o **marketing** até a cooptação das pessoas, que são levadas a adquirir o que não precisam, com o dinheiro que não têm. Esta é a definição mais interessante da propaganda para mim: fazer com que as pessoas comprem o que não precisam, com o dinheiro que não têm. Isso leva a uma situação extraordinariamente complicada.

No setor público, muitos equipamentos são adquiridos e não utilizados; no setor privado, muitos são adquiridos e usados em quem não precisa, para se ganhar dinheiro, transformando aquilo num negócio.

O Canadá não optou por esse tipo de organização. Lá o sistema é todo público, e a participação da sociedade é brutal, quer dizer, as pessoas discutem o que vai ser comprado e incorporado, e existem volumes de recursos. O Canadá gasta 9% do seu PIB,

que é muito elevado – os Estados Unidos estão gastando 15% -, mas a compra de cada aparelho é discutida. Os hospitais têm volume de recursos, e não há um sistema misto como o nosso, que a própria Constituição de 1988 estabeleceu, ou seja, a atividade é livre para a iniciativa privada. Então, temos os planos de saúde, os seguros-saúde, etc., e temos o sistema público convivendo com eles.

Isso cria dois cenários. No cenário remunerado, os gastos se aproximam dos de outros países: hoje, os planos de saúde e seguros-saúde começam, praticamente, com R\$40 por habitante/mês ou por segurado/mês; no sistema público de saúde, o gasto é de R\$3,80 por habitante/mês, portanto, a desproporção é quase de um para dez.

O SR. (Não Identificado) – É verdade que os planos de saúde já estão atingindo 35 milhões de pessoas?

O SR. ADIB JATENE – Mais ou menos; essa é a estimativa. Eles não atingem as pessoas individualmente; as grandes empresas têm colocado o seu pessoal, o que representa um peso, ou seja, quase 20% da população brasileira.

O SR. (Não Identificado) – E o sistema público?

O SR. ADIB JATENE – A diferença é muito grande, mas não é esse o problema. As pessoas continuam tendo direitos constitucionais. Há exclusões: os procedimentos mais complexos, mais caros, como as próteses, são deixados a cargo do sistema público, eles não os atendem. Há, portanto, exclusões, e é isso que estamos pretendendo eliminar. Mas a diferença é muito grande.

No nosso modelo, 80% da população brasileira depende do sistema público. Então, ele não pode deixar de ser sustentado. Dessa forma, estamos desenvolvendo um modelo que nem é o canadense, nem o inglês, nem o cubano. Em Cuba, para cada 600 pessoas há um médico, que moram onde elas estão; estamos dando para cada 600 pessoas um agente comunitário de saúde e para cada 4.000 pessoas, um médico.

Na Inglaterra é diferente: para cada 800 mil pessoas há um médico. Mas lá, aonde o médico for, a família dele aceita ir, porque as condições de vida são boas em praticamente todo o país. Em Cuba, aonde o médico for, a sua família também irá, porque não há outro empregador. No Brasil, isso não ocorre, porque as pessoas têm liberdade para ir e vir. O nosso grande problema é que os profissionais não aceitam morar onde está a grande massa da população.

Fizemos um desenvolvimento urbano equivocado, em que as grandes massas de população moram onde os profissionais de que precisam não aceitam morar. Não fizemos, no nosso desenvolvimento urbano, uma diversificação profissional e social que permitisse um equilíbrio na sociedade. Não fizemos isso. Temos grandes conjuntos habitacionais onde mora uma população homogeneamente pobre.

Lembro-me que, em 1980, eu era Secretário de Saúde em São Paulo quando foi inaugurada uma Cohab com 100 mil pessoas, e não consegui um lugar sequer para montar um centro de saúde. Aquilo não era um empreendimento populacional, era um empreendimento imobiliário!

Temos essa distorção no País, e não temos criatividade. Para equilibrar a sociedade, temos que ter diversificação profissional e social, e temos que ter emprego. Mas deixamos grande parte da população morando onde não há emprego e, depois, queremos transportá-la para as áreas em que existe emprego. Dessa forma, criamos um enorme problema e não há como solucioná-lo.

Por isso, não podemos utilizar modelos internacionais; não nos servem. Temos que usar um modelo nosso. É o que estamos fazendo com o Programa de Agente de Saúde e de Agentes Comunitários, que, acredito, a exemplo de todos os estrangeiros que o têm visitado, inclusive esses canadenses, é um modelo muito mais exportável para outros países, porque trabalha com a própria população. Creio que estamos no caminho certo.

O que fazer com a Santa Genoveva neste momento? Não sei, porque existe uma questão judicial provocada pelos Procuradores do Ministério Público. Enquanto essa questão não se resolver não se decidirá o destino da instituição. De qualquer maneira, do jeito que essa entidade funcionava, não voltará a funcionar. Se puder funcionar de outra forma, com outro objetivo, provavelmente será com outros donos. Depende do futuro.

Em relação ao salário do idoso e deficiente, passando de classe B, já fiz um comentário que engloba essa questão. A tendência é criar a chamada "creche" do idoso. Lá, a pessoa vai passar o dia, ter atividades e, depois, vai para a sua casa, junto à sua família, a fim de não ficar morando nessas clínicas asilares.

O valor médio vai se elevar? Venho acompanhando esse problema de saúde desde 1955, em todas as suas etapas e variações. Se me fixar em 1976, a remuneração em valor real era quase três vezes a remuneração de hoje, que veio perdendo o

valor ao longo do tempo. Por quê? Porque sempre os valores eram de acordo com a disponibilidade financeira do Inamps. Os senhores sabem disso. Quem estabelecia o preço era aquela entidade. E, muitas vezes, estabelecia-o absolutamente fora da realidade dos custos. Essa é a causa estrutural de grande parte dessas fraudes e irregularidades que surgem ao longo do tempo.

Houve uma época em que mesmo os funcionários do Inamps diziam: "Ao invés de você fazer uma guia de gripe, faça uma de pneumonia que você recebe mais". Essa foi a prática no País, que está sendo eliminada, e hoje está quase suprimida.

De qualquer maneira, precisaríamos elevar o valor médio. Propusemos elevá-lo em 40%, porque os valores que estamos praticando são os de julho de 1994. Não há nenhum setor de serviços no País trabalhando com esses valores. De lá para cá, o gás aumentou 10%, o preço da gasolina subiu duas vezes e os hospitais tiveram dois dissídios. É impossível sustentar-se com o valor de 1994. E ainda fizemos restrições e eliminamos essas irregularidades.

No ano passado, pretendíamos aumentar 40%. Estamos pagando rigorosamente em dia os valores de 1994, desde abril do ano passado. Já há 15 meses que pagamos antes do dia cinco.

O reajuste que conseguimos fazer, no ano passado, foi de 25%. Tivemos um empréstimo do FAT e esperávamos que a CPMF fosse aprovada no ano passado, por isso demos esse percentual. Como a CPMF não foi aprovada, porque não havia recursos no Orçamento, estamos devendo os meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, correspondendo os 25% a oito meses e a dois faturamentos.

Depois de aprovado a CPMF, o Presidente nos concedeu um outro empréstimo a fim de cobrirmos essa deficiência. Mas a expectativa é elevar, para o próximo ano, esse valor médio em 40% no total, em relação aos valores de 1994.

Estou inteiramente de acordo em rever a nomenclatura de "fora de possibilidade terapêutica". Isso inclusive está sendo discutido na Secretaria de Assistência à Saúde. Na melhor das hipóteses, seria desumano dizer a um paciente que ele está fora de possibilidade terapêutica. Ele vai ser tratado num outro nível, com um outro tipo de atenção. É nessa linha que estamos tentando mudar.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Sr. Ministro, antes de concluir, eu gostaria de refazer a pergunta que objetivou a vinda de V. Ex^a até aqui.

V. Ex^a já nos disse que não será uma testemunha de defesa, e sim de acusação, já que fechou a clínica, e o advogado não deveria tê-lo arrolado como testemunha. Mas eles divulgaram pelos jornais que as palavras de V. Ex^a haviam sido gravadas e que iriam exibir no Tribunal um vídeo com tais palavras.

Pergunto se V. Ex^a já tomou conhecimento do conteúdo do vídeo.

O SR. ADIB JATENE – Não, eu me lembro do que eu disse. Eu disse para a imprensa que morrer 30 doentes em uma clínica onde existem 300 fora de possibilidade terapêutica não é nada assustador. Acontece que, com o cadastramento que foi feito, na verdade fora de possibilidade terapêutica havia pouco mais de 5%. Portanto, o que ocorreu lá foi uma situação absolutamente injustificada.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Então, isso justifica o fato de V. Ex^a também ter dito que os pacientes morreram por motivo de doenças graves, e não de maus tratos.

O SR. ADIB JATENE – Claro, porque a idéia que eu tinha, a informação que eu tinha era a de que aqueles doentes estavam fora de possibilidade terapêutica. Depois verifiquei – está aí na documentação que foi enviada – que as grandes afecções que lá existiam era disenteria, anemia e escara, o que não caracterizava esse universo de doentes sobre os quais fiz a minha declaração.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Antes de encerrar, gostaria de registrar que, em atenção ao ofício do dia 10 de julho do corrente, de procedência desta Comissão, o Ministro Adib Jatene enviou-nos material que está aqui relacionado para subsidiar os trabalhos desta Comissão, que passo às mãos do Sr. Relator.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Sr. Ministro e aos Srs. Senadores pela presença e dizer da possibilidade que temos, ainda que com sacrifício, Sr. Ministro, de levar esta Comissão, que tem o objetivo de, juntamente com as iniciativas do Ministério, dar não apenas ao Estado do Rio de Janeiro, mas também ao Brasil, uma contribuição para exame profundo. E que possamos acabar de vez com a situação em que se encontram hoje essas clínicas, levando tantas pessoas à morte.

Queria também dizer que temos uma diligência a ser feita, mas, por falta de recursos, não podemos fazê-la. Ficou um pouco prejudicado o nosso trabalho de diligência e visita às clínicas. Mas gostaríamos de nos colocar – não digo a Comissão, pois já está findando o seu prazo – à disposição do Sr. Mi-

nistro para ajudar, para que possamos realmente dar continuidade a esse trabalho, não só no Estado do Rio de Janeiro, de fechamento de clínicas e de melhor atendimento a esses pacientes, seja em relação à geriatria ou mesmo em relação àqueles que são maltratados nas clínicas, àqueles que sabemos desprotegidos.

Gostaríamos, portanto, de nos colocar à disposição e agradecer, mais uma vez, a presença de V. Ex^a.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h06min.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 57, DE 1996

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor AUGUSTO CÉSAR CORREIA GAY, matrícula 1416, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para responder pelo expediente da Subsecretaria de Análise, Símbolo FC-8, no período de 16 de outubro a 2 de novembro de 1996, durante o impedimento do titular.

Senado Federal, 18 de novembro de 1996. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.300, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 016.532/96-1, resolve exonerar CYLMA MARIA DIAS ALBIERI do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 6 de novembro de 1996.

Senado Federal, 18 de novembro de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 104, DE 1996

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro Secretário do Senado Federal nºs 9/92 e 3/95, resolve:

Art. 1º Designar os servidores MARCO ANTONIO MOTTA DE SOUZA, matrícula 560, e CARLOS ALBERTO COSTA SAMPAIO, matrícula 260, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do

contrato celebrado entre este órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) Contrato nº 38/1994 Processo: PD 096/94-6

Contratado: Soft Consultoria em Processamento de Dados Ltda.

Objeto: Aquisição do direito de uso do programa FOLIO INFOBASE, destinado à montagem, manutenção e distribuição de bases de dados textuais composto de 1 (uma) cópia completa, com toda documentação técnica pertinente para a produção das bases de dados e da versão **run-time** de consulta para a distribuição em CD-ROM.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do Prodasen, revogado o Ato nº 183/95.

Brasília, 22 de outubro de 1996. – p/**Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo.

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN Nº 105, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições regulamentadas,

res, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro Secretário do Senado Federal nºs 9/92 e 3/95, resolve:

Art. 1º Designar os servidores CARLOS ALBERTO COSTA SAMPAIO, matrícula 260, e MARCO ANTONIO MOTTA DE SOUZA, matrícula 560, para gestores titular e suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) Contrato nº 16/96 Processo: PD 82/96-1

Contratado: Microservice Microfilmagens e Reproduções Técnicas Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de masterização de 4 (quatro) CD-ROM, com replicação de, no mínimo, 1.000 (um mil) exemplares, por masterização de discos acabados com rótulo colorido, colocados em caixa plástica e inserção de material gráfico na caixa plástica através de processo industrial.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação nos quadros de aviso do Prodasen.

Brasília, 22 de outubro de 1996. – p/**Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo.

MESA

Presidente

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Tectonilo Vitela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferrelira – PSDB – ES
Lauro Campos – PT – DF
LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinöbing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo
José Ignácio Ferrelira
Lúdio Coelho
LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Júlia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE(S))

TITULARES**SUPLENTE(S)****PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
--------------------	------------	----------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	------------	--------------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCIDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Cassildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Gerardo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva

Eduardo Suplicy

Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Cruslus
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Malnardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

² Filhado ao PSDB em 22-6-95

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL É POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS